

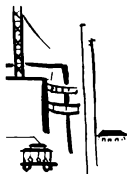
ciudades brasileiras
políticas urbanas e dimensão cultural

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
TOMBAMENTO PATRIMONIAL

T.

Nº DATA / /

projeto de cooperação
CAPES/COFECUB



ciudades brasileiras

políticas urbanas e dimensão cultural



Instituto de Estudos Brasileiros
Universidade de São Paulo

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Prof. Dr. Jacques Marcovitch - *Reitor*

Profa. Dra. Myriam Krasilchik - *Vice-Reitora*

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS

Profa. Dra. Marta Rossetti Batista - *Diretora*

PROJETO DE COOPERAÇÃO CAPES/COFECUB

COMISSÃO EDITORIAL

Marta Rossetti Batista - *Coordenadora Geral do Projeto no Brasil*

Márcia Elisa de Campos Graf - *Coordenadora Executiva do Projeto no Brasil*

Cecília Maria Westphalen - *Coordenadora Regional do Projeto em Curitiba*

Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS

SERVIÇO DE DIFUSÃO CULTURAL

Maria Neuma Barreto Cavalcante - *Supervisora de editoração*

Arlete Rocha Sudré, Maria Inês Bento - *Colaboração*

Av. Prof. Mello Moraes, trav. B, n. 140

Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira"

05508-900 - São Paulo - SP - Brasil

Telefones: (011) 818-3199 - 818-3197

Fax: (011) 818-3143

e-mail: diret@ieb.usp.br

Ilustrações

desenhos de Tarsila do Amaral

acervo: Coleção de Artes Visuais IEB/USP

Capa e projeto gráfico

Roberto Yokota

projeto de cooperação
CAPES/COFECUB

História comparada de sociedades urbanas:
políticas urbanas e dimensão cultural
de cidades brasileiras e francesas
(1840-1945)

primeiros resultados dos estudos desenvolvidos no Brasil

Divulgando os primeiros resultados do Projeto de Cooperação Capes/Cofecub “História comparada de sociedades urbanas: políticas urbanas e dimensão cultural de cidades brasileiras e francesas (1840-1945)” esta edição partiu da necessidade – expressa em reuniões dos grupos -- de publicar os estudos, visando fornecer elementos para acentuar o intercâmbio entre as equipes regionais e delas com os participantes franceses.

Deixou-se inteira liberdade aos coordenadores regionais sobre o material a ser apresentado. Os textos, recolhidos em meados de 1997, foram preparados para publicação pela Comissão Editorial e, em seguida, normalizados pelo Setor de Publicações do IEB-USP, no que diz respeito à revisão e atualização ortográfica, citações, referências bibliográficas.

Esta publicação tornou-se possível graças à conjugação do auxílio da Capes para custeio do projeto e de recursos – pessoal e financeiro – do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo que sedia a coordenação brasileira.

Marta Rossetti Batista

11 APRESENTAÇÃO

CURITIBA

- 16 Mudanças das estruturas demográficas e urbanas em Curitiba no final do século XIX e início do século XX

Altiva Pilatti Balhana, Cecília Maria Westphalen e Márcia Eliza de Campos Graf

PORTO ALEGRE

- 34 Pensando sobre a cidade de Porto Alegre na historiografia

Charles Montero

- 38 *Comunicados de pesquisa*

Poder, cultura e representações no processo de urbanização do/Rio Grande do Sul

Cleci Enlália Fazzio

Identidade social e identidade étnica: um estudo sobre os Clubes Sociais como espaço de sociabilidade, de identidade e de representação das elites urbanas alemãs e brasileiras

Eloisa Helena C. da Cruz Ramos

O Lami: um estudo de caso sobre a construção social do olhar e da fala feminina no meio urbano e na política urbana na cidade de Porto Alegre

Rosemary Fritsch Brun

RECIFE

- 52 Os símbolos do "progresso" e a "população" do Recife, 1840-1860

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

RIO DE JANEIRO

- 72 Progresso, civilização e o ordenamento do espaço urbano

Humberto Fernandes Machado

- 76 "Na única praça dela": A praça 15 de Novembro no período colonial, 1565-1790

José Maurício Saldanha Alvarez

- 85 Disciplinarização do espaço e normas de convívio social: estudo de caso em Niterói na primeira metade do séc. XIX
Maristela Chicharo de Campos

- 97 Campos dos Goytacazes . A reforma urbana Saturnino de Brito X poder político (1890-1930)
Heloiza Manhães Alzes

SALVADOR

- 108 J.J. Seabra e a reforma urbana de Salvador
Maria Helena Ochi Flexor

- 120 *Comunicados de pesquisa*
Construindo um espaço público em Salvador: proposições urbanísticas, fisicalidade e modo de vida (1890-1950)
Ana Fernandes
História e memória no pensamento e na prática urbanística em Salvador (1905-1952)
Marco Aurélio A. de Filgueira Gomes
As influências na reforma urbana de Salvador a princípios do século XX
Eloísa Petti Pinheiro

SÃO PAULO

- 126 Cidade: experiências urbanas e a historiografia
Maria Izilda Santos de Matos

- 133 A cidade de São Paulo - séculos XIX/XX
Lucy Maffei Hutter

- 148 NOTICIÁRIO

A preocupação com a problemática da cidade não é recente. Ela se manifesta desde o início do século XIX, quando a sociedade industrial, urbana, começou a tomar consciência de si mesma, estabelecendo sempre uma correlação entre a estrutura física dos centros urbanos e as relações sociais que ali se forjavam.

O século XIX constitui um marco na história do desenvolvimento das cidades, pois nesse período elas tiveram um crescimento que pode ser considerado como verdadeira explosão e está, evidentemente, ligado ao impressionante aumento demográfico. De acordo com as estimativas de Paul Bairoch, a população urbana mundial que dobrara do início do século XIV ao início do século XIX, passando de 31 milhões em 1300 a 87 milhões em 1800, triplicou em um século, chegando a 260 milhões em 1900¹. Estas cifras já seriam suficientes para fazer vislumbrar a formidável mutação, não só populacional mas também social, em seu sentido mais amplo, provocada nas cidades. O próprio termo cidade deixa de ter o significado que tinha nos séculos anteriores.

Como evidência Jean-Luc Pinol, a explosão urbana se produziu antes da Primeira Guerra Mundial, não depois. O mundo ocidental conheceu evoluções bem diferentes no tocante ao ritmo e à forma de transformação da estrutura das cidades e o crescimento urbano obrigou os contemporâneos a repensarem as definições da cidade, no sentido de suas funções ou atribuições, mas isso não sem cautela, pois as mutações que moldaram as sociedades ocidentais colocaram em questão os equilíbrios antigos².

Como afirma Maurice Garden, na introdução de *Habiter la ville: XVe-XIXe siècles*³:

A História urbana, como toda a história, como todos os fatos ou acontecimentos históricos, está sujeita às variações cronológi-

cas sendo impossível estudar uma estrutura urbana independentemente do período em que ela se insere. Como para o tempo do homem, o tempo da cidade é variável, diferente segundo as épocas, diferente segundo as cidades. Materialmente, uma cidade adormecida parece atravessar os séculos com uma soberba serenidade, enquanto sua vizinha dinâmica modifica seu território, sua arquitetura, sua organização, mas também sua população, sua sociedade, seu modo de existir.

Portanto, adverte ele, é preciso ter muito cuidado ao comparar uma cidade à outra, ou um sistema urbano a outro.

Seguindo ainda as colocações e o raciocínio de Maurice Garden: para um período de

¹ BAIROCH, Paul. *De Jersuhoá Mexico: villes et économie dans l'histoire*. Paris, Gallimard, 1985.

² PINOL, Jean-Luc. *Le monde des villes au XIXe siècle*. Paris, Hachette, 1991.

³ GARDEN, Maurice. *Habiter la ville: XVe-XIXe siècles*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1984.

rápida evolução das condições econômicas e técnicas, e de profunda transformação das formas do trabalho e da produção, é evidente que a análise da evolução de uma cidade não pode servir, em termos comparativos, para a análise da evolução de uma outra cidade que tenha conhecido condições diferentes. O tempo relativamente curto tem aqui a sua importância e não pode ser ignorado ou negligenciado. Assim, na década de 1850, Lyon ou Saint-Étienne, Lyon ou Lille, mas também Lyon e Milão, e por uma razão mais forte Montréal e Paris ou Londres não tiveram uma evolução idêntica, podendo haver aí uma vantagem na utilização da comparação com uma decalagem no tempo.

Tal fenômeno de industrialização e criação de novas formas urbanas modifica-se de uma região para outra, de um país para outro, sendo que os exemplos não se repetem de forma idêntica, mas cada situação exemplar pode fornecer um elemento parcial de explicação para uma outra época.

Assim, quando Peter Clark e Daniel Roche⁴ penetram no coração das tavernas inglesas e dos cabarés parisienses, eles sabem que os comportamentos que descrevem não são exatamente os mesmos, em uns e em outros, e que será impossível estender a outros períodos, medieval ou mais contemporâneo, as suas conclusões. Mas, em contrapartida, o método de pesquisa é mais universal, e o cabaré, tipificado, datado e situado, pode ser um modelo de estudo para sociabilidades urbanas totalmente diferentes, não somente aquelas ligadas ao *histro*, mas também as ligadas ao jogo, ao esporte, à música e ao espetáculo em diferentes épocas.

As palpações de um bairro de Lyon no século XVI auscultadas por Natalie Davis⁵, variáveis segundo o meio social, a origem cultural, ou a adesão religiosa, jamais serão encontradas de forma idêntica em outra parte ou em outra época, mas a maneira de observar, de interrogar as fontes, de penetrar no coração da população que anima um território pode sim ser idêntica.

Comparemos, portanto, sem hesitar, um período a outro, um país a outro, estando conscientes dos limites ou das barreiras de tal confronto, mas também cientes de sua riqueza metodológica, aconselha Maurice Garden.

Por influência de um ou de outro dos dois grandes modelos de planejamento urbano em voga na Europa no final do século XIX e início do século XX, o progressista e o culturalista, os paradigmas culturais europeus foram adaptados às cidades brasileiras, naturalmente, de diferentes formas e com diferenças cronológicas.

Baseado em um plano de estudos de História Social Comparada, idealizado por Adeline Daumard, já em 1986, e no projeto "Burguesia e elites dirigentes: seu papel nas políticas urbanas e o domínio cultural das cidades, 1840 a 1945", elaborado por Jean Pierre Blay, este projeto tem por objetivo primeiro reativar o intercâmbio entre pesquisadores brasileiros e franceses para, numa realização conjunta, desenvolver pesquisas relativas à história comparada das sociedades ocidentais. O objetivo segundo, mais específico, é o da elaboração de uma história urbana do Brasil e da França com o

⁴ CLARK, Peter. *The alehouse and social integration in english towns 1522/1702*.

In: GARDEN, Maurice, LEQUIN, Yves (org.). *Op. cit.* p. 223-31. ROCHE, Daniel. *Le cabaret parisien et les rituels de la vie de la cité*. *Op. cit.* p. 233-41.

⁵ DAVIS, Natalie. *Les violences du peuple, rituels, usages et pratiques au XVI^e siècle Paris, Aubert, 1979*.

estabelecimento de análises comparativas e a publicação dos resultados, numa política acadêmica-cultural bilateral.

O quadro cronológico engloba a época em que o urbanismo francês impunha sua marca durante as grandes transformações ocorridas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo (1861/1880: obras arquiteturais de August Glazou) até a época do urbanismo influenciado, ao mesmo tempo, por um forte poder político representado por Getúlio Vargas e uma corrente de idéias novas criadas em torno de um arquiteto francês de origem suíça, Le Corbusier, convidado a vir ao Brasil em 1936, pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema. Deve-se ressaltar ainda a importância pioneira que teve o arquiteto e urbanista francês Alfred Hubert Agache no planejamento urbano de cidades brasileiras, haja vista a elaboração do seu plano urbanístico da cidade de Curitiba, que data de 1941.

A linha metodológica geral segue aquela proposta por Adeline Daumard, que se apoia sobre hipóteses múltiplas de trabalho, a fim de observar a realidade, com a utilização das fontes as mais diversas e cujas conclusões finais repousam sobre a comparação dos resultados obtidos de todas as maneiras possíveis.

Para este estudo foram selecionadas no Brasil algumas cidades que, por seu desenvolvimento histórico e localização regional, parecem adequadas a uma análise comparativa entre si e com cidades francesas. Essas cidades são: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

Cada um destes centros urbanos, conta-se com grupos de pesquisadores ligados a instituições de ensino superior e de pesquisa locais, que, com projetos específicos regionais, integram-se ao projeto geral, cujas diretrizes básicas se orientam em três direções: análise das elites dirigentes, das políticas urbanas e da dimensão cultural das cidades.

Os textos reunidos neste volume constituem os primeiros resultados das pesquisas realizadas dentro desse programa de cooperação CAPES/COFECUB, coordenado no Brasil por Marta Rossetti Batista, diretora do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Tratando-se de trabalho coletivo e calcado na pluralidade de espaços urbanos, além de diferentes enfoques, visões ou "olhares" sobre a cidade, não é de estranhar a heterogeneidade de títulos que são apresentados no sumário.

São dez artigos e seis resumos de projetos que serão desenvolvidos a partir da temática geral deste acordo de cooperação Brasil/França.

Os artigos de Charles Monteiro, *Pensando sobre a cidade de Porto Alegre na historiografia*, e de Maria Izilda Matos, *Cidade: experiências urbanas e a historiografia*, enfocam a necessidade da elaboração de uma história da memória sobre o espaço urbano "para melhor compreender as tensões entre o processo histórico e a produção da memória nas narrativas históricas e literárias", como justifica Charles Monteiro, ao se debruçar sobre o espaço urbano de Porto Alegre, enquanto Maria Izilda Matos faz uma abordagem teórico-metodológica mais genérica, apresentando, a título de exemplificação, um inventário de diferenças entre Rio de Janeiro e São Paulo.

A equipe de Curitiba, liderada por Cecília Maria Westphalen, e também Lucy Maffei I Lutter em seu estudo sobre São Paulo ressaltam a influência marcante do imigrante de

origem européia, sobretudo, modificando as estruturas demográficas, incrementando o comércio e a indústria, além de se refletir na arquitetura, nos costumes e no próprio desenvolvimento urbano.

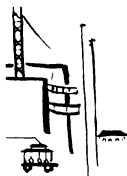
Com o título *Progresso, civilização e o ordenamento do espaço urbano* Humberto Machado faz, a título de introdução, a correlação entre os trabalhos de José Maurício Saldanha Alvarez, Maristela Chicharo de Campos e Heloiza Manhães Alves, seus orientandos no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, ligado ao Laboratório Cidade e Poder, e todos com estudos sobre o Rio de Janeiro e adjacências.

O trabalho de José Maurício Álvarez parece cronologicamente deslocado no contexto desta publicação, por tratar da Praça 15 de Novembro no período colonial. Sua inclusão se justifica, no entanto, pelo fato de que esse logradouro, núcleo da cidade colonial, constituindo a sua porta de entrada e centro difusor do saber, tendo mantido a sua identidade durante o Império, assumiria importância como símbolo da modernidade. Os "planos" futuros de modernização da cidade do Rio de Janeiro tiveram ali o seu princípio.

As políticas públicas, os planos e projetos de reforma urbana, envolvendo sociabilidades mas também conflitos sociais, constituíram o objeto dos estudos de Maristela Chicharo de Campos, Heloiza Manhães Alves, Maria Helena Flexor e Marcus Carvalho, em diferentes momentos e diferentes espaços urbanos, mas tendo como ponto comum a disciplinarização do e no espaço urbano, aí incluídas as intervenções urbanístico/sanitárias, tudo em nome do progresso e da modernização.

No que se refere aos projetos a serem desenvolvidos, Cleci Favaro, coordenadora regional do grupo de Porto Alegre, faz a apresentação geral dos planos de trabalho de sua equipe, enquanto Rosemary Brum e Eloisa Ramos apresentam projetos, respectivamente, sobre o Balneário Lami, localizado no perímetro urbano de Porto Alegre, e sobre os Clubes Sociais como espaços de sociabilidade, identidade étnica e representação das elites alemãs e teuto-brasileiras em São Leopoldo, na grande Porto Alegre.

Ana Fernandes, Eloisa Petti Pinheiro e Marco Aurélio de Figueira Gomes, professores do Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia e recém-ingressos no grupo regional de Salvador deste projeto de cooperação, lá coordenado por Maria Helena Ochi Flexor, dão uma notícia dos estudos que pretendem desenvolver sobre a cidade de Salvador do final do século XIX até os meados do século XX.



CURITIBA

MUDANÇAS DAS ESTRUTURAS DEMOGRÁFICAS E URBANAS EM CURITIBA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Altiva Pilatti Balhana

Cecília Maria Westphalen

Márcia Elisa de Campos Graj

UFPR

A sociedade paranaense, constituída nos séculos XVII, XVIII e XIX, foi heterogênea, composta por índios, europeus e africanos e marcada também pela escravidão.

A participação econômica e social de escravos na formação do efetivo populacional paranaense foi bastante significativa e persistiu durante um longo período, imprimindo-lhe características que o identificam com aquelas do modelo clássico da população brasileira. Entretanto, estas características de identidade e aproximação tornam-se menos visíveis à observação qualitativa porque, durante a segunda metade do século XIX, o quadro demográfico do Paraná foi substancialmente alterado pelas transformações econômicas da sua sociedade tradicional.

A desagregação da sociedade campeira ocasionou, de um lado, a evasão da força de trabalho, representada pelos escravos, vendidos em grande parte no mercado interno e, de outro lado, a entrada de novos contingentes populacionais, representados pelos imigrantes.

Estes indicadores, aliados a outras ocorrências na sociedade brasileira em geral, contribuíram de modo ponderável para transformar a estrutura demográfica dominante no Paraná.

A expansão ecológica da economia de exportação, deslocando para São Paulo o centro da produção cafeeira, coincidiu com a extinção do tráfico de escravos, tornando angustiante o problema da mão-de-obra nos cafezais paulistas, provocando a conseqüente mobilização da escravaria existente em outras regiões do Brasil. Para atender à demanda de braços na lavoura cafeeira de São Paulo, foi grande o número de escravos recrutados, inclusive no Paraná. O comércio interno de escravos que alcançou, em tal circunstância, alto preço, encontra-se fartamente documentado. A saída de escravos do Paraná, com esta finalidade, está registrada nos mapas de arrecadação da Receita Pública Ordinária da Província, conforme relatórios da Tesouraria Provincial. Em conseqüência, diminuiu o número de escravos no quadro populacional do Paraná, ocorrência que, por sua vez, propiciou a entrada de imigrantes trazidos pelo fluxo migratório que se intensificou no Brasil, motivado principalmente pela escassez de mão-de-obra na agricultura, tanto de exportação como de subsistência.

Na verdade, a mobilização da escravaria pela lavoura paulista de café desfalcou o

meio rural brasileiro de mão-de-obra, de tal maneira que comprometeu todo o sistema de abastecimento de gêneros alimentícios, ocasionando a sua falta e elevação de preços. A vinda de "colonos morigerados e laboriosos" passou a ser considerada como o único meio adequado para solucionar o problema da crise de escassez e carestia de produtos agrícolas. Assim, à triade étnica fundamental índio, português e negro vieram somar-se novos elementos, principalmente europeus, modificando a composição do quadro demográfico paranaense¹.

¹ BALDIANA, Aluísio Palacu. *Relatório da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História*, n. 12, Curitiba, p. 28-9, 1970.

Para a verificação dos efetivos demográficos do Paraná tradicional, isto é, do Paraná da mineração, da pecuária, das indústrias extrativas e da lavoura de subsistência, antes do impacto da grande imigração, apresenta-se no Quadro 1, a população segundo a condição jurídica.

QUADRO 1
POPULAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO A CONDIÇÃO JURÍDICA
1772/1872

ano	livres	escravos	total	% de escravos
1772	5.915	1.712	7.627	22,4
1798	16.726	4.273	20.999	20,3
1804	21.293	5.077	26.370	19,3
1810	22.454	5.135	27.589	18,6
1816	23.460	5.010	28.470	17,6
1824	27.032	5.855	32.887	17,8
1830	30.441	6.260	36.701	17,1
1836	35.539	7.341	42.880	17,1
1854	52.069	10.189	62.258	16,4
1872	116.162	10.560	126.722	8,3

* Sem os escravos da povoação do Iapó, número, portanto, inferior, ao da realidade.

Fontes: Mapas Gerais das Listas Nominativas de Habitantes, APESP. *Ensaio estatístico*, de Daniel Pedro Muller, 1836. Relatório do Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, 1854. Censo de 1872.

Na consideração dos efetivos populacionais do planalto curitibano, ou seja, da Vila de Nossa Senhora da Luz, depois cidade de Curitiba, e da sua Freguesia, depois Vila de São José dos Pinhais, observa-se que os percentuais relativos à presença de escravos foram inferiores àqueles registrados para o total do Paraná, o que se explica pelo tipo de economia e o gênero de vida praticados na região, com base na criação de gado e no comércio de tropas, além da extração da erva-mate nativa.

QUADRO 2
POPULAÇÃO DE CURITIBA E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS,
SEGUNDO A CONDIÇÃO JURÍDICA

1772-1872

ano	livres	escravos	total	% de escravos
1772	2.523	249	2.772	9,0
1798	6.539	1.399	7.938	17,6
1804	8.072	1.666	9.738	17,1
1810	8.752	1.672	10.424	16,0
1816*	7.390	1.044	8.434	12,4
1824"	9.615	1.270	10.885	11,7
1830*	11.571	1.373	12.944	10,6
1836	14.216	1.941	16.157	12,0
1854	18.861	1.768	20.629	8,6
1872	26.572	1.754	28.326	6,2

* Inclui Palmeira. Freguesia de Palmeira na época.

O levantamento realizado por Afonso Botelho de Sampaio e encaminhado ao Capitão-General Dom Luiz Antônio, datado de 3 de setembro de 1772, revela a presença ativa de escravos. Das 67 propriedades rurais existentes na Vila de Curitiba e nas suas freguesias de São José dos Pinhais e Tamanduá, 46 possuíam escravos, ou seja 68,5%, num total de 407, sendo que 87,5% estavam nas fazendas e 12,5% nos sítios. Nas propriedades criavam-se vacas de ventre, novilhos, touros e bois capados, além de éguas de ventre, potranças, potros, cavalos e éguas, mansos, ovelhas e porcos. Realizavam-se também plantações de milho e feijão. O gado era destinado à exportação e os produtos agrícolas, na sua maior parte, ao consumo da própria Comarca.

Por sua vez, o levantamento dos bens rústicos ordenados pelo Rei, em 1817, registrou em Curitiba e suas freguesias a existência de 870 possesões de terras com cultura, ou seja, ocupadas com a criação de gado e lavouras. Destas propriedades, 132 (15,2% incluíam escravos que perfaziam o número de 472 indivíduos.

Nesta conjuntura, os paranaenses dedicavam-se mais à condução de tropas muares, vindas do Continente do Rio Grande do Sul com destino às feiras de Sorocaba, e abria-se o comércio exportador da erva-mate do planalto curitibano para os mercados do Rio da Prata.

Em 1836, o *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, de Daniel Pedro Müller, registra as alterações que ocorriam na economia do planalto curitibano: "Existem agora apenas 38 fazendas de criar, produzindo algum gado para a export-

tação (vacum 4.184 cabeças, lanígero 1.429, cavalar 1.183, muar 98)". As fazendas e, principalmente, os sítios produziam sobretudo o milho, 438.443 alqueires. Mas, a erva-mate era a grande nova riqueza, tendo sido exportadas no exercício anterior 478.778 arrobas. Como diria, em 1854, o Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, "à sua extração dedicava-se toda a população da Província: homens e mulheres, velhos e crianças, ricos e pobres [...]"

Aliás, o Relatório do Presidente Zacarias aponta a queda proporcional da escravidão no planalto curitibano em 1854, ou seja, apenas 8,6% de escravos em Curitiba.

Um dos últimos retratos do conjunto da população escrava da Província do Paraná é aquele fornecido pelo relatório de 1º de outubro de 1882, do Presidente Carlos Augusto de Carvalho. Ainda existiam na Província 7.635 escravos. Sua grande maioria, 82,3%, habitava a zona rural, apenas 17,7% tinham residência urbana. Coerentemente, 61,2% dos escravos estavam ocupados nos serviços rurais, 34,2% nos serviços domésticos e apenas 4,6% nos ofícios artesanais. No planalto curitibano havia 2.488 escravos, melhorando a sua participação na escravidão do Paraná, 32,6%, sendo 547 com residência urbana e 1.941 rural. Estavam ocupados nas atividades do campo e da lavoura 1.649, nos serviços domésticos, 738 e nos ofícios 101, ou seja, respectivamente, 66,3%, 29,7% e 4,0%.

A partir dos anos de 1840, correm paralelas duas orientações e duas práticas migratórias no Brasil: uma oficial, quando o Governo cria ainda núcleos coloniais de estrangeiros e outra, particular, mas estimulada por favores governamentais, que visava à obtenção de trabalhadores agrícolas para as grandes fazendas. Tal situação, à primeira vista paradoxal, era, na verdade, resultante da contradição da conjuntura, ou seja, a carência de mão-de-obra para a agricultura de exportação e a necessidade dos pequenos proprietários, produtores da lavoura de subsistência.

Desde os primeiros tempos da sua emancipação política, em 1853, os governantes do Paraná procuraram desenvolver uma política migratória adaptada às condições peculiares da Província. (Ver Quadro 3).

Ao contrário de outras regiões do Império, onde a imigração se destinava a suprir a carência de mão-de-obra na grande lavoura de exportação, no Paraná, a questão migratória foi desde logo colocada no sentido de criar-se uma agricultura de abastecimento. Documentos públicos e particulares assinalam esta orientação.

Coerente com esta orientação, o Governo Provincial elabora e põe em execução um plano de colonização baseado no estabelecimento de colônias agrícolas nos arredores dos centros urbanos, com o objetivo de colocá-los junto aos mercados consumidores. Assim, aos três estabelecimentos coloniais existentes na Província, no momento da sua emancipação política, dezenas de outros vieram juntar-se. (Ver Quadro 4).

QUADRO 3
QUADRO GERAL DOS IMIGRANTES ENTRADOS NO PARANÁ 1829-1934

anos	poloneses	ucranianos	alemães	italianos	franceses	austriacos	russo	espanhóis	ingleses	suíços	outros	total
—	—	—	238	—	—	—	—	—	—	—	—	238
1833	—	—	100	—	—	—	—	—	—	—	—	100
1847	—	—	—	—	87	—	—	—	—	—	—	87
1852	—	—	—	—	—	—	—	—	—	35	—	35
1855	—	—	250	—	—	—	—	—	—	—	—	250
1862/1862	—	—	421	—	39	—	—	—	8	140	—	608
1870/1872	3.793	—	2.205	5.603	1.103	241	956	38	858	451	525	15.773
1880/1889	1.160	—	287	773	1.156	124	—	7	—	—	28	3.485
1890/1899	9.928	17.858	326	2.350	65	1.097	—	1.299	149	18	257	33.277
1900/1909	27.473	1.464	284	—	13	—	274	—	—	125	623	30.256
1910/1919	—	—	3.481	—	24	—	—	—	—	34	57	3.596
1920/1929	5.484	—	5.747	76	32	79	100	—	4	203	694	12.419
1930/1934	—	—	—	—	—	18	—	—	—	—	136	154
TOTAL	47.838	19.272	13.319	8.822	2.469	1.559	1.330	1.344	1.019	1.006	2.330	100.278

Fonte: Belloni, A. P. *História do Paraná*. Curitiba, Graziopar, 1967, p. 176-7.

QUADRO 4
COLÔNIAS ESTABELECIDAS
NOS ARREDORES DE CURITIBA

ano	colônia	área (ha)	lotes	nº imigr.	grupos étnicos
1869	Argelina	276,0	33	117	Franceses da Argélia e outros
1870	Pilarzinho	500,0	50	242	Poloneses e outros
1871	São Venâncio	300,0	31	160	Alemães e outros
1873	Abranches	720,0	82	323	Poloneses e alemães
1875	Santa Cândida	613,0	64	340	Poloneses, suíços, franceses
1875	Orleans	377,0	65	290	Poloneses, italianos e outros
1876	Santo Inácio	359,0	70	334	Poloneses, silesianos e outros
1876	Lamenha	922,0	139	746	Poloneses, silesianos e outros
1876	Dom Augusto	200,0	36	281	Poloneses
1876	Dom Pedro	266,0	24	98	Poloneses, suíços
1877	Rivière	825,0	97	406	Poloneses, franceses e alemães
1878	Sta. Felicidade	1.200,0	120	580	Italianos
1878	Dantas	450,0	50	188	Italianos
1878	Alfredo Chaves	431,0	40	220	Italianos
1886	Sta. Gabriela	312,0	40	180	Italianos e poloneses
1886	Antônio Prado	415,0	54	248	Italianos e poloneses
1886	Pres. Faria	493,0	50	450	Italianos e poloneses
1887	Maria José	128,0	13	78	Italianos
1908	Atonso Pena	2.240,0	112	486	Poloneses e alemães

*Fonte: Bullana, Alceu Pilani. *História do Paraná*. Curitiba, Grafipar, 1969, p. 164.

Na década de 1870 o programa imigratório foi dinamizado, principalmente na administração do Presidente Adolfo Lamenha Lins. A intensa atividade colonizadora atingiu sobretudo os terrenos dos arredores da cidade de Curitiba e, de modo geral, o planalto curitibano, com o estabelecimento de numerosos núcleos coloniais situados a distâncias que variavam de dois, três ou mais quilômetros até um raio de, mais ou menos, 30 km do centro urbano da capital paranaense.

Esta entrada maciça de imigrantes no Paraná repercutiu intensamente na composição da sua população, haja vista a presença de estrangeiros nos anos censitários de 1900, 13,8%, e de 1920, com 9,2%.

Não mais existindo legalmente o trabalho escravo, pela natural capilaridade social, os imigrantes inseriram-se na economia e na sociedade paranaense. Ainda, no período provincial, de 1854 a 1889, pelos anúncios publicados no primeiro e mais importante jornal de Curitiba, o *Dezenove de Dezembro*, foi possível observar a origem étnica dos proprietários de estabelecimentos industriais e comerciais.

QUADRO 5
PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS
NA POPULAÇÃO DO PARANÁ

ano	brasileiros	estrangeiros	total	%estrangeiros
1872	123.095	3.627	126.722	2,9
1890	244.338	5.153	249.491	2,1
1900	282.002	45.134	327.136	13,8
1920	622.601	63.110	685.711	9,2

*Fonte: IBGE.

QUADRO 6
ORIGEM ÉTNICA DOS PROPRIETÁRIOS DE
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS
1854-1889

origem étnica	%
LUSO-BRASILEIROS	62,7
ALEMÃES	20,0
ITALIANOS	6,6
FRANCESES	6,7
DIVERSOS	4,0
TOTAL	100,0

*Fonte: BALHANA, A. P. e WESTPHAL EN. C. M. *Demografia e Economia: o empresariado paranaense 1829/1929. In: Brasil: História Econômica e Demográfica*. COSTA, Iraci del Neri da (org.). São Paulo, IPE-USP, 1986, p. 241-91.

Observa-se no Quadro 7 a participação de imigrantes quanto à natureza dos estabelecimentos. Os luso-brasileiros predominam na propriedade de estabelecimentos de erva-mate, 85,6%; de produtos químicos, 87,4%; de fumo, 87,5%, bem como nos estabelecimentos produtores de papel e papelão, e nos relacionados à gráfica e à impressão, 74,0%; no comércio em geral, 71,5%; nos produtos farmacêuticos e perfumarias, 68,6%. Porém, nos serviços em geral, 50,0%, e nos produtos alimentícios e bebidas, 50,0%, já dividem o número de estabelecimentos com os alemães. Nos têxteis e no vestuário, 47,6% são minoritários, face principalmente à concorrência dos franceses. Também no que se refere aos minerais não metálicos, 46,6%, que dividem com alemães e italianos.

QUADRO 7
NATUREZA DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS
1854-1889

(origem étnica e n°s relativos)

	luso-brasil.	alemães	italianos	franceses	diversos	total
Comércio em geral	71,5	15,8	4,3	4,3	4,1	100,0
Serviços em geral	50,0	29,0	4,6	13,0	3,4	100,0
Minerais não metálicos	46,6	26,7	26,7	—	—	100,0
Metalurgia e mecânica	10,0	40,0	20,0	30,0	—	100,0
Mul. Mob. Art. Madeira	38,5	46,1	11,5	3,9	—	100,0
Art. Papel, Gráfica, Etc.	74,0	13,1	4,3	4,3	4,3	100,0
Couros e curtumes	31,2	43,8	18,7	6,3	—	100,0
Química	87,4	6,3	6,3	—	—	100,0
Têxteis, vestuário etc.	47,6	4,7	14,3	28,6	4,7	100,0
Prod. Farm. Perfumaria	68,6	8,6	8,6	14,2	—	100,0
Prod. Alim. Bebidas	50,0	31,0	8,6	3,5	6,9	100,0
Fumo	87,5	—	—	—	12,5	100,0
Inst. Musicais	—	50,0	—	—	50,0	100,0
Privacidade	85,6	7,2	7,2	—	—	100,0
Construção civil	—	—	—	—	—	100,0

*Fonte: idem.

Os luso-brasileiros são francamente minoritários nos estabelecimentos de couros e curtumes, 31,2%, onde estão presentes os alemães, como também na metalurgia e mecânica, onde há participação de alemães, franceses e italianos. Os estabelecimentos de instrumentos musicais, dois apenas, são de estrangeiros, um alemão e um imigrante de origem diversa. Registra-se que, em todo o período, não foram anunciadas empresas de construção civil.

Na verdade, uma observação mais fina evidência que, dos 42 campos cobertos pelos anúncios de *Dezenove de Dezembro*, 18 deles já registram na época a predominância de estrangeiros.

Em 7 dos campos, os estrangeiros já se igualam aos luso-brasileiros e em apenas 17 estes são majoritários quanto ao número de estabelecimentos.

De tais proporções resulta que os imigrantes e seus descendentes ocuparam, de modo avassalador, os espaços constituídos por novos campos que se abriam na economia paranaense, em decorrência, principalmente, do aumento da população do Paraná, favorecido pela própria imigração.

Na consideração da presença de imigrantes e seus descendentes no comércio e na indústria do Paraná, foram particularmente observados os aspectos relativos à cronologia, à geografia, à demografia e à economia das empresas paranaenses registradas na Junta Comercial do Paraná onde também, na conjuntura da Primeira

República (1889-1930), foram registradas 4.644 empresas, sendo 2.448 em Curitiba e 2.196 no interior do estado. Do total, 7,6% foram registradas na década de 1890-99, 11,8% na década de 1900-09, 23,8% na de 1910-19, e 57,6% na de 1920-29. Verificando-se que, a partir do início do século, há acentuado aumento do número de registros, duplicando o seu número de 1900 para 1910, bem como desta para a década de 1920. Esta situação também foi observada para a cidade de Curitiba.

QUADRO 8
EMPRESAS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS DO PARANÁ
Nº DE REGISTRO POR DÉCADAS
1890-1929 (nºs relativos)

década	1890-1899			1900-1909			1910-1919			1920-1929		
origem	Ctba	inter.	total	Ctba	inter.	total	Ctba	inter.	total	Ctba	inter.	total
lusobras	18,2	7,0	12,1	16,2	10,4	13,1	23,3	23,0	23,1	42,3	59,6	51,7
ale	8,5	5,9	7,7	11,2	9,4	10,7	27,5	22,9	26,1	52,8	61,8	55,4
ital	4,7	2,5	3,6	6,2	8,5	7,1	29,1	20,1	25,6	60,0	68,9	63,8
s/l	0,5	—	0,2	14,1	8,4	10,5	19,4	19,4	19,4	66,0	72,2	69,9
esl	2,2	2,2	2,2	9,5	8,1	8,6	21,4	19,4	29,4	69,4	70,3	68,8
outras	14,9	—	9,6	11,9	16,2	12,6	34,2	16,2	27,8	38,4	67,6	50,0
total	10,4	4,5	7,6	12,3	9,6	11,0	25,6	21,6	23,8	51,7	64,3	57,6

* Fonte: Junta Comercial do Paraná

Do total de 4.644 empresas registradas pela Junta Comercial do Paraná, de 1890 a 1929, 39,5% pertenciam a proprietários de ascendência luso-brasileira, 24,3% a alemães, 15,1% a italianos, 11,2% a sírios e libaneses, 7,7% a eslavos e 2,2% a proprietários de origens étnicas diversas (anglo-americanos, hispano-americanos, etc...).

A transformação das estruturas demográficas e econômicas do empresariado paranaense foi analisada pelo ângulo do ingresso de novos contingentes populacionais trazidos ao Paraná pela imigração no correr de um século, 1829-1929. Não resta dúvida que o quadro demográfico das empresas paranaenses foi substancialmente alterado e ampliado por efeito dessa introdução.

O seu objetivo inicial era a agricultura. No entanto, em toda a zona de colonização, pela sua própria densidade demográfica, havia colonos que compravam e vendiam, comerciantes de secos e molhados, de fazendas e armazéns e logo também as artesanias e as fábricas.

De outro lado, a imigração, que era para ser rural, se fez urbana, não só com os alemães de Curitiba, mas também, por exemplo, com os eslavos de Mallet ou de Prudentópolis. E assim, em toda zona colonial, no embrião da cidade, havia comer-

cientes que importavam e exportavam gêneros nacionais e estrangeiros.

Os maiores capitais de imigrantes e de seus descendentes estavam também concentrados nas empresas que se ocupavam do comércio em geral. Porém, nas fontes consultadas, aparecem destacadamente nos campos industriais novos e são capazes de assegurar o seu predomínio.

Na conjuntura dos anos da Primeira República, os imigrantes e seus descendentes já ocupavam 60,5% das firmas registradas pela Junta Comercial do Paraná e detinham 53,0% dos seus capitais iniciais acumulados. Aliás, essa conjuntura assinala não apenas a sua total integração na economia paranaense, como também a importância da sua presença para a diversificação das atividades econômicas do Paraná, com espírito empresarial capaz de abrir novos espaços, além de alargar os já existentes. Espírito este movido pela coragem, muito própria daqueles que imigram e encontram as oportunidades que um país, como o Brasil, podia oferecer.

A imigração estrangeira dos séculos XIX e XX é frequentemente referida como importante fator exógeno de modernização do Brasil, e a urbanização é apontada como um dos indicadores mais característicos dessa modernização. Porém, como a política imigratória brasileira foi orientada no sentido da obtenção de braços para a lavoura, tanto a de exportação como a de subsistência, o objetivo deste estudo é analisar em nível regional, em que medida a imigração teria de fato contribuído para o desenvolvimento urbano no Brasil. Neste estudo, serão destacadas algumas evidências significativas, relacionadas com o processo de urbanização de Curitiba, a partir do século XIX.

Para analisar os efeitos da imigração em Curitiba serão privilegiados, teoricamente, alguns conceitos que situam a cidade como uma forma peculiar de organização do espaço. Observando igualmente que a cidade preside e norteia as relações de um espaço maior, circundante, que é a sua zona de influência. Para os historiadores formados sob a influência da Escola Histórica Francesa, essa dimensão geográfica do espaço urbano e também suburbano tem um significado da maior importância, na medida em que o espaço geográfico é que constitui o parâmetro que possibilita inserir na História o tempo longo, uma vez que a perspectiva da longa duração pode ser melhor apreendida pela Geografia². Dessa forma, o espaço geográfico constitui a dimensão que torna possível observar, de modo mais racional, a configuração das cidades e das suas áreas circundantes, bem como dos caminhos que configuram os eixos de circulação dos seus habitantes e da sua produção, cujos rumos são visíveis no desenho estabelecido na cartografia das cidades.

Entre os anos de 1830 e 1900, a expansão das áreas urbanizadas em Curitiba foi acompanhada pelo remanejamento de sua população e de suas atividades econômicas e culturais.

Nas décadas de 1830 a 1850, os alemães vindos de Rio Negro e da colônia Dona Francisca, esta na Província de Santa Catarina, fixaram-se nos arredores de Curitiba, sobretudo nas suas partes norte, noroeste e nordeste, em pequenas chácaras. Louis François Aubé, diretor da colônia Dona Francisca, em seu relatório de 1855, assinala

² *Espace et Histoire. Hommage à Fernand Braudel*. Annales Paris, A Colin, n.º 105, dec. 1986, p. 1186.

que, no decorrer daquele ano, mais de 280 imigrantes haviam abandonado a região de Joinville, procurando o planalto de Curitiba. Em decorrência, registrou-se um surto demográfico bastante significativo, assinalado por uma tendência nitidamente ascendente da população curitibana nos meados do século XIX.

Outras transformações decorrentes do aparecimento desses novos contingentes populacionais foram relativas às atividades de produção e comércio. A título de exemplificação, pode ser assinalada a melhoria da produção e da circulação de produtos agrícolas: "O primeiro alemão que na região de Curitiba se dedicou à lavoura intensiva foi Wilhelm Mayer (por volta de 1853), o velho Buddinayer, que trouxe de Dona Francisca a primeira carroça de quadro rodas, transportando as partes desmontadas no lombo de mulas"¹. Mais tarde, o mesmo imigrante passou a fabricar esses veículos, forjou um arado e foi também o primeiro a cultivar o centeio na região de Curitiba.

AULICH, Verner. *O Paraná e os alemães*. Curitiba, Comissão de Festas, s/d.

Esses imigrantes desenvolveram não uma simples agricultura de subsistência, mas sim deram início à prática de uma economia agrícola voltada para o mercado, conforme relatos contemporâneos.

Les légumes, fruits et volailles abondent sur le marché; chaque matin les rues sont sillonnées de voitures de toutes formes venant des colonies qui environnent la capitale lesquelles y apportent sous la conduite des filles ou des fils des colons, fromages, beurre, oeufs, bois et verdure de toute sorte².

* WALKER, Paul. *As Ruas de Curitiba, as Ruas de São Francisco*. Paris, Librairie Orientale et Américaine, s/d, p. 188.

Observando o êxito alcançado pela colonização espontânea, no rocio de Curitiba, que propiciou melhorias sensíveis nas técnicas agrícolas e aumento da produção, o governo provincial elabora e põe em execução um plano colonizador, destinado a criar uma agricultura de abastecimento, atendendo às condições peculiares da Província. O projeto fundamentava-se no estabelecimento de colônias agrícolas nos arredores dos centros urbanos, isto é, junto aos mercados consumidores, atingindo primeiramente os terrenos situados nos arredores de Curitiba.

Os resultados satisfatórios alcançados na colonização das cercanias de Curitiba atraíram ainda maior afluência de reimigrantes, principalmente de outras regiões do Paraná, para as quais o programa oficial fora estendido, litoral e Campos Gerais, não tendo a iniciativa atingido, porém, o mesmo êxito. Colonos, mormente do litoral, por iniciativa própria ou com auxílio oficial, transferiram-se para o planalto curitibano. Alguns se fixaram nas colônias já existentes, onde se instalaram ao lado de outros imigrantes, como ocorreu nas colônias Argelina, Pilarzinho, Murici, Orleans, Inspeção Carvalho, Antônio Rebouças, Presidente Faria, Maria José, Balbino Cunha e Antônio Prado. Outros se fixaram em colônias criadas para tal fim, como Alfredo Chaves, atual Colombo, Santa Gabriela e Santa Maria do Novo Tyrol. Muitos reimigrantes adquiriram terrenos da municipalidade de Curitiba, na Água Verde, constituindo a colônia Dantas, hoje totalmente absorvida no quadro urbano da Capital. Outros adquiriram terrenos de particulares, como em Santa Felicidade, Ferraria,

Campo Magro, Bateia e outros.

O ritmo de intensidade na fundação de núcleos coloniais na região de Curitiba, dinamizado na década de 1870, tendeu a diminuir, de um lado pela saturação da área, conforme depoimentos contemporâneos que assinalavam: "Aqui na Capital noto que a colonização já foi excedendo dos limites naturais, isto é, a capacidade do mercado e a demanda de braços para os diferentes misteres da população"⁵. De outro lado, foi reduzida pela mudança na política

⁵ PEDROSA, João José. *Relatório Assembléia Legislativa do Paraná*. Curitiba, 1881, p. 66.

imigratória paranaense que passou a orientar a fixação de imigrantes em outras áreas do território do Paraná, como a colonização dos alemães do Volga nos Campos Gerais. Apesar dessa nova orientação, ainda no século XX, estabeleceram-se imigrantes nas proximidades de Curitiba: alemães e poloneses na colônia Afonso Pena em 1911; reimigrantes menonitas nas colônias Boqueirão, Xaxim, Vila Guaiá e Guabirotuba, na década de 1930; além de muitos japoneses que entre 1940 e 1960 compraram ou arrendaram lotes nas zonas rural e suburbana de Curitiba.

Assim, durante mais de meio século, Curitiba foi centro de convergência de imigrantes de procedência a mais variada, cuja presença foi significativa para a visível transformação de seu espaço urbano, suburbano e rural.

O historiador paranaense Rocha Pombo, na sua obra, de 1900, comemorativa do 4º Centenário do descobrimento do Brasil, de 1900, procurou demonstrar as transformações pelas quais passara o Paraná depois da emancipação da Província, em 1853, particularmente a cidade de Curitiba. Dizia ele:

Quem viu aquela Curitiba, acanhada e sonolenta de 1853, não reconhece a Curitiba suntuosa de hoje, com as suas grandes avenidas e *boulevards*, as suas amplas ruas alegres, as suas praças, os seus jardins, os seus edifícios magníficos. A cidade é iluminada a luz elétrica. É servida por linhas de *bonds* entre o Batel, o Fontana e a estação da estrada de ferro, aproveitando quase toda a área urbana. O tráfego diário conta, além do que fazem os *bonds* com mais de 1200 veículos. Há em plena atividade dentro do quadro urbano, mais de 300 fábricas e oficinas e no município todo, perto de 622.

A principal área de lazer de Curitiba, o Passeio Público, data de 1886, ocupando um espaço de 48 mil m², com árvores e flores, represando, em graciosas voltas, o rio Belém.

No final do século estavam construídos os imponentes edifícios da Catedral de Nossa Senhora da Luz, do Hospital de Caridade da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, da Estação Ferroviária. No início do século XX, também os edifícios do Ginásio Paranaense, da Universidade do Paraná, do Paço Municipal, do Palácio do Governo, do Palácio do Congresso Estadual. Residências suntuosas, quer dos grandes exportadores da erva-mate, como de bem sucedidos imigrantes, empresários e comerciantes. Afirmava-se nesta época que a maior fortuna do Paraná era a do empresário alemão José Hauer. Na residência de outro alemão, Reinaldo Garmatter, seria mais tarde instalada a sede do Governo do Estado.

Outro visitante paranaense, Nestor Vitor, afirmava em 1912 que a rua Quinze de Novembro, antiga rua da Imperatriz, "perdera o acaçapado e a vulgaridade antiga de rua nimiamente provinciana". Larga e simpática, a Rua Quinze "ostentava hoje palácios bancários, tinha grandes e importantes armazéns..." e sobrados que fechavam a rua em ambos os lados. Nestor Vitor, aliás, informa que, segundo o Almanaque de 1906, Curitiba contava com 77 ruas, 16 largos e praças, 6 travessas e 6 *boulevards*. A Rua da Liberdade que ligava a Estação Ferroviária à Rua Quinze e o Paço Municipal, ou seja o centro da cidade, constituía o eixo nervoso do comércio e da administração da cidade e do Estado.

O município de Curitiba, no início do século, teve um prefeito dinâmico e inovador face às novas exigências que a urbanização apresentava. João Moreira Garcez, com um longo mandato que se estendeu de 1920 a 1927, foi quem pela primeira vez empregou o asfalto em Curitiba, utilizando-o no revestimento da Rua Quinze de Novembro e na atual Avenida João Pessoa. Cuidou também das principais ruas do centro da cidade: Alameda Cabral, ruas Lamenha Lins, Desembargador Westphalen, Theodoro Bayma, Sete de Setembro, Doutor Pedrosa, Brigadeiro Franco, Nunes Machado, 24 de Maio, Alferes Poli. Iniciou os trabalhos de abertura das avenidas Silva Jardim e Visconde de Guarapuava, e ainda da Travessa Frei Caneca. Procedeu o alargamento da Rua Barão do Serro Azul até a Praça 19 de Dezembro, e de parte da Rua Quinze de Novembro. Prolongou a Rua Ermelino de Leão e a Alameda Cabral.

O prefeito Moreira Garcez personalizou as ruas, instituiu um novo sistema de numeração dos prédios, ordenou o alinhamento das construções. Remodelou a Praça Tiradentes (núcleo central e irradiador da urbanização da cidade) e ajardinou a Praça Santos Andrade (onde seria edificada mais tarde a imponente construção em estilo neoclássico que abrigaria a Universidade do Paraná e, já na década de 60, o Teatro Guaíra). Baixou normas de trânsito e estacionamento, face ao aumento do tráfego urbano.

O mesmo prefeito reorganizou o serviço de higiene municipal, estabeleceu as normas de higiene para hotéis, restaurantes e congêneres. Instituiu a fiscalização da venda de leite, carnes e frutas.

A Curitiba úmida e barrenta ganhava, com essas inovações modernizadoras, foros de cidade civilizada, até mesmo de *cidade sorriso*, segundo Olavo Bilac.

O pequeno quadro urbano de Curitiba, retratado em 1855 por John Henry Elliot e ainda observado em 1888 por Carlos Hubenthal, ampliara-se com o estabelecimento de inúmeras *chácaras* nas suas circunvizinhanças, assim como de *colônias* situadas nas proximidades e que muito logo foram incorporadas ao seu perímetro urbano.

Os hábitos provincianos também se alteraram. Nota-se particularmente a presença dos imigrantes. Se em Curitiba, os alemães logo introduziram os bailes chamados *Zuimpf* (divertimento popular realizado aos sábados, domingos e dias santos) e que eram freqüentados por criadas estrangeiras, libertos, escravos, menores e filhos-famílias; de outro lado, com os imigrantes surgiram os salões públicos, como o

Salão Lindmann, o Tívoli, o Salão Stroebel, o Salão Menssing, além de sociedades e clubes musicais, como o Clube Alemão, colocando em voga os concertos vocais e instrumentais, seguidos de baile e ceia. Frequentados a princípio por estrangeiros, logo atraíram os curitibanos tradicionais. A Sociedade Germânica, por exemplo, realizava festas com orquestra e coro, baile e ceia animada com *volkslieds*. A Sociedade Deutscher Saengerbund inaugura, em 1887, magnífico edifício-sede em Curitiba, hoje Clube Concórdia. Surgiram casas comerciais especializadas na venda de partituras e instrumentos musicais, e inclusive a fábrica de pianos Essensfelder.

Outros indicadores do caráter urbanizador da imigração em Curitiba, traduzem a diferenciação da população urbana e rural em termos de interesses e comportamentos e são decorrentes do próprio desenvolvimento econômico da cidade. Entre eles pode ser destacado o surgir de associações de classe nas quais os operários urbanos se uniam para a defesa mútua. Tais associações, em geral, objetivavam a participação nos nascentes movimentos operários, a integração social, a prestação de assistência social por meio de “caixas de socorro”, e, sobretudo, a preservação das tradições e da cultura do país de origem dos imigrantes. Podem ser referidas: a Sociedade Thalia (1882); a Sociedade Beneficente e Protetora dos Operários (1883); a Sociedade Giuseppe Garibaldi (1883); a Sociedade Tiro ao Alvo Curitiba (1886); a Sociedade de Cultura Física “Jahn”, que sucedeu a Teuto Brasilianischer Turnverein (1890); a Sociedade Beneficente Rio Branco, antigo Handwerker-Unterstützungs-Verein (1894); a Sociedade Beneficente dos Trabalhadores da Erva-Mate (1896); a Sociedade Espanhola Beneficente Cervantes (1899); a Sociedade Beneficente Operária do Ahú (1901); a Sociedade Beneficente Santa Felicidade (1904); a Sociedade Operária Beneficente Internacional da Água Verde (1905); o Clube Literário e Recreativo do Portão (1914); a Sociedade Beneficente “Helvetia”, antiga Sociedade Suíça de Beneficência Helvetia (1915); a Sociedade de Tiro ao Alvo Polonesa (1922); a Sociedade Junak (1922); a Sociedade Operária Beneficente Primavera do Pilarzinho (1927) e tantas outras, das quais muitas não sobreviveram à conjuntura.

Essas associações assinalam a emergência de uma mentalidade sindicalista e corporativista, e praticamente todas possuíam caixas de socorro para a prestação de auxílios, como o de funeral, aos seus associados.

Na aurora dos movimentos operários do Paraná podem ser referidas, em Curitiba, as ações da União Gráfica Paranaense, com sua luta pela adoção da jornada de oito horas de trabalho, e da Liga dos Sapateiros que promoveu a primeira greve organizada do operariado curitibano, em 1906. Desse movimento surgiu a Federação Operária, instalada a 15 de julho de 1906, responsável pela primeira comemoração pública do 1º de Maio na Capital paranaense, promovida em 1907. É possível datar também em 1917, a eclosão da agitação violenta do movimento operário em Curitiba. Os protestos em nível local eram contra o aumento das tarifas de luz elétrica e em nível de luta operária, contra o fuzilamento do líder socialista espanhol, Francisco Ferrer.

Anarquistas europeus, sobretudo italianos e revolucionários de todos os

matizes, estiveram incluídos entre os imigrantes vindos para o Paraná, haja vista o exemplo da Colônia Cecília, na qual se pretendeu viver uma experiência coletiva de anarquismo. Os anarquistas tornaram-se arautos de reformas, atuando por meio da imprensa e dos clubes e sociedades que haviam surgido em Curitiba, tendo sido marcante a atuação libertária de Gigi Damiani.

De todo modo, a principal evidência de que, nessa conjuntura, a cidade de Curitiba superava a sua transição de modesta vila provinciana para atingir a condição de cidade moderna, foi, sem dúvida, a criação da Universidade do Paraná em 1912, imediatamente instalada e com funcionamento ininterrupto desde então.

Nessa conjuntura, florescia também no Paraná um dos movimentos mais significativos da cultura brasileira e universal: o *Simbolismo*.

Curitiba torna-se o centro da vida político-administrativa do Estado e, com novo dinamismo provocado pela cultura do café, realiza a ocupação colonizadora do Norte paranaense, simultaneamente àquela do Sudoeste e do Oeste, com a criação de suínos e plantações de cereais.

Curitiba mantém-se como o centro polarizador e irradiador da ocupação efetiva do território paranaense.

Neste estudo foi privilegiada a apresentação da principal e deliberada política pública dos governos da Província, depois Estado do Paraná, na segunda metade do século XIX e início do XX, dirigida para o incremento da entrada de imigrantes e colonização do seu território.

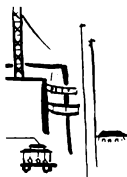
A sua efetivação teve entre outros resultados substantivos, o crescimento e a urbanização da Capital paranaense, além, evidentemente, de outras localidades do interior.

A entrada maciça de imigrantes, modificou as estruturas demográficas, incrementou o comércio e a indústria paranaenses, além de ter alargado, significativamente, o sítio urbano de Curitiba, pela incorporação de chácaras circunvizinhas e mesmo de colônias inteiras, como as colônias Dantas, Santa Cândida e outras. A presença dos imigrantes refletiu-se na própria arquitetura, além, naturalmente, de influenciar hábitos e costumes públicos e privados dos curitibanos.

Bibliografia complementar

- BALHANA, A. P. Política imigratória do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 12, p. 65-80, 1969.
- BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. L'immigration au Brésil de la fin du XVIII^e siècle à nos jours. In: *Les migrations internationales de la fin du XVIII^e siècle à nos jours*. Paris, Ed. du CNRS, 1980. p. 109-45.
- BALHANA, A. P.; WESTPHALEN, C. M. Participação dos imigrantes no comércio e indústria

- do Paraná - 1890-1929. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, Reunião, 1. São Paulo, 1981. *Anais*. São Paulo, 1982. p.129-37.
- _____. *Lazeres e festas de outrora*. Curitiba, SBPH, 1983.
- _____. Os alemães no comércio e na indústria do Paraná - 1890-1929. In: ASOCIACIÓN DE HISTORIADORES LATINOAMERICANISTAS EUROPEOS, Reunión, 6. Estocolmo, 1981. *Capitales, empresarios y obreros europeos en la industrialización de América Latina*. Estocolmo, Universidad de Estocolmo, 1983. v. 2. p. 383-405.
- _____. Brasil: imigração maciça e as estatísticas. (coord. José Sebastião Witter). In: *Immigración y estadísticas en el Cono Sur de América*. México, D.F. Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1990. p. 89-197.
- BALHANA, A. P. Política imigratória no Brasil Meridional. In: *Legislación y política inmigratoria en el Cono Sur de América*. México, D.F. Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1987. p. 327-35.
- _____. Demografia e Economia: o empresariado paranaense 1829-1929. In: *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo, IPE/USP, 1986. p. 245-94.
- _____. Imigração e desenvolvimento urbano. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA. *Anais*. Reunião 10. Curitiba, 1991. p. 53-4.
- GRAF, Márcia Elisa de Campos. *População escrava da Província do Paraná: a partir das Listas de Classificação para Emancipação - 1873-1886*. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. 180 p.
- _____. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981. 170 p.
- ROCHA POMBO, José Francisco da. *O Paraná no centenário*. 2. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1982.
- VITOR, Nestor. *A terra do futuro*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio, 1913.



P O R T O
A L E G R E

PENSANDO SOBRE A CIDADE DE PORTO ALEGRE NA HISTORIOGRAFIA

Charles Monteiro
PUC/RS

O objetivo deste trabalho é evidenciar a necessidade de realizar uma "história da memória" sobre o espaço urbano de Porto Alegre para compreender as tensões entre o "processo histórico" e a "produção da memória" nas narrativas históricas e literárias entre 1920 e 1950. Compreender "como" a re-escritura da história de Porto Alegre no contexto sul-riograndense instaura novos "lugares da memória", na tensão entre rememoração-esquecimento, constituindo uma nova forma de "ler" o passado e restabelecer o consenso social, legitimando a partilha do poder político e econômico local e regional¹.

O recorte temporal se justifica em que corresponde, por um lado, a um momento de profundas transformações na forma de pensar, planejar e intervir politicamente no espaço urbano de Porto Alegre (planos de reurbanização, revisão dos impostos urbanos, abertura de avenidas, vias de transporte, desenvolvimento comercial e industrial) e, por outro, há uma renovação da produção histórica e literária no contexto regional com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1921), da Editora Globo e das *Revistas do Globo* (1929) e *Província de São Pedro* (1945)².

Nesse contexto, uma nova geração de literatos e historiadores realizou uma revisão da história do Rio Grande do Sul, em paralelo com a produção de romances e memórias que evidenciavam as profundas transformações na estrutura social e econômica do estado, bem como do perfil urbano de Porto Alegre pelos sucessivos planos e obras de (re)urbanização da capital.

Naquele momento, caracterizado por uma aceleração do tempo histórico e transformação da "paisagem urbana", a nova geração de historiadores-literatos realizou uma (re)leitura do passado (do patrimônio de memória da sociedade porto-alegrense) e (re)escreveu a história de Porto Alegre. Reescritura da história urbana que se dá em relação à (re)escritura da história do Rio Grande do Sul, em que a paisagem do campo é valorizada na dinâmica explicativa da reorganização política, econômica e cultural da sociedade rio-grandense frente à crise das elites agropecuárias "tradicionais" da região da campanha (fronteira Oeste do Estado)³.

É significativo o fato de o discurso historiográfico – naquele contexto de crise do poder político-econômico das elites agropecuárias "tradicionais", êxodo rural e desenvolvi-

¹ O conceito de história da memória está baseado em NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire. I. La République*. Paris: Gallimard, 1984. p. XVIII-XLI. GEARY, Patrick. *La mémoire et l'identité: le sens du premier millénaire*. Paris: Aubert, 1996. p. 17-46.

² VERGUTTREIND, Jota. *Historiografia no gaúcho*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1992.

³ Sobre a tensão campo e cidade nas narrativas históricas-literárias ver WILLIAMS, Raymond. *Quem precisa da cidade? Os literatos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

mento urbano e industrial - concentrar-se na discussão do processo de formação histórica do estado do Rio Grande do Sul, valorizando as guerras pela demarcação da fronteira, a vocação "democrática" da sociedade e os atributos especiais do homem do campo (do gaúcho) como defensor da Nação diante da ameaça estrangeira. Um discurso que pretendeu reivindicar para o Rio Grande do Sul o reconhecimento da sua participação na luta pela formação do Estado Nacional. A historiografia silencia sobre a "crise" urbana, os conflitos sociais na cidade e o profundo processo de remodelação urbana iniciado na administração Otávio Rocha (1924-28) e continuado por Alberto Bins (1928-1937) para se dedicar a esse inventário "mítico" dos heróis das origens da conquista e colonização do estado⁴.

⁴ Ver sobre as reformas urbanas MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade*. Porto Alegre, Edipucrs, 1995.

Na literatura, apesar da existência de uma produção em consonância com essa representação historiográfica (a memória idealizada do passado rural), alguns escritores da "nova geração", a partir de 1935, iniciaram uma renovação temática com introdução do urbano, expressando as contradições do espaço sócio-cultural sul-rio-grandense⁵.

Escritores como Érico Veríssimo e Cyro Martins tratariam da questão do êxodo do campo rumo às cidades, dos conflitos entre antigos e novos valores, das tensões e segregações sociais no espaço urbano. Produção que evidencia a representação negativa da cidade como lugar de corrupção moral e segregação social, as contradições evidentes entre a burguesia comercial-industrial em ascensão e a pauperização das camadas médias e baixas urbanas.

Ver ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1996.

As narrativas literárias desses escritores operaram uma ruptura com o passado na busca de denunciar o presente, negam-se a resgatar um paraíso perdido ancorado na memória idealizada sobre a bravura, liberdade e igualdade entre os "gaúchos" da campanha. O bucolismo das imagens do campo, perpassadas por influências simbolistas tardias, cede lugar a um realismo socialmente comprometido.

Este é o caso dos romances de Érico Veríssimo no chamado "ciclo de Porto Alegre" - *Caminhos cruzados* (1935), *Música ao longe* (1935) e *Um lugar ao sol* (1936) - nos quais o escritor desenvolve a temática urbana e os seus conflitos de classe. Também Cyro Martins, na Trilogia *Gaúcho a pé* (1937-54), trata do homem do campo que, devido à modernização da empresa agrícola e à saturação do minifúndio, migra para a cidade como única alternativa de sobrevivência.

Porém, o que se evidencia é o silêncio da historiografia, comprometida com as novas elites dirigentes urbanas e o Partido Republicano Rio-Grandense procurando restabelecer o consenso político entre estas e as elites agropecuárias "tradicionais" e deixando de lado a questão das contradições entre o campo e a cidade. Tal atitude deve ser compreendida no contexto da tentativa do Rio Grande do Sul de apresentar um candidato de oposição ao Governo Federal com o apoio de estados dissidentes do "pacto oligárquico".

Existe, ainda, a necessidade de compreender o "quadro" de referência e

legitimação dessas narrativas históricas sobre a formação da sociedade e da cultura rio-grandense, de uma memória do espaço urbano em relação à “paisagem do campo”. O espaço de produção histórico e literário estava balizado pela formação de intelectuais nos cursos de Direito, Engenharia e Medicina com forte influência da doutrina positivista-comtiana. Esses cursos não só formavam intelectuais, mas também a classe política⁶.

A intelectualidade era formada por indivíduos provenientes da oligarquia rural, alguns das famílias decadentes que buscavam inserção na economia urbana, ou das camadas médias urbanas marcadas pela imigração alemã, italiana, portuguesa, espanhola e judia entre outras. Dirigia-se às profissões liberais, à vida política e ao jornalismo. Os jornais *A Federação*, *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* eram francamente partidários e atraíam essa intelectualidade militante. A criação da Editora do Globo, da *Revista do Globo* e da *Revista Província de São Paulo* permitiu o desenvolvimento continuado de um projeto de inventariar, divulgar e criticar a produção cultural literária, artística e histórica rio-grandense, possibilitou o nascimento de uma crítica de arte, teatro, literatura e história “especializada” e representou um “lugar” de produção, divulgação e legitimação do discurso historiográfico. Nessa produção está presente a tensão entre a atualização de valores “tradicionais” ligados ao passado e os “ecos” da revolução estética e temática modernista proveniente de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde vários elementos dessa geração tinham feito estágios acadêmicos, ocupado cargos políticos ou trabalhado como correspondentes jornalísticos.

Existem, logo, duas ordens de discurso em tensão. O *discurso do regional/nacional*, imbricado com a formação de uma memória histórica do Rio Grande do Sul, ancorada na representação de uma paisagem estável do campo e na figura idealizada do gaúcho (como monarca das coxilhas) visando o consenso das elites dirigentes. E o *discurso sobre a modernidade urbana* ou da experiência da modernidade no espaço urbano, que se apresenta frequentemente como crise, perda de referências e corrupção dos valores “tradicionais”.

A transformação das “paisagens urbanas”, através das reformas urbanísticas, evidência uma ruptura, uma descontinuidade com o passado e perda de referenciais para a memória coletiva urbana. Nesse sentido, a produção histórica e literária busca estabilizar essas paisagens urbanas através de memórias e crônicas históricas perpassadas de nostalgia, como a obra de Achylles Porto Alegre: *Paisagens mortas* de 1922. Essa intelectualidade se defronta com a necessidade de compreender o presente: tempo de mudanças, cambiante, marcado pela industrialização, urbanização acelerada, crise dos referenciais tradicionais de valores e busca de maior participação do estado no panorama político nacional.

A “história da memória” deveria abordar tanto a *historiografia*, produção consciente e intencional de uma memória social, quanto a *literatura* (crônica e romance), no sentido de problematizar o funcionamento interno desse discurso, a forma de

⁶ Sobre as influências do Direito e da Medicina na História ver BASSI, Stephen. *As revoluções da história sobre a representação*, Juruá, São Paulo, Unesp, 1994. GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, uma morfologia e história*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

construção dessas narrativas, constituição dos sujeitos, identidades/alteridades, paisagens urbana e rural, entre outras variáveis da constituição de uma memória social. Narrativas que fazem uma releitura do passado em função dos interesses do presente de certos grupos sociais em contrapartida ao silêncio dos "outros" sobre a construção social do espaço urbano.

Para fazer a "história da memória" do espaço urbano de Porto Alegre é necessário historicizar os diferentes "momentos" da produção dessa memória (os sujeitos e seus lugares sociais), proceder à desconstrução dessas narrativas visando compreender seus mecanismos de funcionamento, sustentados na tensão entre memória/esquecimento de suas falas na relação dinâmica entre identidade/alteridade, leituras do passado e projeções do devir. Segundo Pierre Nora⁷, é necessário compreender os lugares da memória, estejam eles relacionados a "datas, nomes, espaços públicos e monumentos", ou aos meios da memória como "livros, bibliotecas, IHGRS ou os cursos de História".

Nesse sentido, deve-se privilegiar a compreensão da produção histórica dos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul como João Pinto da Silva, Souza Docca, Manoelito de Ornelas, em contraponto com a produção literária dos cronistas da cidade como Achylles Porto Alegre, Archymedes Fortini e Augusto Meyer, e também com os romances "sociais" de Érico Veríssimo e Cyro Martins que colocam em evidência as contradições campo-cidade e as tensões sociais urbanas. Da interpretação desta produção historiográfica e literária no contexto de uma nova geração intelectual influenciada pelo modernismo e pelo regionalismo literários, paralelamente à fundação do Instituto Histórico e Geográfico e à formação dos cursos de História, pretende-se compreender a releitura da memória e a re-escritura da história de Porto Alegre.

Bibliografia complementar

- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1990.
- DARTON, Robert. *O Feijo de Lamonette*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- FRYE, Northrop. *O caminho crítico*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- LEITE, Lúcia Chiappini Moraes. *Regionalismo e Modernismo (o caso gaúcho)*. São Paulo, Ática, 1978.
- LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- MARTINS, Maria H. *Agonia do heroísmo: contexto e trajetória de Antonio Chimango*. Porto Alegre, LPM/Ed. Universidade/UFRGS, 1980.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas, Papirus, 1994. (v. 1-3)
- RIEDEL, Duce (org.). *Narrativa: ficção e História*. Rio de Janeiro, Imago, 1988.
- SARLO, Beatriz. *Una modernidad periférica: Buenos Aires 1920 y 1930*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Vision, 1988.

COMUNICADOS DE PESQUISA

Poder, cultura e representações no processo de urbanização
do/no Rio Grande do Sul

Cleci Eulália Favaro

UNISINOS

O tema "cidade" vem sendo amplamente discutido, não apenas nos meios acadêmicos nacionais e internacionais, mas também nas esferas política, econômica e cultural dos mais diferentes estados brasileiros, preocupados com o futuro das sociedades e das relações dos indivíduos, dos grupos e das comunidades com o Estado, com o meio ambiente e com a própria dinâmica das estruturas sociais. I haja vista a quantidade de simpósios, seminários, debates, pesquisas e publicações em torno do tema.

O Projeto CAPES/COFECUB 172/95: *A História Comparada das Sociedades Urbanas: políticas públicas e dimensão cultural das cidades brasileiras e francesas (1840-1945)*, ao estimular a formação de Grupos de Estudos regionais de natureza interdisciplinar e interinstitucional, condicionou um procedimento anterior a esta fase, mas de fundamental importância, qual seja, o estabelecimento de espaços preliminares de aproximação entre os diferentes pesquisadores, grupos e áreas do conhecimento já existentes, visando discutir metodologias e linhas teóricas.

No que se refere ao Rio Grande do Sul, tal objetivo foi parcialmente alcançado com a realização do Seminário "Leituras da Cidade", entre os dias 26 e 29 de março de 1996, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com sede na cidade de São Leopoldo.

Como consequência direta desse Seminário foram realizadas várias reuniões, com a presença sempre mais significativa de pesquisadores de alguma forma voltados para o estudo do tema, visando formular uma Proposta de Trabalho.

Das discussões emergiu uma questão norteadora básica, fundamentada no fato de que a cidade de Porto Alegre, além de ser a Capital e grande centro aglutinador da vida política, social e econômica do estado, foi também o elo de ligação com as comunidades imigrantes instaladas a partir de 1824 na então Província de São Pedro (seja nas áreas mais planas, com a presença dos numerosos contingentes de origem étnica alemã, seja, ao final do século XIX, nos espaços escarpados da região Nordeste, ocupados por sucessivas levas imigrantes, provenientes do norte da Península Itálica).

Em tais circunstâncias, o porto e a cidade de Porto Alegre desempenharam papel de relevo, tanto na condição de receptores dos grupos imigrantes, quanto no de centro importador-exportador de produtos, idéias e valores culturais, que acabaram por propiciar a emergência de algumas especificidades típicas das populações do sul do Brasil.

Faz-se necessário também levar em consideração o fato de o Rio Grande do Sul representar uma área de fronteira, o que lhe confere características bastante

diferenciadas, em relação a outras regiões do país.

Dentro dos marcos cronológicos que medeiam os anos 1840 e 1945 já foram realizados diversos estudos sobre a cidade de Porto Alegre, sob o ponto-de-vista da expansão urbana, do seu papel econômico no contexto regional e nacional, da vida cultural que a anima ou dos diversos segmentos sociais que a povoam. Tais estudos e pesquisas encontram-se, no entanto, disseminados e, não poucas vezes, ocultos nas prateleiras de bibliotecas de instituições, universidades, departamentos e cursos de Pós-Graduação, sem que lhes seja dado o devido valor, no conjunto da Historiografia sobre o tema e sobre a vida das diferentes comunidades que compõem o conjunto da sociedade do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, estudos significativos vêm sendo realizados tendo como objeto as relações entre a cidade de Porto Alegre e as mais diferentes regiões do estado e do país, especialmente diante da concretização das propostas do Projeto MERCOSUL.

Estudar a "cidade" e, em especial, a cidade de Porto Alegre, implica, por conseguinte, criar espaços para a divulgação destes estudos setoriais e para a emergência de novas pesquisas, visando à compreensão do fenômeno urbano. Como escreve Adeline Daumard, trata-se de uma proposta que se recusa "partir de um modelo único colocado *a priori*, mas que se baseia em várias hipóteses de trabalho para observar a realidade, partindo de múltiplas fontes, e cujas conclusões finais repousam na comparação dos resultados obtidos por todos os meios possíveis".

Proposta de trabalho para o núcleo do Rio Grande do Sul

Diante da problemática e das especificidades que a cidade de Porto Alegre apresenta – em relação às demais cidades que se constituem em objeto de estudo no interior do Projeto – a proposta de trabalho do Núcleo do Rio Grande do Sul buscará dar ênfase especial aos seguintes aspectos:

Quanto à vertente intitulada *Burguesia e elites dirigentes*, os enfoques privilegiados como temáticas de pesquisa voltam-se para o estudo

- das conexões entre pecuária/imigração/policultura/cidade/porto;
- das relações porto/porto (Porto Alegre/Rio Grande/São Leopoldo);
- da rede de relações entre a capital/litoral-sul/interior, através da malha ferroviária e da navegação fluvial e lacustre, a partir da atuação dos imigrantes;
- do papel das elites dirigentes tradicionais ou de origem imigrante.

Com referência à vertente que trata das *Políticas urbanas* vêm sendo desenvolvidas pesquisas voltadas para a análise das medidas legislativas provinciais/estaduais e municipais, no sentido de observar o desdobramento dos planos de urbanização, saneamento e higiene, educação, habitação, transporte, ecologia e lazer, ao longo do período 1840-1945.

O terceiro enfoque, *A dimensão cultural das cidades*, visa estudar o Rio Grande do Sul enquanto sociedade que realiza um calde cultural, tendo Porto Alegre como pólo centralizador e difusor, paralelamente à contribuição cultural dos diferentes grupos étnicos que compõem a sociedade rio-grandense, em especial daqueles

chegados ao estado a partir das primeiras décadas do século XIX (alemães, italianos, poloneses, russos, entre outros).

Perfil do grupo de trabalho

Embora em fase de organização, o Núcleo do Rio Grande do Sul conta atualmente com a participação de pesquisadores de diferentes Instituições e de diferentes áreas do conhecimento, fator relevante, no sentido do estabelecimento de um espaço aberto de troca de experiências teóricas e metodológicas, no que tange ao estudo das cidades. Variado é também o elenco de abordagens, privilegiando as três vertentes previstas no projeto bi-nacional.

Os trabalhos que se seguem orientam-se pela proposta geral do Núcleo, visando demonstrar a presença de uma articulação temática, apesar da multiplicidade de referenciais teórico-metodológicos e fontes de pesquisa.

Identidade social e identidade étnica:
um estudo sobre os Clubes Sociais como espaços de sociabilidade,
identidade e representação das elites urbanas
alemãs e teuto-brasileiras.

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos
UNISINOS

Justificativa

- Necessidade de ampliar estudos sobre a imigração alemã nas áreas urbanas;
- constatação, a priori, de que o tema, com esta abordagem, ainda não foi trabalhado;
- olhar os clubes sociais e também outros espaços de lazer (bares, cafés, cervejarias, praças...) como espaços construídos ou apropriados pela elite alemã/teuto-brasileira para neles esculpir a sua auto-imagem;
- contribuir para estabelecer uma tipologia para a análise dos clubes sociais como espaços de sociabilidade, identidade e representação em outras áreas de imigração.

Recorte espaço-temporal

O recorte espacial é a cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, onde nos interessa estudar o centro urbano, por ser ele o *locus* privilegiado pelas elites alemãs/teuto-brasileiras para morar e se divertir. Neste espaço, o tempo será marcado pela trajetória da Sociedade Orpheu, a mais antiga das sociedades recreativas fundadas no perímetro urbano de São Leopoldo. Os limites serão, portanto, 1858, quando a Sociedade foi fundada e 1958, quando fez 100 anos.

Neste contexto, porém, a Sociedade Orpheu será olhada na relação com os outros clubes que surgiram na cidade e considerando-se a sua inserção na sociedade leopoldense.

Questionamentos

O estudo se articulará em torno de quatro questões principais:

1. Quem forma a elite urbana de São Leopoldo em 1858?, 1917/18?, 1927?, 1937/45?, 1958?
2. Quais os espaços de sociabilidade que esta elite cria/usa para se representar em cada um destes períodos?
3. Através de que elementos, representações, práticas, circunstâncias ou processos estas elites constroem e afirmam sua particular identidade étnica alemã ou teuto-brasileira?
4. Em que medida a dinâmica da vida urbana atua como fator de preservação/dissolução destas identidades e representatividades das elites?

Hipóteses

Os questionamentos acima nos remetem a algumas hipóteses que pretendemos testar ao longo do trabalho:

1. A elite urbana cria/se apropria dos espaços formais/informais para se representar socialmente.
2. Estes espaços de sociabilidade e representação são, ao mesmo tempo, espaços que marcam a sua identidade étnica diante da sociedade nacional.
3. O contexto urbano onde estes espaços sociais estão inseridos atua como fator de preservação ou de dissolução da identidade e da representatividade da elite.

Fundamentação teórico-metodológica

O suporte desta pesquisa será dado por quatro palavras-chaves que, juntas e articuladas, fundamentarão o trabalho. São elas:

Elite - será abordada com o sentido de "[...] eminente, distinto, em suma o que de melhor existe num grupo social, numa comunidade, entre diversos indivíduos"¹. Outros autores como V. Pareto formulam assim a ideia de elite: "[...] Fazemos uma classe com aqueles que possuem os índices mais elevados no seu setor de atividade, e aí lhes daremos o nome de classe eleita (elite)"². Outro autor adverte ainda que "o número de elites é tão grande quanto o de valores. Além da elite do poder, existem elites de riqueza, respeitabilidade e conhecimentos [...]"³. Tomando o termo pela nuance dos franceses, a palavra se alarga, pois "[...] pertencer à elite não é somente possuir uma certa fortuna mas é também ter posição, desenvolver um

BUSINO, 1978, p. 315, apud ALBERTONI, Ettore A. *Dois séculos da classe política e a formação da elite*. Rio de Janeiro, Imago, 1992, p. 45.

2. PARETO, Vilfredo. *Trattato di sociologia generale*. v. II, p. 532, apud ALBERTONI, Ettore. *op. cit.* p. 18.

3. LASSWELL, H. D.; LERNER, D.; ROTHWELL, C. E. *The comparative study of elites*. Stanford, Stanford University Press, 1952, p. 6, apud BOURDIGN, Raymond J. BOURDIGN, J. François. *Elites e elites críticas*. Sociologia, São Paulo, Ática, 1995, p. 580.

certo padrão de vida, observar os ritos e os códigos acessíveis somente aos iniciados [...] defender os valores adotados pelas gerações fundadoras do grupo [...]”⁴.

A elite urbana leopoldense será, neste contexto, olhada como aquele grupo que desde a segunda metade do século XIX vem se distinguindo não só no âmbito econômico “[...]mas, ao senso do que há de melhor, de mais distinto e mais apto a servir de modelo numa sociedade”⁵. A partir daí, vem buscando distintos espaços de atuação e de representação.

Identidade étnica - aqui, será vista como “a expressão de um conjunto de aspectos e características intrínsecas e relacionadas por parte de uma coletividade, que a distinguem de outra coletividade”⁶. O contato entre indivíduos de origens diferentes, ocasionado pelas migrações, desencadeia um tipo de identidade social, a identidade étnica, construída pelo grupo transmigrado durante seu processo de interação com outros grupos que lhe estão próximos. Na medida em que acreditamos que o processo de formação da identidade alemã, na pátria de origem, foi conseguido a partir de uma base cultural e que o desdobramento deste processo alcançou as áreas de imigração, cremos, também, que na bagagem trazida pelos alemães para o Rio Grande do Sul vinha incluída uma visão de mundo embasada na sua formação, a partir de valores teutos. No contato com os rio-grandenses desenvolverão a idéia de pertencimento a uma etnia e a uma cultura própria, internamente delimitada e externamente reconhecida. Portanto, “[...]não é o viver numa região de colonização alemã ou possuir um tipo físico germânico que confere a alguém identidade étnica, pois esta é culturalmente construída”. É preciso ter presente, neste contexto, que trabalhar com a identidade é acima de tudo trabalhar com construções simbólicas e com representações. Possuir determinados costumes ou práticas de lazer é evidenciar a existência de símbolos construídos em diferentes épocas.

Representação - será estudada aqui a partir de Baczkó que diz que “[...]ao longo da história as sociedades se entregam a uma invenção permanente de suas próprias representações globais, idéias-imagens através das quais se dão uma identidade, percebem suas divisões, legitimam seu poder ou elaboram modelos formadores para seus cidadãos”⁷.

Sociabilidade - será usada como “tendência natural para não viver isolado, mas sim em sociedade”⁸, isto é, “[...]os múltiplos modos de ligar os homens pelo seu todo[...]”⁹. Segundo Simmel “... a sociabilidade é própria ‘de um mundo artificial, composto de indivíduos que não têm outro desejo senão o de criar uma pura interação com os demais’”¹⁰. Entenda-se portanto a sociabilidade como a habilidade de viver em sociedade, como o cultivo

⁴ VERNEY-CARRON, Nicole. A propos de l'exemple neplunov quelques réflexions sur l'histoire des élites provinciales aux XIX^e siècle. *Bulletin*, n. 4. 1^o vol. Centre Pierre Léon d'histoire Economique et Sociale, 1995, p. 28.

⁵ *Ibid.*, p. 32.

⁶ VARGAS, Cárman M. Barreto. *Representação social da identidade étnica de imigrantes alemães em Curitiba*. In: I Congresso Europeu de Latinoamericanistas. Salamanca, Espanha, 1996, mimeo.

⁷ MAUCH, Claudia. VASCONCELOS, Nair (org). *Os alemães no Rio Grande do Sul: identidade étnica*. Canoas (RS), Uirapuru, 1994.

⁸ BACZKO, Brimold. *Las imágenes sociales*. Buenos Aires, Ed. Nueva Visión, 1991.

⁹ DICCIONÁRIO BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo, Ed. Nacional, 1987, v.3, p.615.

¹⁰ *Ibid.*, p. 615.

das relações sociais entre homens e mulheres ou entre famílias em diferentes espaços, públicos ou privados. Aliado à sociabilidade está o lazer, entendido aqui como "tempo disponível, ócio, folga"¹².

Além dos conceitos já apontados, trabalharemos também com a memória dos leopoldenses, através da História Oral, metodologia que usaremos para enriquecer principalmente os dois últimos recortes temporais (1937/45 e 1958).

Esboço dos capítulos

O trabalho será distribuído em cinco capítulos, conforme os seguintes recortes temporais:

Capítulo 1. 1858 - Fundação do Orpheu: identidade, sociabilidade, representação;

Capítulo 2. 1917/18 - I Guerra Mundial: nacionalização, desenvolvimento industrial, etnicidade em crise – a língua, a palavra, a escrita;

Capítulo 3. 1927 - Fundação Clube Recreativo Juvenil: desenvolvimento, industrialização, "novo status" – novo espaço de representação;

Capítulo 4. 1937/45 - II Guerra Mundial: nacionalização. Crise da identidade e estratégias de sobrevivência;

Capítulo 5. 1958 - Centenário: casa nova, antigo endereço. Os "anos dourados" de entretenimento e lazer.

Bibliografia complementar

- AMADO, Janaina. *Conflito social no Brasil: a revolta dos "Muckers"*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- ANAIS do 1º Congresso de História e Geografia de São Leopoldo. Porto Alegre, Globo, 1947.
- ANAIS do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo, 1974.
- BALDAUF, João S. Algo sobre os corais no Rio Grande do Sul. *Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, Roterund, 1974.
- BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes na Guerra do Paraguai*. Canoas, Hilgert e Filhos, 1978.
- BLANCHE, Martha. Construcción simbólica del otro: una aproximación a la identidad desde el folklore. In: HILDAGO, Cecilia; TAMAGNO, Liliana. *Etnicidad e identidad*. Buenos Aires, Centro de Estudios de América Latina, 1992.
- BOSI, Eclêa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz/Edusp, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Campinas, Papius, 1996.
- _____. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo, Edusp, 1996.
- BRANCO, Estelita de Aguiar. *A grande tarifa: processos e estratégias do migrante português, estabelecido em Pelotas-RS, na manutenção de sua identidade*. Porto Alegre, 1991. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo, Unesp, 1992.
- CHARLE, Christophe. *Histoire sociale, histoire globale?* Paris, Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1993.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo,

¹² GURVITCH, G. D. *La sociation active de la sociologie*. Paris, PUF, 1963. v. 1, p. 76, apud BOURDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Op. cit.* p. 1135.

¹³ MARTINDALE, D. A. *La teoria sociológica*. Madrid, Aguilar, 1971. p. 282, apud BOURDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Op. cit.* p. 1135.

¹⁴ FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Minha gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985. p. 288.

- Companhia das Letras, 1990.
- CORBIN, Alain. *L'avènement des loisirs, 1850-1960*. Paris, Aubier, 1994.
- CYPRIANO, Vera R. *A Sociedade Orpheu*. São Leopoldo, 1971. Monografia (Conclusão do Curso de História) - Universidade do Vale dos Sinos.
- DACANAL, José H; GONZAGA, Sergius. *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- DICIONÁRIO de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- DICKIE, Maria Amélia S. *Afetos e circunstâncias*. São Paulo, 1996. Tese (Doutoramento) - Universidade de São Paulo.
- DIENSTRACH, Carlos. *A maçonaria gaúcha*. Londrina, Ed. "A trolha", 1993.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Zahar, 1993. v. 1-2.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social*. Lisboa, Teorema, 1992.
- FERREIRA, Marieta de M. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- FLORES, Hilda A. H. *A canção dos imigrantes*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, UCS, 1983.
- FOUQUET, Carlos. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil 1808-1824-1974*. São Paulo, Instituto Hans Staden, 1974.
- GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.
- GOBLOT, Edmond. *A horta e o nícel: retrato da burguesia francesa na passagem do século*. Campinas, Papirus, 1989.
- HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- JULIANO, Dolores. *Estratégias de elaboração de la identidad*. In: HIDALGO, Cecília e TAMAGNO, Liliana. *Op. cit.*
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.
- MOEHLECKE, Germano Oscar. *O Vale dos Sinos era assim*. São Leopoldo, Rotermond, 1978.
- MÜLLER, Telmo Lauro (coord.) *Anais dos Simpósios de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, 1974-1982-1986.
- _____. *Sociedade Ginástica: cem anos de história*. São Leopoldo, Rotermond, 1986.
- _____. *Colônia alemã 160 anos de história*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Caxias do Sul, Ed. da Universidade de Caxias do Sul, 1984.
- _____. *Herança de geração em geração*. São Leopoldo, Rotermond, 1988.
- PERROT, Michelle et al. *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- PETRY, Leopoldo. *O município de São Leopoldo*. São Leopoldo, Rotermond, 1923.
- PICCOLO, Helga I. L. Levantamento e apreciação da problemática de São Leopoldo no período 1824-1889. *Estudos Leopoldenses*, n. 28. São Leopoldo, Rotermond, 1974.
- PINOL, Jean-Luc. *Le monde des villes aux XIX^e siècle*. Paris, Hachette, 1991.
- PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins, 1996.
- RAMBO, Arthur B. Nacionalidade e cidadania. In: MAUCH, C.; VASCONCELLOS, N. (org.) *Op. cit.*
- _____. *O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil. Perspectiva Econômica*. São Leopoldo, Unisinos, n. 24/25, 1988.
- RENAUX, Maria Luiza. *O outro lado da história: o papel da mulher no vale do Itajaí 1850-1950*. Blumenau, Editora da FURB, 1995.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969.
- SÃO PAULO. Secretaria da Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992.
- SEYFERT, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, C. e VASCONCELLOS, N. *Op. cit.*

- SPERB, Angela T. *Mais que nunca é preciso cantar: as sociedades de canto de Hamburger Berg e Esperanza*. São Leopoldo, 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale dos Sinos.
- WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional/Brasília, INL, 1980.

O Lami : um estudo de caso sobre a construção social do olhar
e da fala feminina no meio urbano e na política urbana
na cidade de Porto Alegre

Rosemary Fritsch Brum
UNISINOS/UFRGS

Esta comunicação versa sobre uma agenda de pesquisa em elaboração, inserida no contexto da produção da linguisticidade da experiência humana do mundo. Trato aqui da minha reflexão sobre os modos narrativos das mulheres do Lami, bairro-balneário, situado junto a uma das áreas de preservação ambiental de Porto Alegre.

Para além dos estudos de usuários ou de formulação e implementação de políticas, desejo adensar a tradição dos estudos de “comunidade” ou, mais recentemente, os referentes à moderna democracia tais como as práticas da “participação comunitária”, com ênfase para recentes políticas que afetam o meio ambiente¹.

Para efetuar este percurso, recorro ao corte geracional e de gênero (mulheres), como a visão privilegiada para refletir sobre a organização social da relação entre sujeito e sociedade, na contemporaneidade. Nesse contexto, é relevante ter em vista o diálogo entre sincronia e diacronia. A rigor, é a presença da diacronia no cerne da própria sincronia um dos fatores que reforçam os estudos de corte transcultural. Assim como os estudos que partem do pertencimento a uma etnia trazem subjacente um multilinguismo cultural intrínseco às categorias. Isto posto, reforço a idéia de que as pesquisas sobre relações de gênero e de gerações se tornarão mais ricas e sugestivas na medida em que neguem uma homogeneidade básica. A história oral dá um exemplo contundente da heterogeneidade. Mesmo conceitos que podem ser tomados como dotados de uma abrangência, como o de memória coletiva, por exemplo, revelam que os fatos que compõem o

¹ O contexto sócio-ambiental de Lami está determinado legalmente pela própria delimitação do Plano Diretor de Planejamento Urbano de Porto Alegre, como área de preservação ambiental típica, e da ambiente originária da Mata Atlântica, com espólio da flora e da fauna em extinção. Mas apenas na administração de Guilherme Sotoca Vilela ocorreu a criação da Reserva Biológica, na pequena área de 77ha pelo Decreto 4.297, em 14 de dezembro de 1975. Este anúncio ainda a proteção da área pelo Decreto 6.222, em 12 de dezembro de 1977, transformando os terrenos circundantes em “de preservação permanente” antes mesmo do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente – , através da resolução 13/92, estender o conceito a todo o país. Em 1972 os debates sobre ecologia urbana denunciavam que Porto Alegre, em volume de área verde, tinha uma metragem mínima por habitante, abaixo das demais capitais brasileiras. A ideia defendida pelo fundador da Associação Gaúcha do Meio Ambiente (AGAPAM), Lau Ferreira, e levada a efeito, para combater a situação, foi a de acrescer uma área de banhados abandonada no bairro Lami, a soma da área verde total do município.

folclore e a história das mulheres num grupo são vividos de maneira diferente conforme os atores, não só a partir de suas características idiossincrásicas como também a partir de sutis diferenças na localização estrutural dos atores no transcurso do evento. Este modo de abordagem privilegia a noção de processo: as narrativas de mulheres sobre as políticas urbanas. Como se sabe, esta noção traz implícita uma concepção de fluidez, de mobilidade e de interminabilidade. O processo, por sua própria natureza, só tem um fim na medida em que este é estabelecido arbitrariamente, como ocorre nas grandes periodizações às quais está afeita a historiografia tradicional.

Na verdade, a crença num ponto terminal própria ao desenrolar do processo muitas vezes ignora sua continuidade através de sutis processos de transformação. Aqui, empiricamente, trato do bairro-balneário Lami, que se localiza a 40km do centro da cidade, na zona sul, e faz parte, através do Guaíba, da Bacia da Lagoa dos Patos. Alguns dados de *contextualização histórico-social* da região originariamente habitada pela população indígena, remetem ao início do peculiar povoamento do RS, anterior mesmo à elevação de Porto Alegre à capital do estado. Marcada pelas questões estratégico-militares de defesa e expansão das fronteiras para além do meridiano das Tordesilhas, entre os séculos XVIII e XIX, a política de povoamento iniciou-se com a vinda de casais das ilhas de Açores e Madeira, que daria origem à cidade de Porto Alegre. Entre estes marcos iniciais e o século XIX, ocorre um movimento migratório "natural" para a região. Posteriormente, no século XIX, promoveu-se a imigração de outros grupos, via a chamada política oficial de colonização do Governo Imperial, desta feita de alemães (1824), italianos (1875) e de outros grupos étnicos, estabelecendo um rico mosaico étnico na região sulina.

As mulheres do Lami são provenientes em sua maioria do povoamento originário, sendo algumas herdeiras dos grandes proprietários de fazendas. Estas estão hoje fortemente subdivididas, ocupadas ou em vias de ocupação pelos segmentos de médio ou mesmo baixo poder aquisitivo, caracterizando uma nova composição sócio-demográfica local. O tempo histórico de emergência da sociedade urbana no RS, nos séculos XIX e XX, principalmente, aqui pretendo que possa ser retido segundo os múltiplos significados que esta mulheres atribuem a sua existência comunitária, na narrativa mítica. O estudo do imaginário² pode dar conta não apenas do texto-narração, dos primeiros colonizadores ou povoadores açorianos a Porto Alegre, — a *narrativa de fundação* — e o Lami no processo — mas do mundo como linguagem mesmo, como modo de significação de como se vêem no sistema de comunicação entre as narrativas pessoais, confrontadas como texto-narração das histórias locais, ou oficiais. Esta comunidade de mulheres, quando atravessada pelos distintos pertencimentos (étnicos, sexuais etc), constituem um modo singular de perceber e receber as políticas que afetam a paisagem natural, através da

² ARRUDA, Maria do N. *Antropologia da modernidade: O imaginário como uma categoria cultural do Brasil*. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; egressa MIT/JAVIERA, Myriam. Sobre o discurso social do mar: notas para uma leitura crítica. Artigo de tema. *Perspectivas*. Revue du Program de Pós-Graduação de Sociologia, FFUCH, USP. São Paulo, n. 1, p. 87-125, 1994.

elaboração de uma narrativa própria e, quem sabe, resignificadora ao nível identitário³.

A problemática teórico-metodológica em torno da coleta da História Oral de Vida (HO) constitui o campo da narrativa onde pretendo refletir sobre a veracidade da hipótese de trabalho que percebe no imaginário que parte do tópos feminino a atribuição histórica na cultura ocidental das mulheres definidas como mais próximas da natureza que os homens. E, em sendo assim, deteriam uma visão particular e um acento histórico distinto do masculino, moldando uma percepção e recepção críticas do processo histórico que levou a um convívio catastrófico e destrutivo da natureza.

Aceitando a premissa de que as mulheres, como seres humanos que são, procuram dar sentido à sua experiência, interpretando suas ações como parte de uma biografia coerente. Quando eventos novos ou inesperados ocorrem na vida, elas os inscrevem em suas narrativas de modo que suas histórias continuem a fazer sentido ao longo do tempo. Procuro, a partir desta premissa, apreender os elementos fundantes das narrativas pessoais, à luz dos pontos de transição entre o ciclo vital e o mapeamento das sucessivas reconstruções das mesmas, ao longo do processo de intersecção entre a memória individual e os quadros sociais da mesma.

É no campo da análise linguística que busco ter presente, em virtude da natureza interativa implícita no processo de coleta de narrativas, a relação dialógica entre a subjetividade do narrador e a do pesquisador. É este um momento no qual dois discursos são colocados frente a frente. Há uma dialogicidade interna, para usar uma expressão de Bakhtin, que comanda a relação entre os dois discursos. Como se sabe, o texto narrativo, por sua própria natureza, encerra um significado manifesto que deve ser utilizado para atingir as camadas mais profundas da estrutura narrativa, ou seja, do significado latente⁴.

No Lami, os significados do texto narrativo retêm as profundas transformações da paisagem: o deslocamento de novas camadas urbanas para a região, seja para localização residencial, seja eventual, usufruindo do lazer oferecido, está reconstituindo o primitivo tecido social e o imaginário local. A racionalização do modo de vida rural é um fato: impulsionada pelo IPPDU, o *cinturão verde* da cidade, reserva agrícola, e constituído por pequenos proprietários, está cedendo lugar aos sítios de lazer de camadas médias (e abastadas) da população porto-alegrense. Do mesmo modo, o acesso aos meios de transporte urbano tem atuado no aumento do movimento

³ A área, propriedade da prefeitura, era constituída por casa flora e fauna nativas. Este início da intervenção urbana na região, culminando com a destinação do local de Porto Alegre, no *terroir* sanitário ali projetado pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre (DMLU), em 1937, tem sua origem no imaginário local, além de ameaças bem concretas ao equilíbrio ambiental, a forte entrada das mulheres nativas e moradoras mais recentes, na cena política. Um imaginário social local está associado pelo termo, principalmente "se a proposta contradição ou não o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, que prevê a criação de preservação". Para um exame do IPPDU, ver meu trabalho *Uma casa nas costas analisando o movimento social urbano de Porto Alegre (1978-1984)*. 1984. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul e *Centro 22 anos de desenvolvimento: Movimento Participativo*. In: PANIZZI, Wladimir; ROYALTI, João Jorge. *Desenvolvimento*. Porto Alegre, C.I. UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993.

⁴ Parte desta exposição integra uma proposta mais ampla, sendo que o texto teórico retém a discussão que tem por base a linha de trabalho do *Labi, relatório de História Oral de Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*.

pendular de empregos, principalmente no setor de serviços.

A perspectiva narrativa visa reter o problema da *estética da recepção e da percepção* que incide sobre a paisagem. Se observar qualquer coisa é torná-la objeto dos sentidos, pretendo compreender como se tramam as relações complexas entre a paisagem e as mulheres do Lami. E mais, como é possível estabelecer no campo e no modo narrativo a sensibilidade estética da intervenção e sentidos sócio-históricos da intervenção, que é política, sobre a paisagem. Pretendo reter o cerne, assim, do problema estético, isto é, como, no processo de ocupação urbana, ainda as mulheres do Lami instituem uma nova historicidade e uma tarefa emancipadora⁴.

Uma série inicial de questões, dadas pelos primeiros relatos que colhi entre 1996 e 1997, dá conta de impressões diferenciais sobre tal tipo de problema. A intervenção/consumo da paisagem pode ser retida como uma transgressão aos sentidos, sobretudo a transgressão da gestualidade e das narrativas social e simbolicamente segregadoras, quando, por exemplo, as falas das frequentadoras (e nesta categoria, um "ideal-tipo" intermediário, as moradoras mais recentes) atribuem ao ambiente uma tal estimulação dos sentidos onde está implícita a fuga do presente e o refúgio no passado (idílico). Do mesmo modo as falas, em alguma medida, traduzem a paisagem como fruição estética de um tempo contemplativo e não utilitarista, do espaço como rito de visita e contemplação através dos vestígios do passado, da paisagem primitiva. Como *flâneur*, divagam sem destino pelos espaços "naturais" e das "citações" de outras ocupações humanas. Como diz Fortuna⁵, "da indiferenciação perante a história, tempo e a memória, como se convencionou denominar pós-modernidade".

Que dizer então da história oral de vida das moradoras "antigas", quando revestem suas narrativas de múltiplas significações que vão desde o mito de fundação do Lami à racionalização urbana do bairro e ao novo papel social da mulher na comunidade e na sociedade? Aqui, desde a história da ocupação por edificações (escola, casa, comércio, pequenas manufaturas), à extensão dos serviços urbanos estabelecem o discurso das formações identitárias modernizantes, à semelhança do discurso político local.

A tipificação entre moradoras/não moradoras ou moradoras antigas/recentes, na verdade é um expediente através do qual trabalho o pertencimento de modo bastante flexível, isto é, o pertencimento não é, necessariamente, um fator de homogeneização. Pelo contrário, os eventos circunstanciais, ou a alteração cronotópica, para utilizar um termo de Bakhtin, podem contribuir em favor da construção de uma heterogeneidade substantiva à categoria em destaque. A homogeneidade é

Trabalhando no campo artístico. Hans R. Jaus, comentado por ZILBERMAN, Regina (*Estética da recepção e da percepção*). São Paulo, Ática, 1987), aponta como a experiência estética diz respeito ao efeito, provocado pela obra de arte, de renovação da percepção do meio circundante. Esta renovação tem o efeito de uma verdadeira Katharsis segundo sua obra *A Poética antiga* (*Ökone Apologie der ästhetischen Erfahrung*, Konstanz, Verlag der Universität Konstanz, 1972, p. 137) "conduz com o prazer ativo, resultante da recepção de uma obra verbal e que motivava uma transformação de suas (do receptor) convicções, quanto a liberação de sua mente". In ZILBERMAN, Regina. *Op. cit.* p. 55.

⁴ FORTUNA, Carlos. *Assaladas e assentadas: Narrativas, patrimônios e memórias*. São Paulo, RBCS, ANPOCS, n. 33, ano 12, p. 127-41, fev./1997.

apenas uma suposição não demonstrável. A literatura sociológica, antropológica e histórica, tanto clássica como mais recente, inclusive no caso da história oral, que interessa mais no projeto em questão, está plena de exemplos que corroboram esta afirmação diretamente.

Neste contexto, é também de relevante importância atentar para os níveis mínimos e máximos de integração social, funcional e sistêmica das mulheres do I.ami. A importância destes níveis deriva do fato de que eles podem conduzir a rumos de investigação não suspeitados num primeiro momento. Mas tudo isto deve ser recoberto pela perspectiva dialógica. Esta perspectiva se reveste de relevância enquanto aponta para o universo cultural do próprio pesquisador. E, no caso da história oral, o chamado imperativo dialógico, a noção de troca e intercâmbio que pode conduzir, inclusive, a um posicionamento ambíguo e bi-cultural, possui a virtude de não apoiar-se em certezas pré-fabricadas. Com isto, se tornará possível a realização de múltiplas leituras que, em última instância, não necessitam ter uma coerência manifesta e explícita.

O processo dialógico contém a necessidade do pesquisador captar, em sua forma pura, a experiência e a sensibilidade de outrem em sua expressão original. Em princípio esta é uma condição ideal que deve constituir-se num parâmetro da atividade investigativa do historiador. Mas, no entanto, frequentemente encontram-se empecilhos derivados da reinterpretação, feita pelo pesquisador, à qual está sujeita a narrativa da pessoa fonte. O processo quase natural, por assim dizer, é o de incorporar o discurso do outro às próprias estruturas mentais e condicionamentos ideológicos. Com isto, se perde a possibilidade de captar a substantividade da narrativa, que é, ao mesmo tempo, individual e social, em sua alteridade pura.

Aqui ressalto a importância de incorporar ao trabalho, Identidade narrativa, Identidade simbolizada e o imaginário, na narrativa destas mulheres, segundo as investigações de Ricoeur⁷. Primeiramente porque me permite estabelecer na composição narrativa como elas relacionam o tempo da narrativa com suas vidas e a ação efetiva. Este é um modo de interpretação que pode revelar o que muitas vezes é encoberto por uma visão unívoca ou totalitária do social. Do mesmo modo, a identidade simbolizada pode trazer caminhos para sinalizar a importância dos símbolos na compreensão delas mesmas, e de como estes símbolos, mitos que são, podem incorporar à cultura urbana/rural, a identidade que, antes de mais nada, é simbólica.

Neste ponto finalizo trazendo a contribuição de Simmel⁸, na medida em que o "último sociólogo das formas sociais" me permite tratar do sentido estético, na perspectiva que considera a atividade de narrar, se relacionar com a sociabilidade, isto é, "o ser com os outros", a base onde as mulheres do I.ami reconhecem e interpretam "um sujeito igual ao próprio

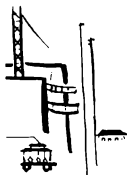
⁷ RICOEUR, Paul. *Tempos narr.* Paris, Éditions du Seuil, 1984, apud BRUM, Rosemary E. O pertencimento sócio-espacial da italianidade transportada. *Tramandá*, 12-15 set. 1995. *Anais do V Encontro de Antropologia*, (Mero) Sul. Cultura e Globalização. GT Cartografia da cidade: imagem e estética, p. 42.

⁸ SIMMEL, George. *Sociologia: estudos sobre las formas de socialización*. Buenos Aires, Espasa-Calpe. 1933 apud BRUM, R. *Op. cit.* 1995.

eu", ou seja, a estrutura dentro da qual foi e é possível a socialização na região.

Bibliografia complementar

- EAGLETON, Terry. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.
- GUBERT, Renzo; STRUFFI, Lauro. *Strutture sociali del territorio montano*. Milano, Franco Angeli, 1987.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo, Ática, 1994.
- MARTINI, Maria Luiza (coord.); BRUM, Rosemary Fritsch et al. *História oral, uma narrativa interdisciplinar: memória judaica em Porto Alegre*. Porto Alegre, UFRS, apoio Sub-projeto FAPERGS, 1998-2000 (mimeo).
- ORMEZZANO, Graciela R. Oficina de reciclagem de papel: estudo sobre a construção subjetiva do olhar na paisagem do Lami. In: MEDEIROS, Marilu (org.). *Coletânea*. Porto Alegre, Edipucrs (no prelo).
- PASSERINI, Luisa. *Storie di donne e femministe*. Torino, Rosenberg & Sell' et, 1991.
- PEDRO, Joana M. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1997.
- PICO, Josep. *Modernidad y postmodernidad*. Madrid, Alianza Editorial, 1988.



R E C I F E

OS SÍMBOLOS DO “PROGRESSO” E A “POPULAÇÃO” DO RECIFE, 1840-1860

Marcus J. M. de Carvalho
UFPE

A Cidade é corte, ruptura, destino do mundo¹.

Na vida humana existem épocas decisivas, momentos de perigo, de escolhas fundamentais – sejam elas certas ou erradas. De

uma certa forma as cidades emulam isso. Elas foram feitas à imagem dos homens e, como tal, trazem todas as possibilidades do belo e do hediondo. São possíveis todas as aventuras. Mas o tempo também atua sobre o espaço, tornando uns momentos mais decisivos do que outros. Neste texto, tentaremos enfocar um período muito importante na história do Recife, durante o qual as políticas públicas voltaram-se para atender os ditames de uma conservadora ideologia de “progresso”, muito em voga desde começo da década de 1840². Algumas das idéias geradas a partir dessa noção foram aplicadas através de sucessivas reformas urbanas que mudaram inexoravelmente a cara da cidade. A alma todavia continuou a mesma. O Recife permaneceu uma cidade marcada pelo escravismo. Talvez seja até razoável dizer que, da perspectiva dos grupos subordinados, a cidade ficou mais fechada à medida em que abriam-se as novas ruas e edificavam-se os novos símbolos do progresso³.

Em 1854, o viajante William Hadfield visitou o Recife, ficando impressionado com as transformações ocorridas desde a sua primeira visita, em 1821. Antes, achou a cidade acanhada. Teve até dificuldade em encontrar uma carruagem para alugar, o que não acontecia mais em 1854, quando viu para mais de duzentas pelas ruas, de todos os tipos e tamanhos, isso sem falar daquelas dos particulares. Nesses trinta anos, muitas ruas novas foram abertas e calçadas, vários prédios públicos construídos, a água encanada já chegava aos chafarizes dos bairros centrais, e até a iluminação à gás estava encomendada. Essas

¹ BRAU DEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, v. 1, p. 439.

² Sobre a ideologia do progresso e seus desenvolvimentos políticos e ideológicos, veja-se MARSON, Isabel. *O progresso e o projeto de Revolução Praieira em Pernambuco, 1842-1855*. São Paulo, Brasileira, 1987, p. 119 e seq.; *Idem*. Política, ciência e utopia: a utopia O Progresso e a rejeição da monarquia constitucional no Brasil (1840-1848). *Revista Brasileira de História*, n. 13/24, p. 109-123, set. 1991/ago. 1992.

³ Sobre a resistência escrava no Recife nesse período, veja-se CARVALHO, Marcus J. M. de. Quem firma mais escreve: o mouro de escravos em Pernambuco, 1832-1854. *Revista de Estudos Econômicos*, n. 17, p. 89-112, (1987); *Idem*. A utopia da liberdade nem quilibra a nem a acomodação: casos de resistência escrava em Pernambuco contemporânea. In: MOURA, Alexandrina (org.). *Utopias (Im)utáveis no Recife*. Massangana, 1994, p. 71-84; *Idem*. O Recife, seus nobres e seus escravos na primeira metade do século XIX. In: *Anuário XLVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de História e Geografia*. Curitiba, 1996, p. 199-224; MATA, Cláudia Nunes. *Sociedade, utopias, transformações públicas: o cotidiano social e econômico no Recife durante o século XIX*. 2003. 188p. Recife, UFPE, Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Pernambuco, SILVA, Wellington Barbosa. *A vida de periferia: a vida e o trabalho em Recife, do século XIX, 1840-1860*. Recife, 1996. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Pernambuco.

mudanças aconteceram em tempo relativamente curto, entre o governo do Barão da Boa Vista (1837-1844) e a década de 1850⁴.

O Recife é todo entrecortado pelas águas do rio Capibaribe. Um dado que a distingue das outras duas maiores cidades escravistas brasileiras dessa época: Rio de Janeiro e Salvador. A parte urbana propriamente dita era composta por apenas três bairros, que são três ilhas, ou quase isso: o Recife propriamente dito (onde e fica o porto) – unido a Olinda por um istmo; Santo Antônio (a Mauritistaadt de Nassau), uma ilha realmente; e a Boa Vista, que virava uma ilha, quando os rios e mangues enchiam.

Ao redor desse núcleo estavam as terras de antigos engenhos, transformadas em povoações, depois subúrbios, onde havia muitos sítios, alguns tufos de mata, e até alguns engenhos ainda moentes, formando o que Gilberto Freyre chamaria do complexo urbano das cidades patriarcais. Por estar mais próximo do interior, eram comuns no período colonial as referências a Boa Vista como o “continente”. Todavia, um braço do Capibaribe cortava aquele bairro dos subúrbios. Ao norte, um braço do rio Beberibe e os manguezaís do local conhecido por Santo Amaro das Salinas iam pouco a pouco separando a Boa Vista da terra firme, até chegar ao rio Beberibe, propriamente dito – a fronteira com Olinda, a antiga capital.

Fica difícil calcular exatamente quantas pessoas viviam no Recife no século dezenove. Não podemos cobrar muito dos pobres coitados que eram encarregados de contar os habitantes e mandar o resultado para os seus superiores. Entre as muitas contagens feitas da população do Recife, existem duas que servem bem para verificar a evolução demográfica da cidade no período aqui tratado. Uma data de 1827. A outra de 1855. Ambas encomendadas pelos presidentes da província e com todos os defeitos dos censos realizados por padres, juizes de paz, sub-delegados, agentes dos aparelhos administrativos e repressivos em geral e, é claro, seus prepostos.

A contagem de 1827 é a mais detalhada que temos para a primeira metade do século passado, dando às três freguesias da cidade do Recife uma população total de 25.678 pessoas⁵.

O presidente da província de Pernambuco nessa época era José Carlos Mayrink da Silva Ferrão. Um político esperto, sem dúvida⁶. Mas quem mandava mesmo era um dos irmãos Cavalcanti, o Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que várias vezes assumiu o governo da província, sendo quase sempre um dos vices dos outros presidentes nomeados entre a Independência e a Praieira, em 1848. Na Corte, na década de 1820, dois dos seus irmãos já se destacavam na Câmara⁷. O censo tinha utilidade para essa elite dirigente. Com certeza, ele tem erros e, vamos

⁴ HADFIELD, William. Pernambuco 1854. In: MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas. *A paisagem pernambucana*. Recife, Massangana, 1993. p. 179. Sobre o governo do Barão da Boa Vista, veja-se: GUERRA, Flávio. O Recife e o Conde da Boa Vista. In: ALMEIDA NETO, José Joaquim de et al. *Um tempo do Recife*. Recife, Secretaria de Justiça, 1974. p. 267-87.

⁵ O que restou desse censo foi coletado e impresso graças ao trabalho de J. M. Figueira de Mello, mas o erro na história de Pernambuco por ter publicado o quinto policial da Insurreição Praieira, é que é uma injustiça para a sua biografia, já que o seu maior legado foi justamente o seu ensaio sobre a população provincial. Figueira de Mello era um homem detalhista, como provam o próprio inquérito que organizou contra os rebeldes — praticamente encerrando a carreira política dos praeiros — e o livro de memórias que escreveu sobre a Insurreição Praieira que, ainda hoje, é o mais citado sobre o assunto. Mapa demonstrativo das diversas povoações, vilas e cidades da província, indicando as porções, municípios e freguesias — número de casas, fogos, almas e lotas que contém cada uma delas.

ser sinceros, quem sabe até algumas mentiras. Mas, no seu conjunto, tem uma certa consistência para os três bairros que formavam a cidade do Recife, onde os fogos e as pessoas eram contados com mais rigor do que no interior onde os engenhos eram quase que indezassáveis. Era necessário esse mínimo de segurança. O censo não era uma brincadeira e sim um instrumento precioso para a administração da província e de sua capital, onde estava o corpo administrativo e os principais órgãos judiciais e militares. A informação já era poder em 1827, período de governo quase ditatorial até para os autoritários padrões do momento, quando os remanescentes da Confederação do Equador ainda se escondiam temendo a repressão – ou melhor a vingança ou agressão pura e simples de adversários locais que poderiam se aproveitar dessa desculpa legal.

Esse mapa de 1827 indica não apenas o número de pessoas que residiam no Recife, mas também o de suas casas e lojas. Essa abundância de detalhes ajuda a entender a distribuição espacial da população escrava no núcleo urbano propriamente dito de uma comarca bastante extensa, chamada também de Recife. A cidade em si era bem menor, volto a repetir: era a soma daqueles três bairros centrais: as ilhas do Recife, Santo Antônio e Boa Vista. Definitivamente, era essa a capital da província. O resto eram subúrbios, povoações e áreas rurais contíguas, os “arredores do Recife”, na precisa expressão do cronista oitocentista Pereira da Costa⁵.

O quadro 1, na página seguinte, resume esses dados. Ele indica que trinta e um por cento dos habitantes da cidade do Recife eram escravos em 1827, com uma ligeira predominância dos homens sobre as mulheres. Esse relativo equilíbrio dos sexos indica uma tendência, encontrada em outras cidades, ao emprego dos cativos em funções domésticas e suntuárias.

A grande maioria da população do Recife, quase setenta por cento, era composta de cidadãos livres e libertos que, naquele mapa, estão incluídos numa só categoria, a dos “livres”.

Jo. MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Trabalho escravo na capital de Pernambuco Recife*, 1852; reedição Recife, Conselho Estadual de Cultura, 1979. *Idem*, *Cronica da Redenção da Província, 1848-1869*. Rio de Janeiro, Tipografia do Brasil, 1952; reedição comemorativa a cemitério da morte do autor, Brasília, Senado Federal, 1978.

⁵ Passou de secretário do governador português em 1817, para secretário do governo rebelde, durante a insurreição. Por causa disso, A. Quintas disse que ele é o pai do “adestismo nacional”. Ficou também do lado vencedor em 1824, sendo premiado com o governo de Pernambuco e depois com uma cadeira no Senado. QUINTAS, Amaro. A agitação republicana no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (ed). *História geral do Brasil*, vol. 10. São Paulo, Difel, 1985, v. 3, p. 219.

⁶ Um deles, o Holanda Cavalcanti filiou-se ao partido liberal, e outros dois ao conservador. Das em diante, qualquer que fosse o partido no poder eles estavam bem. Satisfazendo o domínio dos Cavalcanti na província, um oponente criou o mais famoso mote: “quem viver em Pernambuco há de estar de enganação, ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalcado”. O partido prateiro surgiu como uma dissidência do partido liberal em Pernambuco visando quebrar o poder da aliança de plantão (res e senhores) liderada pelo Barão da Boa Vista e pelos irmãos Cavalcanti, três dos quais se tornariam Senadores, caso isso, o na futura império. NABUCO, Joaquim. *Um realista do Império*. Paris, Garnier, 1897, v. 1, p. 37-9. TAUNAY, Afonso E. *O Senado no Império*. São Paulo, Martins, 1941, p. 167.

⁷ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Declaração de integração da província de Pernambuco Recife*, 1802; reedição Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982, passim.

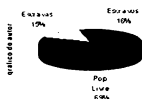
⁸ COSTA, E. A. Pereira da. *Arredores do Recife*. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

O mesmo acontece no caso dos bairros da Boa Vista e Santo Antônio, analisados mais adiante.

QUADRO 1

População livre e escrava da cidade do Recife em 1827

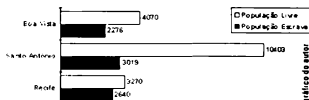
População Livre	Escravas	Escravos
17.243	3832	4103



Essa é uma visão da cidade como um todo. Olhando o quadro abaixo, que discrimina bairro por bairro, tem-se uma perspectiva um pouco diferente. Percebe-se que a população livre e escrava distribuía-se de forma desigual pelo espaço urbano.

QUADRO 2

Distribuição por Bairros da população livre e escrava da cidade do Recife em 1827



Em termos absolutos, era em Santo Antônio que havia mais escravos. Proporcionalmente, todavia, no bairro do Recife havia a maior concentração deles, em relação à população total. Essa maior proporção explica-se por ser no Recife o local do porto, perto do qual estavam as casas comerciais de grosso trato, os armazéns de açúcar e algodão, a Associação Comercial, e a própria Assembléia Provincial. Era o bairro mais antigo. Segundo Koster, quando chegou ao Recife ainda em 1809, a cidade já era inteiramente calçada com exceção de uma única rua¹¹.

11. KOSTER, Henry. *Capangas no Brasil*. 2 ed. Recife: Soc. Educ. e Cultural, 1978. p. 32.

QUADRO 3

População do bairro do Recife em 1827

Escravas	Escravos	População Livre
1.243	1.597	3.270



Vale salientar que 60,4 por cento desses escravos eram homens, o que não surpreende, já que havia todo um conjunto de atividades ali desempenhadas que, culturalmente, eram atribuídas ao gênero masculino. Incluem-se aí as atividades portuárias em geral, como o traba-

lho de estiva, a carga e descarga das balsas, jangadas e carros de boi que traziam açúcar e algodão do interior e levavam outras tantas mercadorias na viagem de volta. Não faltavam também negros de ganho e de aluguel pelas ruas e, é claro, muito trabalho braçal a se fazer nas grandes casas de exportação e importação que se localizavam no bairro.

Quanto aos escravos domésticos, eles também eram muitos. Dentro das casas do velho bairro devia haver muitas mucamas, cozinheiras, lavadeiras e amas de leite pelo menos, pois, mesmo havendo uma predominância masculina, havia praticamente uma cativa para cada três cidadãos livres vivendo ali. Isso é muito, e indica que a escravidão doméstica e suntuária era também extensiva.

Se levarmos em conta que a regra historiográfica para Pernambuco – bem resumida no livro de Peter Eisenberg – tem sido considerar que os cativos representavam 1/3 a 1/4 da população total da província nessa época, pode-se inferir que o trabalho escravo no bairro do Recife era tão ou mais intenso do que em muitas áreas rurais¹¹. Ali, na área mais urbanizada da província, os cativos representavam 44,6 por cento da população total. Em Pernambuco, esse era um índice bastante apropriado para uma zona de engenhos. Assumindo que esses censos também subcontavam a população escrava – claro, ninguém queria revelar a sua riqueza! – pode-se dizer que metade da população do bairro do Recife era formada por escravos. Na década de 1820, a escravidão urbana, portanto, não era apenas o resultado de sobras do *hinterland*, mas uma instituição plenamente estabelecida, com necessidades e dinâmica próprias.

Era também no bairro portuário que se situava a maior parte das casas de má fama e muitos estabelecimentos de compra e venda de escravos. Enquanto o tráfico atlântico foi legal, a venda dos recém-chegados era feita nas ruas. Tollenare e depois Maria Graham presenciaram essas cenas. Tollenare viu umas quatrocentos a quinhentas pessoas, divididas em lotes de homens, mulheres, moleques e molecas. Muitos traziam pústulas e outras marcas das agruras pelas quais haviam passado¹². Maria Graham viu menos gente – umas cinquenta pessoas. Mas isso foi em 1821, no exato momento em que se formara a Junta de Goiana, cujas tropas cercariam o Recife, tentando forçar o governador português a entregar o poder. Naqueles dias de incertezas políticas, quem tinha escravos preferia mantê-los presos nos armazéns. Mesmo assim, o retrato não foi menos impressionante. A viajante inglesa viu exposta uma criança que acreditava ter uns dois anos. A carestia de víveres na cidade sitiada atingia particularmente aquela gente, que esperava ser vendida, já com as faces e os corpos descarnados¹³. Não é totalmente destituída de razão, portanto, a observação daqueles dois viajantes de que os escravos ficavam felizes ao serem adquiridos, pensando que assim pelo menos a fome iria ser aplacada.

¹¹ EISENBERG, Peter. *Modernização sem revolução. Recife, 1763-1817*. Recife, 1977.

¹² TOLLENARE, Louis de. *Notas sobre a escravidão urbana em Portugal e no Brasil, em 1816, 1817 e 1818*. Salvador, Progresso, 1956, p. 141.

¹³ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada na capital de uma república em 1821, 1822 e 1823*. Londres, 1824, reedição São Paulo, Ed. Nacional, 1956, p. 114-6.

Quando o tráfico atlântico foi decretado ilegal, continuaram a existir no bairro do Recife grande parte dessas casas especializadas em exportar gente para fora da província, todas as vezes que os preços lá fora melhoravam em relação ao mercado interno pernambucano, ou então quando algum senhor, ou mesmo as autoridades queriam livrar-se de vez de algum cativo perigoso. Os nomes das ruas da Senzala Nova e da Senzala Velha mantiveram-se depois da metade do século, lembrando essa época¹⁴.

Atravessando a ponte mais antiga da cidade, originalmente construída por Nassau, chegava-se à ilha de Santo Antônio, onde o Conde preferiu fixar residência. Era somente uma nos anos quarenta. Duas nos anos cinquenta. Ambas de madeira.

Muita gente dizia que Santo Antônio era o bairro mais importante do Recife, principalmente depois da construção do palácio do governo, do teatro Santa Isabel e do maior prédio público da província, a Casa de Detenção¹⁵.

Em Santo Antônio, trabalhavam 3.019 escravos, representando 22% da população total da ilha, conforme se pode ver na figura abaixo. A ilha de Santo Antônio era menos apertada do que o bairro do Recife, permitindo assim uma maior convivência da riqueza com a pobreza, retratada na configuração das construções locais. Enquanto no bairro do Recife havia 964 casas, todas de pedra e cal, em Santo Antônio havia 77 de taipa e 24 de palha, além de 2.630 de pedra e cal.

GALVÃO, Sebastião Vasconcelos. *Dicionário deographo-histórico-geográfico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. 1.277 p. 4. p. 351. ARAÚJO, Isabel C. *Pale Alestar Teatro Santa Isabel: biografia de uma casa de espetáculos*. Recife, 1995. Cap. 1.2. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.

QUADRO 4

População do Bairro de Santo Antônio em 1827

Escravos Escravos População Livre

1657 1362 15423



Os três mil escravos de Santo Antônio desempenhavam várias funções nos 353 estabelecimentos comerciais do bairro, onde se localizava a maioria das lojas de secos e molhados da cidade, 73% para ser exato, o que confirma o comentário do viajante George Gardner, em torno de 1837, que disse ser a ilha de

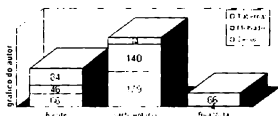
Santo Antônio ocupada por lojas¹⁶. Esse era um comércio basicamente diurno pois, das 184 tabernas listadas na cidade, apenas 34, ou seja 18%, estavam naquele bairro, conforme se pode ver do quadro cinco logo abaixo, e do gráfico que o acompanha, o qual retrata a distribuição por bairro dos estabelecimentos comerciais da cidade.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Londres, 1846, reedição: São Paulo, Edusp/Itapira, 1975, p. 82.

QUADRO 5

Estabelecimentos comerciais da cidade do Recife em 1827

Bairros	Secos	Molhados	Tabernas	Totais
Recife	66	46	84	196
Santo Antônio	179	140	34	353
Boa Vista	4	0	66	70
Totais	249	186	184	619



Na atual Rua Primeiro de Março, na saída da ponte mais antiga, erguiam-se alguns dos estabelecimentos mais finos da cidade. Eram frequentados por muitas senhoras que saíam em seus palanquins e redinhas para fazerem compras, um costume oriental que durou mais de três séculos, mesmo abalado pelo que G. Freyre chamou de *reuropeização* dos costumes, iniciada lá pelo final do século dezoito e acelerada a partir do dezenove. Além das onipresentes canoas a cortarem o rio de lado a lado, por volta dos anos quarenta, já havia ônibus e seges em várias direções inclusive para os subúrbios. Andar a pé pelas ruas do comércio mais rico passou também a ser mais comum. Aos domingos, frequentavam-se as igrejas dali, as maiores e mais ricas da cidade¹⁷.

Em Santo Antônio também estava a igreja do Rosário dos Pretos – a igreja dos negros, segundo observou Maria Graham, reconhecendo ser uma das duas mais importantes da província, sendo a outra a própria matriz do mesmo bairro¹⁸.

Nessa igreja funcionava a sede da irmandade dos negros do Recife, fundada no século dezessete, de longa história de caridade e ajuda mútua, que chegou a incluir alguma verba para libertar escravos. O que não impedia a existência das mesmas ambigüidades encontradas em outras confrarias desse tipo. Ao menos no período colonial, observou Virgínia A. Assis, ela chegou a possuir escravos também. Por causa dessa ambigüidade é que, dependendo da perspectiva que se olhe, a Irmandade pode ser considerada uma cládiva dos senhores, e como tal um instrumento de dominação, ou uma conquista dos escravos, e como tal um instrumento de libertação. Vista de forma dialética, ela foi um pouco dos dois: o resultado de uma negociação – se bem que desigual – entre as partes. Devido a ter brancos e negros no seu meio,

17. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e marmaladas: uma história da vida brasileira*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1933. 2. ed. 1972. 3. ed. 1973. 4. ed. 1974. 5. ed. 1975. 6. ed. 1976. 7. ed. 1977. 8. ed. 1978. 9. ed. 1979. 10. ed. 1980. 11. ed. 1981. 12. ed. 1982. 13. ed. 1983. 14. ed. 1984. 15. ed. 1985. 16. ed. 1986. 17. ed. 1987. 18. ed. 1988. 19. ed. 1989. 20. ed. 1990. 21. ed. 1991. 22. ed. 1992. 23. ed. 1993. 24. ed. 1994. 25. ed. 1995. 26. ed. 1996. 27. ed. 1997. 28. ed. 1998. 29. ed. 1999. 30. ed. 2000. 31. ed. 2001. 32. ed. 2002. 33. ed. 2003. 34. ed. 2004. 35. ed. 2005. 36. ed. 2006. 37. ed. 2007. 38. ed. 2008. 39. ed. 2009. 40. ed. 2010. 41. ed. 2011. 42. ed. 2012. 43. ed. 2013. 44. ed. 2014. 45. ed. 2015. 46. ed. 2016. 47. ed. 2017. 48. ed. 2018. 49. ed. 2019. 50. ed. 2020. 51. ed. 2021. 52. ed. 2022. 53. ed. 2023. 54. ed. 2024. 55. ed. 2025.

18. GRAHAM, Maria. *op. cit.* p. 17.

ela funcionava como um canal legal de comunicação entre os negros, escravos ou não, e as autoridades provinciais. É justamente na intermediação dessa negociação que talvez resida o principal papel das irmandades de negros¹⁹.

Ficava também em Santo Antônio a fundição da rua da Aurora, do inglês Starr, que veio a ser visitada por D. Pedro II, em 1859, quando operava com "sessenta e tantos funcionários", sendo 40 brasileiros e 10 escravos. Ali teria sido fabricada a primeira máquina a vapor da província, por volta de 1829, tendo sido instalado um equipamento no engenho Caraúna em 1836. Em 1848, Starr teria pelo menos 28 escravos trabalhando com ele na fundição, além de 3 escravos empregados no serviço doméstico. Era o inglês que mais escravos possuía em Pernambuco²⁰. Não havia, incompatibilidade entre o empreendimento mais moderno da cidade e o uso de mão-de-obra escrava²¹. Nem deixava esse inglês empreendedor de compartilhar dos luxos e confortos da escravidão doméstica, muito menos da mentalidade da época²².

Apesar desse comércio a retalho, a proporção de escravos frente às pessoas livres era menor em Santo Antônio do que no Recife ou Boa Vista. Admitindo-se que a posse de escravos era um indicio de riqueza, percebe-se que boa parte da população de Santo Antônio não era abastada de bens. Todavia, não existe contradição insolúvel entre esse comércio dinâmico, com muita gente endinheirada, e a presença de outros tantos despossuídos livres e libertos em Santo Antônio. Muito pelo contrário, grande parte desse comércio empregava justamente jornaleiros, artesãos e aprendizes livres e libertos. Tudo gente modesta. Sem falar dos outros tantos ambulantes, vendendo o que podiam pelas ruas da cidade, competindo até com os escravos. Nesse meio devia haver também muito rapazinho português ou açoriano empregado de caixa – gente que sofreria muito nos mata-marinheiros dos anos 1840. Iraci Del Nero da Costa fez um estudo a respeito de outras províncias do país, no qual fica claro que havia uma predominância de não-proprietários de escla-

¹⁹ Sobre a comunidade do Rosário dos Pretos, veja-se ASSIS, Virgínia Almeida. *Presença em um território: uma história de domesticação e controle. Irmandades do Recife*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1988. GUERRA, Flávia. *Alibis e segredos: a história do Recife*. Ed. Itinerários, 1978. p. 129-137.

²⁰ Diário de Dom Pedro II. *Revista do Arquivo Público* (Recife), 1952, v. 7, p. 389. COSTA, Francisco Augusto. *Préface da Origens Históricas da Indústria Açucareira em Pernambuco*. Arquivo (Recife), 1948-1951, p. 290. MELLO, J. A. Gonçalves de. *Engenhos em Pernambuco*. Recife, IHGPE, 1972, p. 523, 58-9. HENRIQUE, Cy. et al. p. 69. *Compêndio Palmarston*, Inclusive, n. 52, 22/12/1848.

²¹ É interessante lembrar o lado oposto do debate, sobre a adoção de que tecnologia, a indústria ou de seus instrumentos tecnológicos, a tecnologia. Aqui, o melhor é comentá-la e analisá-la, que não existe uma incompatibilidade insuperável entre a capitalismo e a escravidão. A esse respeito, veja-se, principalmente, a obra do prêmio Nobel, e autor do clássico *Theorie der Gewin*, JOHNSON, Robert William. *Wittgenstein's Economic Contract: The Economic Fallacy of Economic Science*. New York, WW Norton Comp., 1989. Para o caso brasileiro: PANG, Eul-Son. *Tecnologia, Escravos e o Brasil durante o século XIX, uma interpretação*. *Anais da Mesa Paulista*, 1982-1981, t. 32, p. 55-134. No terreno da história da mentalidade, David Pion David argumenta consistentemente que existe um conexão histórica entre a escravidão e alguns símbolos de progresso. DAVIS, D. B. *Slavery and Human Progress*. New York/Oxford, Oxford University Press, 1984. p. 24.

²² Um empregado inglês, ao deixar o emprego sem pagar o que devia a Starr, foi anunciado da mesma forma que um escravo. John Dalziel, foi descrito numocionalmente no jornal, tinha 32 anos, casado, na face, levou trouxa de roupas, "tem o costume de madre de nome", "É, tendo saído pelo mar com posições a pagar". Ameaçava anunciar a quem "for achado a obrigação" de se obrigou a pagar o dobro do que lhe era devido e ofereceu recompensa a quem o ignorasse, ou dele desistisse. *Diário de Pernambuco* (Recife), 17/11/1846.

vos entre os jornaleiros e artesãos e que, mesmo entre os pequenos comerciantes, o contingente de não-proprietários de escravos era também significativo²¹. Não há razão para supor que a coisa era muito diferente no Recife oitocentista. No caso da ilha de Santo Antônio, inclusive, havia uma certa divisão geográfica. A parte mais rica era ao norte. O sul era mais pobre e posteriormente viraria uma outra freguesia, São José, como se verá mais adiante neste texto.

²¹ COSTA, Inácio Nereu. *Atas da Câmara Municipal*. São Paulo, MGSP Editores, 1992. p. 72 e seqs.

Mas não era somente esse comércio que empregava os cativos de Santo Antônio. A maioria deles trabalhava nas casas mesmo. Era muita gente. Tollenare, sempre curioso a respeito dos hábitos domésticos dos brasileiros, achava que uma "casa decente" precisava de pelo menos uns dez ou doze para o serviço²².

²² TOLLENARE. *Op. cit.*, p. 269.

Era nessas mesmas residências, e ruas cheias de lojas, que trabalhavam muitas das mulheres listadas no censo de 1827. Santo Antônio era o único bairro da cidade onde havia mais cativas do que cativos. Elas representavam 54,8 por cento da população escrava dali. Não é uma diferença muito grande, mas sugere uma relativa intensidade das atividades femininas no bairro, tanto de "portas a dentro" como de "portas a fora", como se dizia nos anúncios de compra, venda e aluguel de escravas nos jornais da época.

Em várias épocas, a Câmara Municipal e as autoridades em geral discutiram o problema da circulação feminina pelas ruas da cidade patriarcal. Entrava ano, saía ano, repetiam-se as Posturas tentando restringir a circulação das pretas quitandeiras, que costumavam fazer "derriços com os negros", e estabelecer um horário para o recolhimento das cativas, geralmente às 20 horas. Iá pelas bandas do forte das Cinco Pontas, as "vivandeiras" causavam desordens. Do outro lado da ilha de Santo Antônio, escandalizavam os pruridos da Câmara²³. Um dos pontos do *mottoir* era na atual Rua do Imperador, onde está hoje o arquivo público²⁴. Devia haver muitas mesmo. Somente em 1838, houve 169 prisões de gente "sem ofício", segundo Figueira de Mello, um eufemismo para meretrizes²⁵.

²³ Ofício de 26/07/1831 e Ata da Câmara Municipal de 25/07/1831, *Diário da Pernambuco* (Recife), 25/08/1831. As Posturas Municipais foram publicadas, por partes, no *Diário da Pernambuco* (Recife), 12 e 29 de dezembro de 1831. Ver, também, M. TTE, *Muito Arquivo: a história do Rio de Janeiro Recife*, Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p. 46-7.

Dentro das casas, não faltava trabalho, que o diga a obra de G. Freyre, ao falar daqueles sobrados cheios de cativas desempenhando uma grande variedade de funções, algumas meramente suntuárias, outras de natureza claramente econômica. Fora das casas também tinha-se muito o que fazer, desde a venda em tabuleiro, lavagem de roupa no rio, até prostituição, claro! Aliás de tudo se vendia nas largas ruas da ilha de Santo Antônio. Cavia mais gente andando ou comerciando por elas. Era essa a mais populosa das três ilhas e continuaria assim durante todo o período aqui estudado.

²⁴ IAI IGPE, Relatório da Comissão de Salubridade, 22/07/1848.

²⁵ MELLO, Figueira de. *Op. cit.*, p. 232.

Santo Antônio foi um bairro que esticou rapidamente, ocupando todos os

espaços nas margens dos rios, inclusive com mocambos, principalmente no seu lado sul. Do outro lado da ilha, ao norte, ocorria a mesma coisa, só que ali o espaço seria reservado para as elites. Uma drenagem no extremo norte da ilha possibilitou a construção do novo palácio do governo e do teatro Santa Isabel. Na metade da década de 1850, o presidente da província já despachava no enorme casarão que, uma vez aumentado através dos tempos, até hoje ainda serve de residência oficial. Na mentalidade da época, esses dois prédios vizinhos simbolizavam a vinda do progresso, testemunhando o que seria o refinamento da vida cultural da cidade.

Mais ou menos no meio do bairro de Santo Antônio, estava a Praça da Polé, atual Praça da Independência, onde fica a sede do *Diário de Pernambuco*. A polé era aquele instrumento de tortura, formado por um poste com uma roldana no alto por onde passava uma corda utilizada para se levantar a vítima pelos braços, geralmente por trás, ou pelas pernas. Ficavam assim penduradas, ou então soltava-se de vez, parando a queda já perto do chão. Dai então davam-se tantos "tratos de polé"²³ quantos achassem necessários, ou justos. Mas, conforme a altura, um só já arrebetava as juntas dos condenados. Perto da metade do século parece que caiu em desuso, ao menos abertamente. Não combinava mais com uma cidade cuja elite dirigente pretendia europeizar-se o mais rápido possível. As torturas paulatinamente saíram do espaço aberto, entrando nas salas das delegacias. No exterior surgiu um magnífico substituto da primitiva polé: a Casa de Detenção do Recife, uma prisão tipo *p.mopticism* construída na área mais pobre da ilha de Santo Antônio. Levou seis anos para ser concluída, sendo inaugurada em 1856. Tinha forma de cruz e era branqueada à cal como se quisesse purificar todos os que padeciam dentro.

O terceiro bairro, onde praticamente terminava a cidade propriamente dita, era a Boa Vista. Ali, em 1827, foram contados um total de 2.407 cativos, divididos quase igualmente entre homens e mulheres. Essa distribuição mais equilibrada sugere uma divisão sexual do trabalho mais ou menos equitativa.

QUADRO 6

População do Bairro da Boa Vista em 1827

Escravos	Escravos	População Livre
1132	1144	4270

O historiador local mais importante nessa época achava a Boa Vista a parte mais bonita da cidade, no que concordavam Antônio Pedro de Figueiredo e George Gardner, embora o viajante escocês fizesse coro com Charles Darwin quanto à lama e à sujeira da capital da província²⁴. Como em todos os demais bairros, também havia feiras e negros de ganho pelas

²³ AMARAL, F. P. de. *Escravos: História da Escravidão em Pernambuco, Rio de Janeiro, 1884 Recife, Arquivo Público do Estado*, 1974, p. 285.



²⁴ Charles Darwin esteve de passagem pelo Recife, em 1846, quando viajava no *Beagle*. Encontrou a cidade em plena erupção das chufas, antes das reformas aqui decretadas. Só vai longe e escreve: «Ouvia também os gemidos de um preto sendo torturado o que o deixou extremamente chocado, resultando, numa das mais belas passagens do seu diário, a qual ele descreve pedindo a Deus que nunca mais tivesse que pisar num país onde houvesse escravidão». DARWIN, Charles. *The Voyage of the Beagle*. London, 1845 (edição Nova York, Anchor Books, 1962 p. 49) K.

ruas. Foi ali que se instalou a fábrica de tecidos de Gervásio Pires Ferreira, por volta da metade dos anos vinte. Durou uns dez anos, operada por mais de cinquenta escravos, com máquinas importadas da Inglaterra. Fabricava tecido que ainda hoje chamamos de algodãozinho. Segundo o liberal radical Borges da Fonseca, teria sido a concorrência inglesa a causa da sua falência¹⁰.

A Boa Vista era basicamente um bairro residencial. Local de casas grandes, voltadas ou não para o rio, mas tendo muitas delas quintais extensos, e até sítios. Rugendas notou que as residências da Boa Vista eram muito mais adaptadas ao clima. Não era como o bairro do Recife, com suas casas estreitas de telhados pontudos, imitando a arquitetura européia. Sombrias e tristes, na visão de Darwin. Muito pelo contrário, as construções ali eram espaçosas e não dispensavam uma área verde¹¹.

Os cativos, listados na Boa Vista, provavelmente estavam, em sua maioria, empregados no trabalho doméstico, o que, mais uma vez, incluía desde mucamas, lavadeiras e moleques de recado, até tratadores de sítios e quintais.

Olhando novamente para o quadro 5, verificamos que ali havia apenas 4 estabelecimentos de fazendas secas, dum total de 435 estabelecimentos de secos e molhados da cidade. Todavia, das 184 tabernas da cidade, 66 estavam ali. Trinta e duas a mais do que no bairro de Santo Antônio – bairro de comércio mais refinado e sobrados luxuosos – e 22 a menos do que no bairro do Recife, onde estava o porto, o local da boêmia por excelência, nunca é pouco lembrar.

Naquele tempo, bebia-se e comemorava-se perto donde se morava. Não surpreende o fato de ter havido tantas balbúrdias na Boa Vista, ilha de tantos escravos e casas de quintais imensos. As tabernas eram ponto de encontro de gente de todo tipo. Quanto mais simples, maior o número de desclassificados em geral. Alguém inclusive já se queixava amargamente disso nas páginas do *Diário de Pernambuco*, em 1831, chegando a dizer que cada taberna da cidade era um quilombo, e o taberneiro, um *Malunguinho*¹². O resultado foi a permanente vigilância das autoridades que, de vez em quando, baixava alguma Postura proibindo os cativos de frequentarem aqueles estabelecimentos, principalmente na segunda metade do século passado. Inutilmente. A arbitrariedade pura e simples terminava imperando no convívio entre despossuídos e autoridades. Já nos anos quarenta não era incomum serem espancados pelo inspetor de quartelão os cativos encontrados naqueles estabelecimentos, mesmo se estivessem apenas esperando a chuva passar¹³. Na segunda metade do século, esse problema agravou-se, multiplicando-se os sambas, os batuques e as demais manifestações

¹⁰ GAMA, Bernardo José Fernandes. *Memórias históricas da Província de Pernambuco: Recife*, 1844, reedição Recife, Arquivo Público, 1977, v. p. 31. O *União e Regenerador* (Recife), 24/12/1844. COSTA, Francisco A. Pereira da. *Atos pernambucanos*. Recife, Fundação, 1985, v. 9, p. 48-52.

¹¹ RUGENDAS, João-Marcos. *Viagem por uma travessa do Brasil*. Paris, 1835, reedição São Paulo, Martins, 1954, p. 59.

Diário da Pernambuco (Recife), 24/23/1831. O negro Malunguinho foi o líder do quilombo do Catuçó, que ameaçou seriamente os habitantes brancos do Recife ao pelo menos imitar a revolta de 1832. Versee: ARVALHO, Marcos J. M. de. O Quilombo de Malunguinho: O rei das matas de Pernambuco. In: REIS, João José; GOMES, Flávio de. *Liberdade por um fio: escravos e quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 427-32.

culturais dos negros do Recife, apesar de todo o peso do controle estatal exercido sobre eles⁴⁴.

Existe um dado a respeito do bairro da Boa Vista que merece ser discutido. Do total de 6.346 pessoas contadas, 2.276 eram escravas, o que significava 35,8 por cento do total. Isso era uma proporção de cativos, em relação à população livre, abaixo daquela do bairro do Recife, mas ainda muito alta para uma área essencialmente residencial, longe do porto e do comércio mais refinado. Este é mais um indício de que, naquela época, havia muito tempo que a escravidão deixara de ser um sistema econômico apenas, para se tornar também um modo de vida na capital pernambucana. Grande parte dos escravos do bairro do Recife, 44,6 por cento da população da ilha, talvez estivesse ocupada nas atividades portuárias e mercantis em geral. Mas, os 2.276 cativos do bairro da Boa Vista não. As atividades que exerciam eram basicamente vinculadas ao espaço doméstico. As casas mais ricas da Boa Vista tinham suas senzalas bastante repletas. Até um comerciante inglês de grosso trato, cidadão do país que tentava acabar com o tráfico e que proibira seus súditos de possuírem cativos, tinha pelo menos 18 escravos dentro de casa para servi-lo⁴⁵. O que disse Antonil dos senhores de engenho nordestinos no século dezoito, aplica-se aqui também: os escravos eram as mãos e os pés dos cidadãos mais abastados do Recife no século XIX.

Vale ainda salientar um outro detalhe sobre a Boa Vista. Ao norte ele tinha mangues que, quando cheios, formavam uma barreira natural ao caminho por terra para Olinda. Ali, entre os mangues e o agradável bairro, estava o local conhecido como Santo Amaro das Salinas. Contam Koster e Tollenare que, como medida preventiva, na década de 1810 os cativos eram depositados em Santo Amaro assim que chegavam ao Recife⁴⁶.

Esse regime de quarentena era uma necessidade de saúde pública reconhecida e praticada em vários locais das Américas mas, também frequentemente desobedecido ante a pressa de vender a carga, como observaram Koster e Tollenare em Pernambuco. Depois de 1831, quando o tráfico tornou-se ilegal, esse problema agravou-se. Em 1841, lamentava um missivista, já não se fazia mais a quarentena em Santo Amaro, "sítio bastante arejado e fora da povoação". Ao contrário, o clima estaria empestado – recentemente inclusive haviam sido encontrados nada menos do que três africanos mortos dentro do rio⁴⁷. Antes desse período, portanto, devia haver mesmo barracões em Santo Amaro para se prender essas pessoas nos primeiros dias após o desembarque. Muitas morriam ali mesmo, ainda padecendo das mazelas da viagem. A mortalidade, nas primeiras semanas depois do desembarque, era particularmente alta⁴⁸. Os que chegavam sem vida eram jogados no mar. Maria Graham viu um corpo nos anos vinte. O engenheiro Vauthier, na metade dos anos quarenta, tam-

⁴⁴ *Diário de Pernambuco (Recife)*, 21/29/1845, 13/20/1845.

⁴⁵ Para a segunda metade do século, ver: MAIA, Cláudia Namer. *Op. cit. passim*.

⁴⁶ *Comparto Palmerston, Incubitor*, n. 92, 22/12/1848.

⁴⁷ *SONCIBELLE* *Op. cit.* p. 95; TOLLENARE, Louisa. *Op. cit.* p. 141.

⁴⁸ *Diário de Pernambuco (Recife)*, 21/26/1841.

bém deparou-se com um negro morto boiando na praia sem que ninguém se importasse³⁹. Todavia, aqueles que morreram depois do desembarque devem ter sido enterrados perto dos barracões de Santo Amaro. Isso durante séculos, ou ao menos durante o apogeu do tráfico para Pernambuco, na década de 1810 quando Koster e Tollenare visitaram o Recife⁴⁰. Pois justamente nessa mesma área seria construído o principal cemitério da cidade.

A escolha não deve ter sido a toa. Os barracões para quarentena devem ter entrado em desuso depois de 1831, quando o tráfico passou a ser feito nas praias longe da capital, onde a vigilância anti-tráfico era menos eficiente. Mas, o povo do Recife é supersticioso. Quem ira morar em cima de negros enterrados – local próprio para a aparição do “papa-figo” e maldição de “preto-véio”? A área devia estar desocupada. Estando entre Recife e Olinda, era perfeita para um cemitério novo, outra parte dos projetos modernizantes da cidade. Só que agora era para enterrar os brancos também. Aliás, não deixa de ter um certo valor simbólico o Cemitério de Santo Amaro ter sido inaugurado no ano de 1851, logo depois, portanto, da decretação definitiva do fim do tráfico atlântico para o Brasil⁴¹. Ainda estão ali agastados os mausoléus das famílias mais abastadas do Recife desse período. Na morte, os homens se iguam.

A contagem dos habitantes da cidade feita em 1855, lamentavelmente, não é tão detalhada quanto a de 1827. Ela traz os totais da população masculina e feminina de cada bairro e os totais de livres e escravos, mas não discrimina o sexo, impossibilitando assim saber-se quantas pessoas livres ou escravas havia de cada gênero.

Naqueles dados, publicados em janeiro de 1856, a população dos três bairros somados subira para 40.977 habitantes, contra 25.678 listados em 1827, o que significa um aumento de 59,5 por cento em menos de trinta anos⁴².

Desse total de 1855, 33.270 habitantes eram livres, e 7.707, escravos. Ora, em 1827, havia 7.935 escravos distribuídos entre os três bairros e 17.743 pessoas livres e/ou libertas. A população cativa, portanto, permaneceu mais ou menos constante entre uma contagem e outra. O que aumentou, e muito, foi a população livre que, segundo esses dados, deu um salto de mais de oitenta e cinco por cento entre o censo de 1827 e a de 1855, enquanto a população escrava permaneceu na casa das sete mil e tantas pessoas. Esse aumento significativo da população livre, e estagnação da população escrava, fica claro no exame do quadro 7 da página seguinte.

³⁹ RAWLEY, James. *The Transatlantic Slave Trade*. Nova York e Londres, W. W. Norton, 1981. p. 325.

⁴⁰ GRAHAM, Maria. *Op. cit.* p. 125-4; VAUTHIER, Duano. *Intimos do engenho*. Vianhês 1840-1846). Prefácio e notas de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, Serviço gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1942. p. 649.

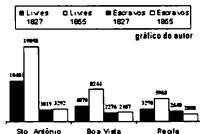
⁴¹ *The Numbers, Origins and Destinations of Slaves in the Eighteenth Century: Angolan Slave Trade*. In: INIKORI, J. J.; ENGERMAN, S. L. (orgs.). *The Atlantic Slave Trade: Effects on Economies, Societies and Peoples in Africa, the Americas and Europe*. Durham e Londres, Duke University Press, 1992. p. 96-7.

⁴² GALVÃO, Vasconcelos. *Op. cit.* v. 4, p. 26-7.

⁴³ APEJE (Recife). “Relação Numérica da População Livre e Escrava do Primeiro Distrito do Termo do Recife”, 10/01/1856.

QUADRO 7

Populações livre e escrava da cidade do Recife
1827 - 1855



Janeiro dobrou sua população num período igualmente curto, entre 1821 e 1849⁴¹. Já Salvador parece ter crescido mais devagar. É bem verdade que a corte não estava no Recife, e é preciso reconhecer que o Recife era uma cidade mais pobre do que Salvador. Ao Rio, nem se compara. Todavia, não havia recôncavo em Pernambuco, como uma área entre o interior e o mar, com suas tantas cidadezinhas – cinco no XVIII transformadas em nove na metade do dezenove, com outros tantos plantios a atrair a população que sobrava do açúcar⁴².

Paradoxalmente, portanto, a pobreza de Pernambuco, junto ao crescimento populacional do interior imediato, serviu para a expansão do Recife. A cidade virou um pólo de atração de toda sorte de gente. Não havia muito mais para onde ir. Perto do Recife, faltavam outros núcleos urbanos que atraíssem a população livre e liberta do *hinterland*, além de duas povoações decadentes, Olinda e Goiana que, inclusive, provavelmente perderam gente para o Recife também. Olinda, essa, pode-se dizer que já havia-se tornado um subúrbio como outro qualquer na metade do século XIX. I Humanista que era, Charles Darwin achou o espaço ali bem mais aprazível do que o Recife. Mas a decadência já era inevitável. Tão evidente que o arauto do “progresso”, Antônio P. de Figueredo, em 1846, cruelmente chamou a antiga capital de “necrópole”⁴³.

Esse salto de quase 60% não foi somente o resultado do crescimento vegetativo, mas sim de um constante fluxo migratório do interior mais próximo. Essas correntes migratórias iriam aumentar na segunda metade do século, sobre o qual existe uma literatura que sugere claramente que nem o tráfico de escravos nem a expansão natural explicam o crescimento da população do Recife entre a metade do século XIX e começo do século XX. Foram as migrações do interior imediato que fizeram

Esse salto assim tão grande talvez seja um exagero; o resultado de alguma contagem equivocada demais. Nunca é pouco repetir que essas não eram contagens precisas. Mas, tendo isso em mente, fosse qual fosse a população exata do Recife naquela época, é razoável supor que o número de habitantes tenha crescido bastante entre os anos 1820 e a década de 1850. O Rio de

⁴¹ KARASCH, Mary. *Slave Labor in Rio de Janeiro*. Madison, 1972. p. 16. Tese (Ph.D.) – University of Wisconsin.

⁴² BARICKMAN, Bert. *The Slave Economy of Nineteenth-Century Bahia: Export Agriculture and Local Markets in the Recôncavo, 1762-1862*. Urbana, 1991. p. 25-35, 142. Tese (Ph.D.) – University of Illinois at Urbana-Champaign.

⁴³ “O Progresso (Recife): 21/22/1846. Entre a Guerra dos Mascates e a Independência, a decadência de Olinda só promova. Tollenare, na década de 1810, disse que a população da cidade era toda paupérrima e de “sangue mentiroso”. TOLLENARE, Op. cit. p. 172. Sobre a Guerra dos Mascates e a decadência de Olinda a partir daí, veja-se: MELLO, Evaldo Cabral de. *A fundação suposta: nobreza e guerra Mascates, Pernambuco, 1666-1716*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

a população do Recife multiplicar-se rapidamente*.

Emigração do *hinterland* para a cidade sempre ocorreu através da história, seja devido à falta de terras, à expansão dos aparelhos administrativos urbanos, ou a outras razões quaisquer. Mas, existem fatores que podem acelerar radicalmente esse processo. Nesse sentido, o marco temporal mais drástico para as cidades da costa brasileira, ligadas ao mercado atlântico, foi a abertura dos portos, em 1808, trazendo vida nova às capitais provinciais, que começaram a crescer mais rapidamente a partir daí¹².

A Independência do país acelerou esse processo. O seu primeiro impacto foi essencialmente urbano, onde centrava-se o elo político e administrativo com a Corte no Rio de Janeiro, gerando vários cargos na justiça, no exército e na administração em geral. Isso sem falar da própria expansão dos aparelhos urbanos, empregando gente na construção civil. O fim do que restava dos limites coloniais ao livre comércio acarretou ainda uma dinamização do mercado varejista da cidade do Recife, que se encheu de tabernas, mercearias e lojas de todos os tipos, enquanto nas ruas multiplicavam-se os vendedores ambulantes, os negros e negras de ganho e de aluguel, e no rio os canoeiros.

Essa expansão mercantil foi acompanhada de uma efervescência radical da vida social e política da cidade. A bem da verdade, para muita gente livre e liberta talvez não tenha sido a economia o maior atrativo para vir morar no Recife, mas essa dinâmica da vida social urbana em si. Isso valia principalmente para a população feminina que, quando podia fazer valer a sua vontade frente aos grilhões do patriarcado, preferia morar na cidade. Lá havia mais oportunidades. Era mais divertido para as mulheres livres, ou ao menos a segregação sexual era menor, um processo que começou bem devagar, também resultante da influência europeia após a abertura dos portos, em 1808.

Já no período aqui tratado, as famílias dos grupos médios urbanos começaram a empregar mulheres livres e libertas no serviço doméstico. O que não faltam nos jornais, dos anos quarenta em diante, são anúncios em busca de empregadas livres, ou de mulheres oferecendo-se para esse tipo de serviço. Tradicionalmente, esse era o ramo de emprego mais comum para as mulheres pobres. Não ser escrava significava ter mais autonomia mas, não mudava muito a natureza do trabalho. Um pouco melhor apenas estavam as professoras particulares que tentavam, a duras penas, ensinar primeiras letras, piano e até línguas estrangeiras aos meninos e meninas das famílias mais abastadas.

No Recife, as sinhás buscavam também maridos para suas filhas — muitas delas, quem sabe, justamente as “meninas sonsas” de que falava *O Camapuero*, em 1839¹³. Na década de

* MELLO, Mario Lacenda. *As migrações para o Recife*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1962. COWELL, Bunbridge. *Cityward Migration in the Nineteenth Century: The Case of Recife, Brazil*. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* (1975), v. 17, p. 49. BARROSO, LILHO, Gáudio. *Condições sociais, urbanização e criminalidade no século XVIII, 1800-1900 Recife*, 1985, p. 42-6. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco.

¹² Quando vivia em Pernambuco, a cidade de 1810. Koster observou essa dinâmica no Recife. Surgiam novas casas por trás a porte. KOSTER, Henry. *Op. cit.* p. 32.

¹³ *O Camapuero* (Recife), 1839, 1839.

1810, Koster e Tollenare não viram mulheres brancas nas ruas a não ser escondidas pelas cortinas dos palanquins e cadeirinhas de arruar. No interior, por muito tempo, a sala de visitas continuaria proibida às mulheres da casa. Mas, no Recife, a mudança foi mais rápida. As sinhás e sinhazinhas ganharam a sala e até algumas ruas. Na virada dos anos 30 para os 40, o pastor Kidder notou que as festas de final de ano haviam-se tornado verdadeiras obrigações sociais. Ninguém podia deixar de ir. Os ricos aproveitavam o momento para ostentar, já os menos abonados eram capazes de vender até o último negro para comprar roupa nova, adornos e doces para o evento⁶.

⁶ KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de um peregrino pernambucano no Pernambuco do Nordeste Brasil*. São Paulo, Itatiaia, 1982, p. 97.

Na metade do século não faltavam bailes e festas para a alta sociedade. Até os grupos médios urbanos iam se exhibir, socializar e namorar. As festas de ruas, com suas procissões e tudo o mais, eram para todos, ou quase isso. Os bailes não. O espaço definido para a festa segregava as camadas mais baixas da população. Na metade da década de 1840 foi publicado o primeiro romance cuja ação se passava no Recife. Ele trazia um capítulo sobre um desses bailes, onde o narrador se sentou no meio de várias senhoras, com aqueles apelidos que G. Freyre tanto falava, de dona Bebê, Dona Totonia, Dona Nenê, Dona Dondom, todas ricamente vestidas ... mas sem deixarem de falar mal umas das outras. Um outro personagem do romance, homem mais pé no chão, dizia que todo mundo ali ostentava mais riqueza do que podia, isso mesmo num período meio difícil, com seca assolando o sertão e desemprego na cidade⁷.

ABREU, Bernardino. *União de Figueredo e Castro. Uma Senhora das Casas-Gras*. Recife, 1847. (edição Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1982, p. 41-4).

A moda também importava. Nos jornais da metade do século havia gente oferecendo-se para ensinar francês e a costurar, também de acordo com o figurino francês. Na década de 1840, Vauthier, que era socialista mas adorava uma fútrica, narrou inúmeras conversas com damas da sociedade e intimidades das salas de visitas. Numa dessas reuniões que freqüentou, encontrou-se com umas quinze senhoras da sociedade pernambucana. Achou todas feias, mas notou que os vestidos eram feitos em Paris ou pelo menos copiavam os padrões das revistas de modas francesas⁸.

VAUTHIER, Op. cit. p. 355.

Nos anos quarenta, eram os próprios costumes "franceses" que invadiam os salões. Isso era um pouco fora dos conservadores padrões patriarcais do Recife. O resultado é que alguns homens já não se contentavam mais em saudar as damas com apertinhos de mão, como cantava *O Carapuceiro* ...: "E alguns vindos de França / De mentes inovadoras / Vão querendo introduzir / As beijocas nas senhoras"⁹.

O Carapuceiro (Recife), 17/12/1842.

A ideologia do "progresso" obviamente só podia enaltecer os valores urbanos, sinônimos de civilização, em oposição ao campo. Assim, nos anos quarenta, os periódicos já falavam mal, abertamente, da "feudalidade territorial" no interior, onde o homem simples não tinha vez, nem lugar a indústria. N' *O Progresso*, nome sintomático para essas preocupações urbanas, Antônio Pedro de Figuerêdo deixava

isso claro como a luz do dia, mesmo sendo um crítico amargo do governo praeiro e um admirador confesso do Barão da Boa Vista, o representante dessa "feudalidade" mas que, paradoxalmente, foi quem mais fez pela modernização da cidade nesse período⁵¹.

A administração provincial, centrada na cidade, atraía também gente do campo. Estava no Recife o elo com o poder central. Os empregos públicos eram poucos, se utilizarmos o referencial de hoje em dia mas, para a época, eram muito mais do que jamais foram antes, tanto que Antônio Pedro de Figuerêdo já se preocupava em 1847 com a redução de grande parte da população provincial "ao papel de solidadores de emprego público", o que, entendia ele, era resultado da pobreza geral⁵². Em 1842, *O Carapuceiro* falava que até os alfaiates, sapateiros e carpinteiros preferiam também abrir mão dos seus ofícios e se meterem "na estiradíssima rêstea dos pretendentes a cargos públicos"⁵³. Esses empregos foram inclusive uma das questões debatidas na época da Insurreição Praieira (1848), quando Borges da Fonseca acusou o governo dos praeiros de demitir centenas de pessoas dos cargos policiais, a grande maioria no interior, para assim empregar a sua clientela – um fato largamente documentado pelas fontes da época⁵⁴. Quanto aos salários desses postos, regra geral, eram pequenos mesmo. O que não fazia tanta diferença assim pois, o que valia era o cargo em si, a posição social que este lhe conferia, o que aliás não era diferente nas grandes cidades da Europa moderna, onde as baixas prebendas não sustentavam o sistema que, a bem da verdade como bem disse Braudel, agüentava-se como sempre se agüentou, inclusive com baixos custos salariais⁵⁵.

Claro que essa carga humana terminava sendo maior do que o Recife podia comportar. Aumentava a quantidade de gente desempregada nas ruas. Os mendigos nas pontes já eram um problema em 1846⁵⁶. O sempre arguto Antônio Pedro de Figuerêdo entendia claramente que isso era mais um resultado do latifúndio e da escravidão mas, para os brasileiros pobres, o problema era o excesso de portugueses trabalhando no comércio a retalho. Entre 1844 e 1848 houve pelo menos duas manifestações de rua no Recife, reivindicando a nacionalização do comércio a retalho e a expulsão de todos os portugueses solteiros da província. Essa agitação é parte dos conflitos que desaguiaram na eclosão da Insurreição Praieira em novembro de 1848⁵⁷. As queixas contra os portugueses não só

⁵¹ *O Progresso* (Recife), 23/11/1846. Até o mais radical dos liberais da época, Borges da Fonseca, deixou-se encantar pela obra administrativa do Barão da Boa Vista. ALMEIDA, Mário Mircio de. *Um homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca*. João Pessoa, União, 1994. p. 84-5.

⁵² *O Progresso* (Recife), 31/12/1847. p. 673. Na década de 1850, continuava a se discutir do mesmo problema. Ver: *Diário da Província* (Recife), 24/03/1856.

⁵³ *O Carapuceiro* (Recife), 15/06/1842.

⁵⁴ ALMEIDA, Mário Mircio de. *Op. cit.* p. 139. ARAÚJO, José Thomas Nabuco de. *facta* (Impunção do Patrimônio Nacional) *Historia da Insurreição da Praia*. Recife, 1847, reedição Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1997. p. 64-73.

⁵⁵ BRAUDEL. *Op. cit.* v. 1. p. 187-8.

⁵⁶ Arquivo Público Estadual de Pernambuco, Recife, Polícia Civil 14, 29/25/1846.

⁵⁷ Existe uma vasta literatura sobre a Praieira, mas ainda de Nabuco a análise mais imparcial sobre a complexa relação dos praeiros com a população urbana em geral. NABUCO, Joaquim. *Op. cit.* v. 1, cap. 3, par. 1. Ver também CARVALHO, Marcos J. M. de. A Praieira: insurreição ou revolução? Recife: Fundação A. L. Brásilio. *Anual da Secretaria Brasileira de Propriedade e Renda* Janeiro 1995. p. 36-38.

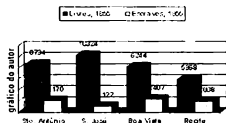
demonstravam um entendimento errado do verdadeiro problema, a escravidão, mas também eram sintoma da imigração de jovens do império lusitano para o Recife, onde se empregavam como caixeiros, principalmente. Houve seguidas leva de desses meninos chegando à cidade. Não faltam anúncios nos jornais procurando adolescentes portugueses para empregos no comércio a retalho. Dava-se preferência aos que tinham chegado há pouco tempo. Um dado curioso esse. Provavelmente porque ainda não tinham adquirido os vícios das ruas da cidade e ... portanto, eram mais indefesos contra patrões rigorosos. Para as plantações do interior houve gente vindo nessa época em condições parecidas com a dos africanos importados na marra⁶¹.

Um dos resultados desse crescimento desordenado foi a divisão de Santo Antônio em duas freguesias, para facilitar o controle e administração da ilha. Mais da metade da população da cidade morava ali em 1827 e, um pouco mais ainda em 1855. Só que, na época do censo de 1855, a ilha já estava subdividida em duas partes, Santo Antônio e São José. Apenas 9,8 por cento da população de São José eram constituídos de cativos. Se pudermos considerar a propriedade escrava como um índice de riqueza, nenhum outro bairro do Recife tinha a população tão pobre quanto aquela freguesia. Relativamente, poucos moradores dali eram donos de gente. Nem o subúrbio de Afogados, historicamente um local de fronteira entre as plantações e a cidade, e moradia de muita gente modesta, tinha uma proporção tão pequena de cativos em relação à população livre⁶².

O quadro abaixo resume essas diferenças entre os bairros que formavam a parte realmente urbanizada da cidade na metade da década de 1850.

QUADRO 8

Recife, população livre e escrava em 1855



guou na Insurreição de 1817. Naquele motim morreu um oficial português e 8 ou 9 "pessoas do povo", que provavelmente estavam assistindo à confusão⁶³.

⁶¹ CARVALHO, Marcus J. M. de. O tráfico de escravos e a busca para Pernambuco no século XVIII: o tráfico de escravos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1988, v. 359, p. 22-51. *Idem*. O quilombismo e o quadro social em Pernambuco, 1822-1848. In: FERREIRA, Miriam Halpern (org.). *Emigração e imigração portuguesa no século XIX e XX*. Lisboa, Fragmentos, 1993, p. 145-62.

⁶² Em 1855, a renda da população de Afogados era tão baixa, que não havia sequer eleitores por lá, dificultando assim a formação da representação local. *Diário da Pernambuco (Recife)*, 26-12-1855.

Em São José, surgiram alguns dos primeiros grêmios de artesãos do Recife e clubes carnavalescos populares atestando a ligação do bairro com a história social da cidade, que começa desde pelo menos 1817, pois ficava lá o quartel de artilharia onde começou o levante militar que desa-

Documentos Históricos Recifenses de 1817. Rio de Janeiro, Editora Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1956, v. 12, p. 17-9.

Foi também nas ruas entre Santo Antônio e São José que correu a “população desenfreada”⁶³ durante os maiores mata-marinheiros ocorridos na cidade entre 1844 e 1848. Não faltava violência. Muita gente morreu espancada. As vítimas foram os portugueses pobres principalmente, mas houve também inglês e francês pegos na confusão e saindo gravemente feridos do mesmo jeito⁶⁴. No maior desses mata-marinheiros, em julho de 1848, observa M. M. de Almeida, o governo simplesmente isolou o bairro de Santo Antônio dos demais como medida profilática⁶⁵.

É significativo observar que a freguesia de São José, dessa população pobre e deslocada, ficava de um lado da ilha (sul), e o palácio do governo, o teatro e o passeio do outro (norte). Os pobres, portanto, estavam longe dos símbolos de progresso da cidade. Já a casa de detenção, o maior prédio público da província, foi construído na margem do rio, perto do coração de São José. Essa observação revela muito do caráter daquelas reformas. O Recife ficou muito mais belo. Mas o espaço público continuava excludente. Só que de uma forma mais sutil, na medida em que as novas idéias de prevenção e controle eram sobrepostas à repressão pura e simples. A cidade, como ponto de encontro entre a sociedade escravista patriarcal e um mundo em franca revolução industrial, não podia deixar de ter essas contradições, esses contrastes entre idéias e edificações apontando para o futuro, e pessoas vivendo num mundo ainda antigo.

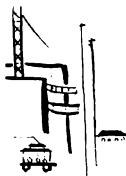
⁶³ Essa expressão é do ministro dos negócios estrangeiros. APJE, Polícia Civil 329, 267 217/1848.

⁶⁴ CARVALHO, A. Prazeres... p. 163-8.

⁶⁵ ALMEIDA, Mano Márcio de. *Op. cit.* p. 112-3.

O autor agradece ao CNPq pelo apoio a esta pesquisa.





RIO DE
JANEIRO

PROGRESSO, CIVILIZAÇÃO E O ORDENAMENTO DO ESPAÇO URBANO

Humberto Fernandes Machado

UFF

A idéia de progresso se difundiu na Europa entre 1750 e 1900 – sua fase de apogeu – tornando-se uma das principais metas dos países do mundo ocidental. Ela era símbolo de uma época, quando as elites européias exaltavam os seus predicados, responsável pelo advento da “civilização”. Uma concepção otimista que orientou boa parcela da intelectualidade. Segundo os seus propagadores, a mobilidade para se atingir um “futuro melhor” era uma questão concreta e exequível para o homem¹.

As elites brasileiras absorveram esse conjunto de idéias nos diversos campos, inclusive no ordenamento do espaço urbano. Transformar as cidades em locais aprazíveis significava dar-lhes um caráter de civilização. Utilizando-se um discurso de repúdio ao “atraso” e de defesa da “modernização”, verdadeiras intervenções “cirúrgicas” foram efetuadas em algumas cidades.

O Rio de Janeiro, em especial, teve o seu aspecto bastante modificado no decorrer de sua formação. O acanhado povoado, estabelecido no Morro do Castelo, transformou-se em capital sediando o aparato governamental a partir do século XVIII. Assim, nada mais natural que a implementação de obras ou planos urbanísticos para convertê-la em uma cidade mais “civilizada” e receptiva ao “progresso”. Como sede da Corte, o Rio de Janeiro torna-se uma verdadeira “caixa de ressonância”, pois o que nela ocorre repercute nos demais centros urbanos, em especial naqueles próximos. Niterói e Campos, na Província do Rio de Janeiro, embora tenham suas especificidades situam-se na sua zona de influência.

Apesar de feitas em espaços e períodos bastante diferenciados, as mudanças urbanas nas três cidades foram formas de implementar mecanismos que, além de embelezá-las, as tornariam locais adequados para abrigar as elites. O ordenamento urbano ocorreu (ou ocorre) paralelo a um processo de exclusão social, apesar de todo um discurso contrário por parte dos detentores do poder.

Essa perspectiva se aplica sobremaneira à cidade do Rio de Janeiro, sede do Vice-Reinado e depois capital do Império e da República. O discurso da modernização aparece de uma forma mais clara na virada do século XIX para o XX, concretizado com a construção da Avenida Central (hoje Rio Branco), pelo prefeito Pereira Passos².

No entanto, durante o período colonial, o centro do Rio de Janeiro sofreu várias alterações

¹ NISBET, Roberto. *Visão da cidade progressista*. Brasília, Edn. da UNB, 1985. BOCK, Kenneth. Teorias do progresso, desenvolvimento e evolução. In: BOTTOMORE, T. B., NISBET, R. (orgs). *Visão da cidade progressista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

² BEN-CATHAM, Jaime Larry. *Pereira Passos, um humanismo tropical: a reforma urbana no Rio de Janeiro no primeiro decênio do XX*. Rio de Janeiro, Secr. Municipal de Cultura, 1992.

urbanas, em especial a Praça do Carmo, depois Largo do Paço (atual Praça Quinze de Novembro). José Maurício Saldanha Alvarez, com a sua comunicação "Na única praça dela. O Largo do Carmo como o salão de entrada da cidade e sua praça no período colonial, 1565-1790", destaca a sua importância como "símbolo da modernidade".

Na medida em que os seus habitantes travavam "uma árdua batalha contra a natureza", devido aos inúmeros charcos que iam sendo aterrados para atender à expansão da cidade, foi estabelecido o reticulado nas ruas que reflete um dos "paradigmas da racionalidade urbana". Torna-se importante registrar esse aspecto, pois aborda de outra forma a questão da ausência de planejamento das cidades da América Portuguesa. Para Sérgio Buarque de Holanda, o tabuleiro de xadrez, a partir de uma praça principal, era uma característica das cidades da América Espanhola.³

Com a elevação do Rio de Janeiro à capital da colônia e sede do vice-reinado, em 1763, a Praça do Carmo, ou Largo do Paço, tornou-se o centro da cidade colonial, o *mundus*, pólo das decisões, mantendo toda uma estrutura de poder que preservasse a ordem. No Largo do Paço se concentrou uma arquitetura representativa do estado, na qual se projetava o "Poder Simbólico"⁴, conferido pela população. O Largo era o paradigma da modernização da cidade, "emblema do absolutismo e do progresso", como afirma Alvarez. Porta de entrada da cidade constituiu-se em centro difusor do saber no período colonial e mantendo sua identidade durante o Império.

³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O sena-
dor e o latifundiário. In: Raízes do Brasil*, 11. ed.
Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.

⁴ BOURDIEU, Pierre. *Opções: análise soci-
ológica. Dileto: Rio de Janeiro: Bertrand do Bra-
sil, 1989.*

Assim, era inadmissível que se mantivesse algum símbolo do "atraso" nos seus arredores. Por exemplo, a transferência do mercado de escravos da Rua Direita (atual 1^o de Março) para o Valongo, pelo Marquês do Lavradio, foi uma medida que retirava da principal via um comércio que não se coadunava com o perfil de uma cidade que progredia.

As primeiras medidas de transformação do espaço urbano do Rio de Janeiro deram melhores condições para que ela recebesse a Corte portuguesa, em 1808, transformando-a em uma "Versalhes tropical". O antigo Largo do Carmo, então Paço Real e depois Paço Imperial, viveu a sua fase de apogeu como centro de decisões políticas. Era uma verdadeira porta de entrada das idéias de progresso e de civilização que se irradiaram para as demais regiões do país.

O outro lado da Baía de Guanabara também se beneficiou do estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro. A cidade, em 1808, com uma população aproximadamente de 50.000 habitantes, recebeu uma numerosa comitiva constituída de 15.000 pessoas que acompanhou a família real portuguesa, ameaçada pelas tropas napoleônicas. As atividades comerciais entre as duas margens da baía se intensificaram favorecendo, em 1819, a criação da Vila Real da Praia Grande, atual cidade de Niterói, até então um simples povoado insignificante, como Luccock observou em 1808: "lindas aldeias pequeninas, constituídas de casitas dispersas e mergulhadas no seio

da floresta". Em 1813, ele retratava as modificações produzidas, ao afirmar que "a região populosa e, talvez, nenhum dos pontos vizinhos da capital passou por tão vantajosas transformações"⁵.

Este é o espaço privilegiado por Maristela de Oliveira Chicharo. Em "Disciplinarização do espaço e normas de convívio social: Niterói na primeira metade do século XIX", a autora aborda como a criação do Plano de Edificação da Praia Grande se estabeleceu não apenas como uma simples "modificação espacial" mas, ultrapassando essa função, se constituiu em uma tentativa do poder público "de disciplinar seus habitantes". Através das posturas, a Câmara impunha normas que se caracterizaram como verdadeiras intervenções na vida privada dos indivíduos.

De forma análoga ao Rio de Janeiro, o plano urbanístico da Praia Grande privilegiou a Praça Municipal onde se instalaram os prédios da Casa da Câmara, a cadeia, a Igreja Matriz e os estabelecimentos comerciais. A aliança entre os poderes secular e clerical estava corporificada no plano, além do exercício de controle sobre as atividades mercantis. O trabalho de Maristela Chicharo destaca também a atuação da Câmara: o traçado das ruas, as formas exteriores das casas e o cotidiano dos indivíduos, enfim todo um processo de "disciplina e normatização social", estabelecido pelas elites locais.

Heloiza Manhães Alves analisa as reformas urbanas empreendidas na virada do século, em Campos. Através do seu trabalho, intitulado "Campos dos Goytacazes: a reforma urbana Saturnino de Brito x Poder Público", ela retrata as aspirações das elites locais que desejavam transformar aquela cidade do norte fluminense na capital do estado do Rio de Janeiro ou na sede de um novo estado, abrangendo terras do Rio de Janeiro, Espírito Santo e de Minas Gerais.

Campos dos Goytacazes pertencia à antiga capitania de São Tomé, ou Paraíba do Sul, compreendendo terras do atual Rio de Janeiro até o rio Macaé, do Espírito Santo e de Minas Gerais. No século XVII, o governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides interferiu na região distribuindo sesmarias para "seus amigos e protegidos". Posteriormente, um dos seus filhos, Martim Correia de Sá, visconde de Asseca, foi aquinhoadado com doações de terras na região. Os termos da carta de doação, firmada em 1674, estabeleciam em uma das cláusulas a obrigação de fundar uma cidade em seu respectivo domínio. A fundação da cidade, em 1677, com o nome de São Salvador dos Campos dos Goitacá retrata a atuação dos Sá. O nome do santo patrono se vincula ao nome do seu proprietário.

Desde a sua fundação, Campos tinha uma especificidade, transformando-se em pólo central de uma região que extrapolava os limites do que mais tarde se conheceu como estado do Rio de Janeiro. Logo, era natural que as elites locais aspirassem a uma autonomia em relação à província fluminense. Mas, para isto se

⁵ LUGGOCK, John. *Niterói sobre o Rio de Janeiro e suas dependências do Brasil. Tomada das suas terras estado de dez anos antes pass, de 1828 e 1838*, apud SOUSA, José Antonio Soares de. *Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói*, 2. ed. Niterói, Funarte, 1993. p. 18. Ver também CHICHARO, Maristela de Oliveira. *Rescando o espaço urbano planejado: disciplina para a Vila Real da Praia Grande (1820-1840)*. Niterói, 1996. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense. p. 32.

⁶ BOND, R. C. B. *Salvador de Sá e a capitania do Rio de Janeiro, 1667-1696*. Rio de Janeiro, Ed. Nacional/Unesp, 1973. p. 299, 302-3.

concretizar tornava-se necessário dotar a cidade de uma estrutura que retratasse o progresso e a civilização, como observa Heloiza Manhães. O desenvolvimento da lavoura açucareira, em especial a criação de usinas e engenhos centrais no final do século XIX, deu impulso à região ensejando a instalação de diversas firmas comerciais, muitas estrangeiras, e um crescimento urbano e demográfico. As melhorias urbanas avalizariam as aspirações das elites locais que desejavam transformar a cidade na capital do estado do Rio de Janeiro, já no início da República. Dentro desse contexto é que se processou a reforma Saturnino de Brito, analisada pela autora.

Apesar dos três trabalhos abordarem espaços e períodos diferentes, todos vinculam as reformas urbanas a um ideal de progresso e civilização, a partir de uma concepção das elites. O ordenamento urbano, com toda uma justificativa de transformar o ambiente em local prazeroso, implica no estabelecimento de um controle sobre a parcela mais humilde da população, excluindo-a das “benesses do progresso”. Rasgar avenidas, construir praças, sem estabelecer políticas públicas habitacionais, consolida a exclusão e hierarquização na sociedade brasileira.



NA ÚNICA PRAÇA DELA: A PRAÇA 15 DE NOVEMBRO NO PERÍODO COLONIAL. 1565-1790

José Maurício Saldanha Álvarez
UFF

Introdução

A praça Quinze de Novembro foi construída como espaço público, ao longo da história do Rio de Janeiro colonial. A sua inserção na configuração urbana sofreu avanços e recuos e definiu-se nos finais do XVII como “a única praça dela”. As batalhas por sua posse, travadas entre os vários segmentos da sociedade colonial, definiram a sua territorialidade. Em 1790, foi enriquecida por um equipamento moderno, assumindo a condição de duplo paradigma de uma praça. Símbolo da modernidade sob a capa da Ilustração, e pela mimese assumida em sua conformação, procurou a similaridade com o Terreiro do Paço da Ribeira em Lisboa que, após as reformas pombalinas, foi denominado Largo do Comércio.

A fundação da cidade: os promórdios

O Rio de Janeiro foi fundado em 1565, e a cidadela no morro Cara de Cão serviu “para se defender em tempo de guerra”¹. Simultaneamente, implantou-se a Câmara, instrumento político local, com quem a realza partilhava os poderes. Na cidadela, as funções coletivas tinham o seu cenário. Mestre Vasco queixou-se de que “lhe dera Pedro Gomes com um pau e o deixara por morto na praça desta cidade”². Após a vitória em 1567, a cidade foi transferida para uma posição estratégica: o Morro do Castelo. Vigiava as rotas de alto mar em direção à metrópole, e voltava-se para o mar interior da baía e a exploração do recôncavo.

Nesta elevação, Mem de Sá edificou uma

cidade grande, cercada de muralhas de vinte palmos de altura e outros tantos de largura, tola cercada de muros por cima [...] fiz a igreja dos padres de Jesus [...] a casa de Câmara, sobradada e grande, a cadeia e a casa dos armazéns para a fazenda de sua majestade, sobradadas, telhadas, e com varanda. Dei ordem e favor ajuda, com que fizessem muitas outras casas, telhadas e assobradadas³.

A posição era cercada pela natureza agreste, areais e lagoas, grandes exten-

¹ ANCHIETA, Padre João de. *Carta da Bahia do Ceará, informações, fugientes, fugitivos e crimes*. São Paulo, Itapicoba Edusp, 1989. v. 1, p. 239.

² *Excoymento da Carta Regia processos*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1922. v. 1, Ag. 46.

³ MEM DE SÁ. In: *Instrumto de sesão*. Rio de Janeiro: Arquivo do Biblioteca Nacional, 1926. v. XXVI, p. 192-218. Esta fonte possui notas e apêndices relativos à atuação de Mem de Sá. A estrutura da composição da fundação é repleta de detalhes com os testemunhos que se em alguns momentos se repetem, em razão igualmente à sua contribuição pessoal.

sões empapadas e baixas, onde as marés altas penetravam profundamente⁴. No alto do Castelo, havia um vasto espaço aberto, onde agenciavam-se as arquiteturas da ordem. Esta praça velha foi até meados de 1650 a caixa de ressonância da política. No meio dela estava a casa da Câmara, que foi o espaço representativo da autonomia municipal. Sua composição a tornava submissa aos agentes reais e à oligarquia dos Sás. Outras vezes, defrontou-se contra os governadores e os prelados eclesiásticos.

O povo compunha um mosaico excludente, escravos índios e negros, índios livres das aldeias jesuíticas, artesãos. Comerciantes, potentados, lavradores de partido. Os prelados eclesiásticos, que atuavam como bispos, desfrutavam de amplas alçadas na política local, comportamento político característico da igreja portuguesa, sendo constantes no Rio os confrontos contra a Câmara. Funcionavam como inquisidores, tentando enquadrar o clero nos domínios da Reforma católica. Procuravam garantir a liberdade dos índios. A maioria deles foi vitimada por morte violenta.

No século XVII do tumulto: na Várzea, a praça nova foi o campo da Polé

A expansão das atividades agrárias e mercantis, fundamentadas na escravidão e no trabalho livre, determinou a descida da cidade para a Várzea do Ó. Para Frei Agostinho de Santa Maria, o sítio do São Januário-Castelo era, "para novas edificações, estreito e muito desproporcionado para muita gente, que se foi agregando, (então) foram os moradores fundando casas de pedra e cal na marinha, ao modo que hoje vemos na nobre cidade de Sevilha"⁵. A Várzea do Ó, para onde a cidade dirigia-se, era um tómbolo, inundado pelas ressacas do mar. Para ocupar o território, fizeram-se aterros, drenagens e descerramentos.

A estratégia adotada para ocupação do território enxuto e do enxugado era um dos paradigmas da modernidade: o reticulado urbano. Este desenho, idealizado na Europa, não podia lá ser aplicado, como demonstrou Angel Rama. Algumas experiências urbanísticas de ponta foram elaboradas na Roma papal, onde vários papas lograram inserir na cidade um cenário de ruas e praças, privilegiando o eixo viário mediante "panos contínuos de edifícios", equívale a dizer, a percepção de um cenário⁶. No Rio, a estratégia do reticulado urbano aplicou o que Sennett nomeou de método elementar para ocupar o território: a criação de ruas a partir de linhas retas cruzadas⁷. As habitações nasciam sobre este alinhamento. A interseção das linhas formava os quarteirões. O pagamento de foro à Câmara permitia elaborar listas deste parcelamento, metrificar, quantificar.

⁴ TEIXEIRA FILHO, Álvaro. *Rosário cartográfico da baía de Guanabara da cidade do Rio de Janeiro, séc. XVI e XVII*. Rio de Janeiro, Liv. São José, 1975. p. 52. Essas realizações foram reproduzidas no mapa feito em 1576 por Jacques de Vaulx de Claye para Catarina de Médici.

⁵ SANTA MARIA, Frei Agostinho de. *Sistema municipal católico*. Typ. Poliglota, 1752. I, p. 8.

⁶ NORBERG SCHULZ, Christian. *Baroque Architecture*. Milão, Electa, 1979. p. 11 em diante. O autor refere-se basicamente aos papas e suas contribuições à ordenação urbana da capital da comunidade católica: Gregório XIII em 1574, e Sixto V com seu plano regulador de 1689.

⁷ SENNETT, Richard. *The Conscience of Cities*. New York and London, W. W. Norton Publ. 1992. p. 47. "Linhas cruzadas representam um modo elementar de fazer ruas através das dimensões do território e por intermédio das qualidades físicas e culturais do terreno."

O Rio colonial cresceu entre quatro morros matriciais, desde o XVII, ocupados pela ordens religiosas: Castelo, São Bento (por algum tempo uma ilha) Santo Antônio e Conceição. O território urbanizado confinava-se entre duas massas paralelas de morros que escoavam para ele suas águas pluviais. A rua Direita, a praia que "servia de rua" para Frei Vicente, conhecida também como a *Piaçaba-Misericórdia*. Lá do sopé do Castelo até o São Bento, arqueando-se com a concavidade do litoral. As ruas recebiam o nome de um morador, ou atividade local. Por exemplo, da Misericórdia para o Carmo ou para o Ó, do Carmo para Cruz ou da Rua do Ouvidor indo da Cruz para o Campo: Rua do Sucussará, Rua dos Latoeiros, dos Ouveiros, das Violas, beco dos Barbeiros, do Comércio, do Tambor, ou das Boas Pernas. A Câmara zelava pela correta retificação das casas e ruas.

O tabuleiro definiu-se por ruas paralelas ao mar, associadas ao comércio, e as perpendiculares ao mar. Esta eram, freqüentemente, eixos de penetração do sertão. O mar era o grande elemento de ligação, a Várzea da cidade e o Recôncavo⁶. À medida em que ela ia sendo ocupada, esvaziou-se definitivamente de moradores o Castelo⁷. Em 1619, os carmelitas começaram a edificar o seu convento. Feito de pedra e cal, adotou um padrão austero, seguindo os partidos arquitetônicos do *Quattrocento* italiano⁸. Os padres incorporaram o vazio da praça e a vista da baía como moldura para a fachada de seu convento. Esta é uma concepção da modernidade do XVI: a integração edifício e paisagem.

Nas doações de terra entre 1594 e 1605, e em muitos documentos oficiais, a expressão "praça nova" nomeia este logradouro. Nos finais do XVI, os governadores residiam na Várzea. Em 1618, Ruy Vaz Pinto tinha aí sua casa, de onde avistava-se o porto⁹. Esta praça tornou-se o espaço central e pendular do Rio. Investigando a herança clássica romana na edificação e planejamento de cidades, a praça foi além do *forum*, tornando-se o *mundus* que, em Roma, era um local central e simbólico¹⁰.

Ampliação das funções de praça do Campo da Polé ao Largo do Carmo

Um instrumento de punição usado para "justiçar" os soldados faltosos foi instalado na praça nova, mudando seu nome para Campo da Polé. Nas primeiras décadas do XVII, o mar recuou, alar-

⁶ VASCONCELOS, Sônia de. *Crônica da Companhia de Jesus no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977. v. 2, p. 133. "Ficamos o convento e serrado dos arredores, porque são muitas as embarcações maiores e menores que coram estas águas de dia e de noite, fazendo alegre a vista e suave o comércio".

⁷ SALVADOR, Frei Vicente de. *Historia do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1964. p. 192. "Ficamos a que vem das roças ao gramado dos morrões, difíceis, desembucados e cada um a sua porta com portão de la como que trazem, sem lre com o trabalho de carretos, como se via pelo litoral acima. Nem eles proprios lá subiram em os carros e em os as mulheres, se não torçer a cabeça e a mui e a deo pedes da Compinha, pela qual subiam e lá alguma gente".

⁸ Nos documentos referentes a Ordem Religiosa, 1570-1792, podemos ler neste documento: ordena o Governador Ruy Vaz Pinto em 1619 anterior: "O padre Prior, e mais religiosos do convento de Nossa Senhora do Carmo, que eles querem continuar, digo, e começar a obra de um igreja que e bem nesta terra por seu templo onde os religiosos dela, e ora tem uma pedreira aberta com uma ilha que se i nomear na ilha de São Bento" (grifo nosso).

⁹ VASZ da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1942. v. 59, p. 13. Segundo os enviados hispânicos, os irmãos Nodales, "como tinham a vista do governador, [...] não fue posible dejar de aceptarlo, porque tenia su casa tan cerca de los Navios, y tan de cara que demuegan muy a propósito al fondeo de los navios con que los castillos e de casa llamaban a la oblaiga".

¹⁰ NORBERG-SCHULZ, Christian. *La significación del espacio urbano*, Atena de Buenos Aires, 1964. p. 88.

gando a faixa arenosa. Os terrenos resultantes na praça, os “acrescidos do mar”, foram disputados. Como reflexo da expansão populacional, o açougue desceu para lá em 1612. Em 1608 foi edificada a ermida de São José, incorporando alguns “acrescidos.” Por volta de 1624, sobre as ruínas do forte da Cruz, inutilizado com o recuo do mar, edificou-se a Igreja da Cruz dos Militares. A ermida da Candelária erguida por volta de 1610, foi elevada em 1632 à segunda paróquia da cidade. A praça era espaço da palavra, do comércio e da contestação. Nela, no ano de 1627, um comissário do Santo Ofício da Inquisição foi apedrejado quase até a morte, por dezenas de cripto-judeus.

A sociedade colonial no Rio adquiriu um aspecto de “mosaico”, conforme a referência que Burke extraiu de La Bruyère¹³. O mosaico colonial, peças coloridas emolduradas pelo escravismo, refletiu-se na multiplicação das igrejas de irmandade. Descolando-se da Sé, construíram as igrejas do Parto, do Rosário dos negros, São Domingos, Santa Ifigênia e Santo Elesbão, Lampadosa. O distanciamento da Sé para a cidade acarretava graves problemas para o público e comprometia a dignidade das procissões. As opiniões dividiam-se entre favoráveis à descida da Sé para a Várzea, e a que relatava em abandonar o sítio original da cidade, cujo nome era o de um santo e de um rei, ambos tutelares. A oposição inicial da realeza, apoiada por razões econômicas e simbólicas, desapareceu. A partir da Correição Cárdenas, de 1624, determinou-se a construção da Câmara e de uma cadeia “decente”, ambas em ruínas. A população as desejava na Várzea. Na conjuntura da guerra holandesa, ante a ameaça de invasão da cidade, o Conselho de Estado determinou “que por nenhuma via se faça obra nem casa fora da fortificação” do Castelo e que “a cadeia e a casa de Câmara se conservem no sítio alto”¹⁴.

Em 1636, o Rio era a terceira cidade da colônia, centralizando-se na Praça importantes atividades econômicas. A oligarquia dos Sás edificou o *Paço de ver-o-peso*, auferindo grandes lucros com a pesagem do açúcar. A residência do governador, em 1640, ficava na esquina da Rua da Alfândega com a Rua Direita, referência para a venda do peixe na praia. Neste ano, foi iniciada a edificação da Câmara na Praça, sendo concluída dez anos depois¹⁵. Ela tornou-se o eixo monumental, conectando caminhos do sertão, como o do *Capuçuçu*, atual Rua da Alfândega, com os do mar interior da baía.

A tipificação das moradias, sobrado e rés-do-chão, permitiu o lançamento de tributo para financiar a expedição à Angola. Quanto mais próximo à Praça, mais valorizado o solo. Moradores das ruas principais como a Direita, bem como os dos sobrados pagavam mais. Moradores das travessas pagavam

BURKE, Peter. *O mosaico colonial*. Lisboa, Difel, 1992. p. 82, 83. A questão essencial a respeito do mosaico urbano foi claramente expressa por outro escritor francês do século XVII, La Bruyère: “A cidade está dividida em várias questões, em outros tantos comúndos, que têm as suas próprias leis, os seus próprios costumes, as suas próprias linguagens e as suas próprias ideias e opiniões.”

¹³ La Bruyère, *Le Musée Philologique*, J. S. No Paulo, 1932. p. 229.

¹⁴ *Le redécouverte de l'architecture de la ville de Rio de Janeiro relatée aux années de 1636 à 1652*. Rio de Janeiro: Publicação Prefeitura do Distrito Federal, 1952 (1953). Seção de Monumentos da Biblioteca Nacional 1955. p. 36. “Uma Câmara, sendo presente o edifício da Câmara e o governador Francisco Montenegro, pediram, e qual com certeza com o consentimento de seu senhor, o pedimento que havia de fazer a obra que se estava a fazer e a fazer a obra.”

menos. A área em torno à Praça era moradia dos mais abastados. Embora esta delimitação não fosse rígida, conforme vimos nas travessas e casas rés do chão.

Por volta de 1670, os arredores do convento de Santo Antônio e Ajuda formavam um subúrbio que se urbanizava rapidamente. Ponto de passagem obrigatória para abastecer a cidade de água, entre a Rua da Carioca na direção da praça, e a cidade toda. Bairro "pioneiro", era procurado pelos menos favorecidos, livres e libertos. Em 1671, o ouvidor João de Abreu e Silva "requereu" que:

no limite de Nossa Senhora da Ajuda até Nossa Senhora do Parto, e dali por diante até a Carioca, havia algumas vendas e casas de tabernas, muito prejudiciais à terra e ao povo em razão de haver informação que nelas se recolhiam muitas cousas furtadas, e era valhacontos de escravos, e do que furtavam a seus senhores, portanto requeria ficasse em capítulo de correição que de hoje em diante, não houvesse mais naquele limite, taberna alguma, nem venda, de qualquer qualidade que fosse¹⁶.

¹⁶ Publicações do Arquivo do Distrito Federal, v. 3, p. 126 e 127.

Depois da Rua dos Ourives, com a capela do Parto, ficava o subúrbio onde foi edificada a igreja do Rosário dos negros em 1701. Eram locais desvalorizados, onde residiam os pobres. Um processo similar ocorreu em fins do XVI na região da Prainha, Saco do Alferes, Livramento, até São Cristóvão. Era a antiga propriedade do Padre Salsa, retalhada em propriedades de tamanho reduzido, ocupada por povoadores que se declaravam pobres, e cheios de filhos e filhas para criar.

A Praça do Carmo como o cenário fundamental

A consagração do cenário político e simbólico na praça nova ocorreu na conjuntura entre 1640 e 1661 com três movimentos de massa. O primeiro foi a Revolta dos Breves, em 1640. A agitação iniciou-se na praça diante do Convento do Carmo, palco do evento que culminou com o assalto do colégio dos jesuítas. O segundo deu-se em 1641. Salvador de Sá e Benevides celebrou num golpe de Estado a aclamação de D. João IV. As articulações iniciaram-se no Castelo, onde o poder simbólico dos espaços matriciais legitimou a "nova" ordenação política. As liturgias de celebração ocorreram na "praça" do Carmo¹⁷. O terceiro foi em 1661, a Revolução do Barbalho, movimento de massas nascido da insatisfação das massas populares contra a oligarquia dos Sás. O líder Jerônimo Barbalho, num desembarque em força de madrugada no terreiro do Carmo, logrou capturar a Câmara e a cidade, depondo o governador. Dominada a revolta, Jerônimo Barbalho foi executado, e sua cabeça exposta no terreiro do Carmo.

Os carmelitas, em 1642, obtiveram da Câmara um reconhecimento legal de sua projeção sobre a praça¹⁸. Porém, a batalha decisiva ocorreu quando a Câmara, mediante

¹⁷ "Relação da Aclamação que se fez na capitania do Rio de Janeiro, do Estado Brasil, e nas partes Sul, etc.", Rio de Janeiro, RHPGB, v. 4, p. 351. "À quarta-feira aundo precedendo um teatro na praça, para se representar uma comédia, chegou tanto que não deu lugar a mais. E todas essas noites desde a primeira teve o governador ornadas as telhas de sua casa com luminárias de cera, e muito fogo de pólvora na praça".

artimanhas, tentou apoderar-se da praça do Carmo, visando vender a terra para moradias. O público alinhou-se com os carmelitas, vitoriosos no recurso encaminhado ao rei em 1685, reafirmando a função de praça do *terreiro* do Carmo, referida como “a única praça” da cidade. Ao apropriarem-se do Largo e impedir edificações particulares, os carmelitas o poupavam para o público¹⁹. À vida coletiva do Largo do Carmo, poderíamos aplicar a estrofe de Gregório de Mattos:

A cada canto um grande conselheiro,
que nos quer governar cabana e vinha.
Não pode governar sua cozinha,
mas querem governar o mundo inteiro.
A cada canto um grande conselheiro,
que a vida do vizinho e da vizinha,
pesquisa escuta espreira e esquadrinha,
para levar a praça e ao terreiro²⁰.

A praça e a centralização absolutista nos finais do XVII

Em 1698, a residência do provedor Pedro de Souza Pereira foi comprada para ser a residência dos bispos. No entanto, a coroa determinou que nela residissem os governadores, “pois era do decoro real se desse aos seus representantes tratamento competente a sua dignidade”²¹. Junto deste paço velho, edificou-se a Alfândega. A infantaria era passada em revista pelos governadores diante dela, para depois exercitar-se na Praça do Carmo. Nas proximidades ergueram-se outras construções da realza como o grande armazém do sal, notável pelas suas grossas paredes inclinadas, junto à Igreja de São José, por volta de 1685. Ao lado existia a moradia do prelado Souza Almada, alvejada por uma peça de artilharia assestada por seus adversários.

Nos finais do XVII, surgem duas edificações: os armazéns reais e a Casa da Moeda formavam um grande quadrilátero retratado na planta de Massé de 1713. Sobre estas paredes robustas, Alpoim, em 1743, constrói o Paço dos governadores. Concretiza-se um outro paradigma da praça, estabelecido por André Palladio que era o da concentração nela de arquiteturas da ordem, representando o Estado e suas funções múltiplas, e sua capacidade de mediar estas com o povo.

É necessário voltar as praças principais, aquelas que devem ficar junto do palácio do Príncipe ou aquela destinada aos encontros dos Estados, conforme o país seja uma monarquia ou uma república. O Fisco e o Tesouro público,

¹⁹ COARACY, Vinícius. *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 129. “Receos os frades carmelitas de que na área que assum se formara em frente ao seu convento viessem a ser construídas edificações que prejudicariam a sua casa, como já sucedia com a nova cadeia que se levantava, pediram à Câmara, neste ano, que lhes fosse alçada uma extensão de terras na frente do convento, com sessenta braças de temala e sete braças de fundo em direção à praia”.

²⁰ “No Livro do Tombo do Consenso do Carmo, p. 328-15 lê-se a carta régia com a vitória dos carmelitas: “Eu el rei faço saber aos que esta provisão vierem, que tendo respeito ao que se me representou por parte dos religiosos do Carmo [...] que estando naquela cidade o desembargador João da Rocha Pina mandara a Câmara se comprasse um chlo que está junto ao Rossio que serve de praça a dita cidade, e fica defronte do convento dos ditos religiosos, para que se não pudessem ali fazer casas por ser a única praça daquela cidade e como por se desembarcar ali ordinariamente com mais cômodo e também por ser prejuizo ao dito convento porque fazendo-se casas, se tira a vista aos religiosos e os devassam em sua clausura”.

²¹ MATOS, Gregório de. *Obra póstuma*, Rio de Janeiro, Record, 1992.

²² *Caput* TEIXEIRA FILHO, Álvaro. *Op. cit.*, p. 122.

onde o dinheiro e a economia do publico são depositados devem igualmente ficar junto dela, assim como as prisões. Estas últimas eram igualmente de três tipos, uma para os desregrados ou imodestos [...] que agora destinamos aos loucos ou doidos; outra para os devedores [...] e a terceira para os traidores ou pessoas pérfidas²².

Capa/MUNFORD, Lewis. *A cidade e a História*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1961, p. 399.

O apogeu barroco do Largo do Carmo: os paradigmas da mimese e da Ilustração

O governador Vahia Monteiro (1725-1732), "o onça", descreveu o Largo do Carmo em 1728, afirmando que "a fortaleza de São Sebastião fica iminente sobre esta cidade da mesma sorte que o Castelo nesta corte (Lisboa) fica sobre o Rocio"²³. Maria Graham que escreveu em 1825 sobre o ar europeu, fruto do desenho matricial das ruas e casas, notou: "As casas são de três ou quatro pavimentos com tetos salientes, toleravelmente belos. As ruas são estreitas, pouco mais largas do que o *Corso* em Roma, com o qual uma ou duas têm um ar de semelhança, especialmente nos dias de festa"²⁴.

Arquivo Nacional, Publicações Históricas, Rio de Janeiro, 1918. *Leões e XV da Coroa*. *Revista de Governadores* p. 252-53.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia/Edusp, 1992, p. 227-8.

Os paradigmas são habitações européias do Sul, bafejadas pela herança clássica, casas que lembram as de Setúbal e ruas que lembram a Roma papal.

Nas últimas décadas do XVII, a metrópole reduziu a autonomia municipal nomeando um número maior de funcionários régios e centralizando seu poder. Estes aparelhos régios do poder faziam-se presentes na cidade que era o porto de escoamento do ouro e diamantes. O eixo dinâmico da economia e do poder colonial deslocava-se para o Rio. E havia as guerras no Prata. A partir de 1713, a cidade adquiriu legibilidade gráfica, evidenciando o paradigma do reticulado. A primeira planta conhecida foi produzida pelo engenheiro militar francês Jean Massé, que propôs reedificar a muralha que defendia a cidade pela parte do sertão. A cidade ultrapassou-a por volta de 1735, ocupando o "campo", os arredores do Campo de Sant'Ana. Se o Largo do Carmo já não era a única praça da cidade, preparava-se para ser a primeira como emblema do Absolutismo e paradigma do progresso da Ilustração.

Nesta conjuntura de Ilustração e despotismo pombalino, o Largo do Carmo transformou-se no portão de entrada da cidade, ou no paradigma italiano do *Salotto dell'urbe*. Em 1743, o governador Gomes Freire inaugurou o Paço construído pelo seu *factórum*, o Brigadeiro Alpoim, à altura da representação do poder real. A máquina administrativa devia ser controlada de perto. Sob a Ilustração, os Estados absolutos buscaram eficiência administrativa, com uma burocracia eficaz e repartições públicas adequadas. Segundo Pierre Chaunu, na arquitetura civil do XVIII é a do palácio a que realiza maiores avanços. Comitativas estrangeiras recebidas na Praça e no Paço

reafirmam a sua imponência e sua inserção no salão de entrada. No centro da praça, um chafariz desenhado pelo major Carlos Mardel, da Casa do Risco de Lisboa, cuja vida foi efêmera. No desenho feito pelo Brigadeiro Miguel Angel Blasco em 1750, a praça é um local repleto de aguadeiros, veículos, e mercadorias.

O Paço foi um difusor do progresso, embora nem sempre bem sucedido. Gomes Freire desenvolveu uma atuação ilustrada estimulando a produção cultural e o mecenato. Criou, juntamente com o brigadeiro Silva Pais, a Academia dos Felizes, em 1736, cujas seções, ainda que fugazes, ocorreram no palácio velho da Rua Direita. O Marquês do Lavradio fundou no Paço, em 1772, a Academia Científica. Em 1786, Luís de Vasconcelos fundou a Sociedade Literária. Lana Lage, em seu estudo sobre Feliciano Joaquim de Souza Nunes, demonstrou os limites desta circulação de idéias na colônia²⁵.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Mulheres, adiante: os papéis, costumes e moral da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1987, p. 14.

O Paço, além da difusão da cultura, tentou a modificação de costumes. Seguindo a política filantrópica e ilustrada da Coroa em relação aos escravos africanos, o vice-rei Marquês do Lavradio (1769-1779) tomou uma medida drástica. Desde 1580, africanos eram negociados nos arredores, expostos pelos mercadores residentes "nas ruas públicas e principais dela". Transferiu o mercado de escravos para o Valongo, "pois é subúrbio da cidade, separado de toda a comunicação"²⁶. De frente ao Paço e atrás da Câmara, construiu-se a casa da Ópera ou teatro de Manuel Luís, em substituição à Ópera dos vivos, que se incendiou. No Rio, também existia o que Sennett denomina de "vida pública vigorosa".

"Relatório do Marquês do Lavradio" in: VISCONDE DE CAERNAXIDE. *O Brasil na administração portuguesa*. São Paulo, Ed. Nacional, 1979, p. 242.

A exclusão formal das mulheres para o serralho das habitações era hábito caracteristicamente português. No XVIII, algumas mulheres inglesas afirmavam que jamais desposariam um português para não ficarem reclusas o resto de suas vidas. No entanto, surgem na documentação indícios de transgressão. Durante todo o período colonial, à noite, após o toque das trindades, ou às ave-marias, recolhia-se a população às casas. Somente circulava-se munido de salvo-conduto. A ronda realizada por militares procurava malfetores e acabava encontrando mulheres que iam buscar água, comprar e vender alimentos; crianças enjeitadas, expostas nas ruas e devoradas por animais.

Na Europa das Luzes, determinadas praças adquiriam um valor emblemático como local de entrada de uma cidade. O apogeu urbanístico da praça do Carmo foi atingido com D. Luís de Vasconcelos e Souza (1779-1790), que testemunhou a reconstrução da Lisboa pombalina cujo projeto urbanístico era dos mais avançados de seu tempo²⁷. No Rio,

FRANC, A. José Augusto. *Lisboa, arquitetura e urbanismo*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989, p. 24. Esta é a opinião do autor português.

aplicou uma das estratégias inovadoras, um jardim público, um "Passeio," desenhado por Mestre Valentim, sub-utilizado até às primeiras décadas do XIX.

Vasconcelos contava com o extraordinário talento do escultor e arquiteto mulato, Mestre Valentim. Disponha de profissionais formados nas pontas de lança do saber experimental do XVIII: a engenharia militar e a artilharia. Vasconcelos calçou a praça e definiu seu quadrilátero em 74 braças de profundidade e 40 de largura, e desimpediu-a para as manobras militares da guarnição²⁸. Mestre Valentim construiu o chafariz atual, com as linhas estilísticas ilustradas²⁹. O cais edificado em cantaria lavrada, à maneira do existente em Lisboa no pomalino Largo do Comércio, completou a mimese³⁰.

"PIZZARRO, José de Souza e Amigo. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943, v. 7, p. 24. "E do esquerdo se descobre a grande praça do Terreiro do Paço com 74 braças de comprimento e 40 de largura".

"Manuscrito da Biblioteca Nacional. "E como o chafariz velho pela sua incapacidade se fez preciso fazer outro novo, para dar luz à água".

"Idem, p. 25. "À frente principal deste soberbo edificio fez construir o vice rei Luís de Vasconcelos e Souza um acomodado e de grosso paredão, a semelhança dos erguidos pela munição de Lisboa".

Conclusão

A Praça do Carmo constituiu-se no paradigma de praça preconizada por Palladio graças à inserção de quase todos os elementos arquitetônicos que configuravam a praça ideal. Esteve muito próxima do modelo da *place royale*, uma das estratégias urbanísticas do barroco, sendo uma praça emblemática e laudatória da monarquia, caracterizada sua figura geométrica perfeita, tendo em seu centro uma estatua equestre celebrando o monarca como um imperador romano. O Largo do Carmo-Paço foi uma conquista espacial coletiva, tecida de forma complexa. Espaço aberto à palavra, à intensa vida coletiva, ao protesto e ao tumulto; e, desde a expulsão do comissário do Santo Ofício, à oposição às privatizações das empresas estatais.

Bibliografia complementar

- ARGAN, Carlo Giulio. *El concepto de espacio arquitectónico*. Tucumán, 1973.
- LAMÊGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro, IBGE, 1964.
- Livro de tombo das terras da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Oficinas gráficas do Jornal do Brasil, 1930.
- Livro dos provimentos e correções da Câmara da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo do Distrito Federal, 1894.
- Livro primeiro de cartas régias e provições reais*. Rio de Janeiro, Arquivo do Distrito Federal, 1928.
- MONTEIRO, Luiz Vahia. Carta datada de 8 de julho de 1728, *Livro XV da Correspondência dos Governadores*. Arquivo Nacional, Publicações Históricas. Rio de Janeiro, 1915.
- TEIXEIRA FILHO. *O declínio do homem público*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- Tombo dos bens pertencentes ao Convento de N. S. do Carmo na Capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, *Anais da Biblioteca Nacional*, 1939, t. 52.

DISCIPLINARIZAÇÃO DO ESPAÇO E NORMAS DE CONVÍVIO SOCIAL:

estudo de caso em Niterói

na primeira metade do século XIX

Maristela Chicharo de Campos

UFF

Uma análise detida do Plano de Edificação para a cidade de Niterói – que até à sua elevação à categoria de cidade, em 1835, denominava-se Vila Real da Praia Grande –, aprovado em 1820, faz com que se perceba que ele representou muito mais do que uma modificação da configuração espacial do centro da Vila. O Plano pode ser entendido, também, como uma tentativa do poder público de controlar o espaço urbano e, conseqüentemente, disciplinar seus habitantes e todos os indivíduos que por ele transitavam. A partir de então, controle e disciplina passaram a fazer parte, de modo intensivo e paralelo, das discussões da Câmara. Paralelamente às constantes tentativas de fazer com que os preceitos do Plano fossem seguidos rigidamente, a Câmara, desde a sua instalação, preocupou-se em esboçar normas de conduta que refletissem mais diretamente as necessidades dos habitantes da Vila.

As Posturas Policiais, elaboradas exclusivamente para a Praia Grande a partir de 1825 – uma vez que até então a Vila seguia as mesmas determinações que a cidade do Rio de Janeiro – por sua vez, reafirmaram e codificaram as reflexões até então desenvolvidas através do Plano e das Atas¹. Ao longo do período estudado, tais Posturas foram revistas, ampliadas e explicadas mais detidamente em duas outras ocasiões (1830 e 1833) incorporando, por outro lado, as alterações oriundas da primeira Lei Orgânica dos Municípios, sancionada por D. Pedro I, em 1828. A partir desta Lei, as Câmaras tornaram-se responsáveis por “tudo quanto diz respeito à polícia e economia das povoações e seus termos”. Para que tais objetivos fossem alcançados satisfatoriamente, as Câmaras deviam legislar, a partir de suas Posturas, sobre vários aspectos. Dentre eles, o §1 ressalta que era de sua competência:

Alinhamento, limpeza, iluminação e desempachamento das ruas, cais e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para a segurança dos edificios e prisões públicas, calçadas, pontes, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques, e quaisquer outras construções em benefício comum dos habitantes ou para decoro e ornamento das povoações².

ADACMN, 21/12/1828. O original refere-se às posturas das vís do número 66 ao 73.

De acordo com outros parágrafos, as Câmaras também deviam deliberar, por exemplo, sobre o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, com a estagnação de pântanos e qualquer água infecta; sobre a

¹ O termo *polícia*, aqui referido ao antigo sentido da palavra: “boa educação”, “civilidade”.
² F. GUNHA, Antonio Geraldo da. *Diário de um viajante: Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

economia e asseio dos currais e matadouros públicos; a localização dos curtumes e “depósitos de imundícies e quanto possa alterar e corromper a salubridade da atmosfera”.

Lei Organizações Municipais (1828), §2.

Esse locais somavam-se aos cemitérios como potenciais produtores de miasmas, que eram considerados causadores de graves doenças. Em 1831, por exemplo, a Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, ao concluir seu relatório sobre as origens das infecções da atmosfera da cidade, ressaltava que as fontes de tais contaminações nos núcleos urbanos, em geral, eram

os ‘miasmas paludosos’ dos pântanos, charcos, águas estagnadas, as ‘emanações animais e vegetais, dos monturos, cloacas, vasilhas de despejos, canos de rua, valas de esgoto, depósitos de urina, animais deixados mortos nas ruas, currais, cavalariças, matadouros, açougues, curtumes, peixarias, armazéns de molhados, fábricas de velas, hospitais, prisões, e ainda, claro, os ‘vapores melfíticos’ dos carneiros e covas das igrejas’.

“Relatório da Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro sobre as causas de intecção de a atmosfera d’esta cidade - 17/12/1831”. Apud REIS, João José. *Op. cit.* p. 253.

Além disso, as Câmaras também deviam legislar sobre os edifícios cujas condições físicas não fossem satisfatórias para a segurança dos habitantes (§3); a respeito do cumprimento das horas de silêncio (§4); sobre a provisão de abastecimento e salubridade dos mantimentos das feiras e mercados públicos (§10); sobre o estabelecimento e conservação das casas de caridade (Art. 69), entre outras.

Antônio Manuel Hespanha, por outro lado, ressalta que as Posturas municipais, de modo geral, “vigoravam por consentimento tácito do príncipe, formalizado na presença dos juizes locais quando da sua provação”, não podendo estas contrariar o direito geral do Reino, nem as competências dos demais órgãos estatais. Portanto, o que cabia a elas eram questões denominadas pelo autor de “mesquinhas”, mas que podemos traduzir por cotidianas, estritamente locais, e que eram exatamente as demandas prementes dos moradores da região em questão. Sendo assim, as Posturas e regulamentações da atividade econômica local constituíam, segundo as palavras de Hespanha, “uma das dimensões essenciais da esfera de jurisdição própria das Câmaras, ao mesmo tempo que traduziam exemplarmente o sentido global da sua atuação”⁵. Portanto, paralelamente à tentativa de solucionar as demandas locais, as Posturas buscaram soluções para problemas comuns a todos os centros urbanos, tal como a “insalubridade” das cidades⁶.

⁵ NAVIER, Ângela Barreto Xavier, HESPANHA, Antônio Manuel. A arquitetura dos poderes. In: HESPANHA, Antônio Manuel (org.) *História da Portugal no século XIX*. Lisboa, Estampa, 1993, v. 4, p. 318.

⁶ Ver: CAMPOS, André Luiz Viana de. *Posturas Municipais na Província do Rio de Janeiro*. Cadernos de PCH, Niterói, n. 17, p. 314, maio/1992.

Essas preocupações com a higiene e salubridade nos centros urbanos, que desde o século XVIII afligiram a Europa, começaram a circular no Brasil

no início do século XIX – principalmente a partir da vinda da Família Real Portuguesa. O Brasil absorveu o modelo de medicalização da cidade denominado *medicina urbana*, estudado por Michel Foucault no contexto da França na segunda metade do século XVIII, e que tinha como suporte a urbanização⁷. Sendo a medicina urbana, segundo Foucault, “um aperfeiçoamento, na segunda metade do século XVIII, do esquema político-médico da quarentena que tinha sido realizado no final da Idade Média, nos

FOUCAULT, Michel. *Ordnamento da medicina social. In: Mitologia do poder*. 8 ed., Rio de Janeiro, Graal, 1989. p. 79-99.

séculos XVI e XVII”, esta possuía três grandes objetivos: 1) *analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que possa provocar doenças nas cidades*, tais como os cemitérios e os matadouros; 2) *o controle da circulação, das coisas ou dos elementos* – aqui não incluindo a circulação dos indivíduos –, principalmente, o ar e a água; 3) por fim, a medicina urbana tinha por objetivo, segundo Foucault, a *organização de distribuições e seqüências*, ou seja, achar o melhor lugar para colocar “os diferentes elementos necessários à vida comum da cidade”⁸.

⁷ *Ibidem*, p. 89.

Desta maneira, as Posturas municipais elaboradas no Brasil – aqui analiso o caso mais específico de Niterói –, ao longo do século XIX, e influenciadas pela medicina urbana desenvolvida na França, incorporaram tais preocupações à realidade de suas vilas e cidades, passando a temê-las e combatê-las da maneira mais eficaz possível. Com isso, desde o início do século XIX, mais especificamente no Brasil, as Posturas passaram a desempenhar a função de *defensoras das ruas*, em detrimento dos abusos da “casa-grande que sob a forma de sobrado se instalara nas cidades com os mesmos modos derramados”. Nesse caso, como afirma Freyre, as regulamentações deste período objetivaram “limitar os abusos de particular e da casa e de fixar a importância, a dignidade, os direitos da rua, outrora tão por baixo e tão violados”⁹.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro, Record, 1990. p. XLIII.

Ordenamento e controle do espaço urbano

A adoção de um traçado regular no Plano de Edificação para Niterói indicou a primeira tentativa de controle do poder público no espaço urbano que começava a se formar. A seguir, a Câmara determinou uma uniformidade na largura de todas as ruas que, a partir de então, fossem abertas, bem como na Rua da Conceição – anterior ao Plano mas que permaneceu no *nono* traçado, sofrendo as alterações necessárias na largura, a partir do pagamento de indenizações aos proprietários cujos bens particulares prejudicassem a ampliação. Nesse caso, a Rua da Praia foi a única exceção, permanecendo em seu antigo alinhamento.

Para que as regulamentações prescritas pelo Plano de Edificação não fossem deformações frente aos possíveis obstáculos, a Câmara de imediato previu que

Se na abertura das nove ruas, Praças, e Largos a necessidade da sua retidão, ou largura conveniente à comodidade dos habitantes, e ao serviço dos que por elas passam for encontrar alguma pequena casa, ou plantações, será o seu valor pago pela Câmara, pelo seu justo preço na forma que já se tem praticado com alguns¹⁰.

No entanto, os obstáculos não se restringiram, apenas, a pequenas casas e plantações, pelas quais os proprietários foram indenizados. A execução do Plano necessitou de grandes áreas cujos pseudos proprietários se dispuseram ou não a cedê-las para a Câmara. Não se pode negar que a Câmara apropriou-se de parte da área necessária para a implementação do Plano, sem que as devidas indenizações fossem feitas. Por outro lado, pode-se notar ocupações pacíficas por parte da Câmara para a execução do Plano, bem como um movimento de doações por livre e espontânea vontade. Exemplo significativo, nesse caso, foi o do Brigadeiro Manoel Álvares da Fonseca e sua esposa — proprietários da área para a qual foram planejadas a Casa da Câmara e Cadeia e uma praça¹¹. Desse modo, semelhante às normas do Barroco, estabelecidas desde o século XVIII, o Plano de Edificação preconizou que se os interesses do traçado planejado para a transformação urbanística do espaço esbarrassem nos individuais, certamente prevaleceriam os primeiros. A justificativa foi a de que a "comodidade geral" dos habitantes e dos transeuntes devia vir em primeira instância, desde que o poder público arcasse com a obrigação de indenizar os bens particulares.

A Câmara, desde a elevação da povoação da Praia Grande à categoria de Vila, em 1819, logo procurou viabilizar o alinhamento das ruas já iniciadas "por haver pessoas que querendo edificar sobre elas estão demoradas por falta deste alinhamento"¹². Numa outra seção a Câmara deliberou que:

desde já [fossem abertas] algumas ruas para animar a edificação e facilitar a comunicação de seus habitantes e também para que se distribuíssem com regularidade os terrenos que vêm sendo aforados pelos respectivos proprietários, evitando-se assim inconvenientes futuros¹³.

Nesse período, encontrava-se na Vila o major engenheiro Antonio Rodrigues Gabriel de Castro, o qual foi solicitado para dirigir as obras de alinhamento. Por fim, o engenheiro acabou traçando o Plano de Edificação para a Vila, sendo este aprovado no ano seguinte. Em pouco mais de dez anos, quando foi elaborada uma Planta Topográfica da Província do Rio de Janeiro, na qual foi incluída a Praia Grande, pode-se notar que grande parte do que fora projetado por Gabriel de Castro já havia sido executado. E o arruamento iniciado nas terras doadas pelo

¹⁰ BNRJ-SM, Cod.14.4.13. "Registro de Representação que a Câmara da Vila dirige ao Re-pedindo terras para esta Vila". In: *Livro de Registros e Ordenações da Câmara da Vila Real da Praia Grande (1819-1828)*, registro 6.

¹¹ Sobre a doação dessa área para a Câmara ver BNRJ-SM, 14.4.13. *Livro de Registros e Ordenações* (registros 18 a 20).

ADACM 26/28 1819.

¹³ *Ibidem*, 26/12/1819.

Brigadeiro Manuel Álvares da Fonseca, para o estabelecimento da Praça Municipal — onde seriam instalados os prédios da Casa da Câmara e Cadeia, a Igreja Matriz, bem como o açougue, o Terreiro de Farinha, entre outras construções —, por sua vez, já aparecia concluído.

A cidade idealmente planejada por Gabriel de Castro, por outro lado, já em 1833 aparecia com suas correções frente à aplicabilidade do projeto ao real, ou seja, suas características físicas. Quatro ruas que, segundo o Plano, partiriam paralelamente à rua da Praia, e sete das nove ruas que cortariam estas primeiras transversalmente, neste período, já estavam alinhadas. E a simetria das ruas após a sua abertura não mais correspondia ao que fora idealizado, e nem sempre estas mesmas ruas se cruzavam em ângulos retos como fora projetado.

Um outro exemplo de disciplinarização por parte do poder público sobre o espaço do novo centro urbano foi a idealização e execução do prédio da Casa da Câmara e Cadeia, bem como da Igreja Matriz, à sua frente. Tais construções podem ser classificadas como ícones do controle e repressão público-religioso.

O controle expresso no Plano de Edificação pela Câmara, por outro lado, pode ser observado logo no início do documento, quando este determinou a localização do espaço ligado ao comércio de gêneros alimentícios — a Praça do Mercado. Esta praça “destinada para venda pública de hortaliças, quitandas e peixes” e, se possível, para o estabelecimento de um “mercado diário de galinhas”¹⁴, localizar-se-ia pelo Plano próximo à Casa da Câmara e Cadeia, e nas cercanias do local de embarque e desembarque dos produtos e trânsito dos indivíduos pela Praia Grande e adjacências. A feira supria as lacunas da produção — hortaliças, frutas e animais de pequeno porte — das chácaras e sítios que davam uma tonalidade singular à Vila, e que permaneceram e até mesmo foram estimuladas após o Plano de Edificação, como mais adiante será verificado. Por outro lado, a venda pública de tais gêneros atendia também às necessidades de abastecimento da Corte.

A atuação do poder público nas vendas de tais produtos pode ser identificada no Plano a partir da solicitação de colocar um mercado diário de galinhas no mesmo local “a fim de socorrer em parte aos graves males, que ao público, e muito em particular à Real Ucharia, estão fazendo os atravessadores destas aves”. Esses intermediários, nos debates públicos sobre o problema do abastecimento, eram apontados como os principais agentes responsáveis pelas dificuldades de abastecimento da Corte e causadores de uma carestia que pairava nos grandes centros urbanos¹⁵.

¹⁴ Apesar deste Mercado aparecer no Plano de 1832 e ser de grande importância para o controle da comercialização de gêneros de primeira necessidade, só começou a ser construído em 1854.

¹⁵ LENHARO, Alceu. *As tropas da modernização*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1999, p. Viii. Sobre o comércio de abastecimento da Corte ver também: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e quotidiana no Brasil*. Lisboa, Europa, 1993, p. 217-26.

O açougue foi mais uma construção que a Câmara interessou-se em manter nas suas proximidades, a fim de que pudesse fiscalizá-lo com mais rigor. Isto porque, tal como na maioria das vilas e cidades do Brasil, o abastecimento de carne verde (bovina fresca) sempre foi um problema constante. Na tentativa de solucionar estas dificuldades no fornecimento deste gênero, logo após a criação da Vila, a Câmara solicitou o comparecimento do arrematante de carne verde a fim de lembrá-lo de "suas obrigações de fornecer ao povo carne em fartura e boa pelo preço de sua arrematação"¹⁶. ADACMN. 16/28/1819

Concomitantemente à idealização do açougue nas proximidades da Casa da Câmara e Cadeia, outra providência tomada pela Câmara para tentar sanar o problema do abastecimento de carne verde foi o planejamento de um matadouro para o fornecimento desse produto ao açougue. No Plano, esta construção se justificava ressaltando que "assim se poupará à saúde pública o considerável dano, que sempre vem de serem os matadouros no interior das povoações". Localizada fora do centro da cidade mas, ao mesmo tempo, não muito afastada desta, a edificação do matadouro público, tal como fora projetada no Plano, resolveria dois problemas que aligiam os centros urbanos: de um lado, retiraria do centro da cidade tal construção, que já era vista, por influência do Barroco, como um elemento insalubre nas cidades. Por outro lado, não a levaria para uma área tão distante do açougue, a fim de que o produto chegasse para o consumo final em boas condições. Paralelamente, a Câmara, através da instauração do matadouro público, obrigava a todos os proprietários de gado bovino a concentrar seu abate naquele local, controlando a cobrança dos impostos por tal atividade. Ao mesmo tempo, o produto final era direcionado para o açougue, resolvendo, por outro lado, a questão do abastecimento.

O estabelecimento de um edifício denominado *Terreiro da Farinha* em um dos lados da Casa da Câmara, e segundo o Plano de Edificação, "destinado para recolher farinhas, milho, legumes, e mais efeitos desta classe destinados à venda pública", também pode ser citado como mais um exemplo de construções planejadas a fim de controlar o abastecimento de gêneros alimentícios da Vila. Denominado em Portugal de *Terreiro do Trigo*, em Lisboa, esta construção localizava-se na parte central da vida política, econômica e financeira da cidade, próximo da Alfândega e do Paço da Ribeira, e ao lado das Sete Casas e da Casa dos Contos. Apesar do nome, este local armazenava todos os tipos de grãos e legumes. No seu interior trabalhavam, sob a vigilância de um juiz, vendedores, acarretadores, joeireiras e medeiras. Sua ordenação e fiscalização ficava por conta da Câmara de Lisboa, sendo o único lugar possível onde se podia negociar em grandes quantidades tais produtos. Certamente o Terreiro de Farinha seria próximo à Casa da Câmara, na Praça Municipal. Esta construção, contudo, foi apenas idealizada pelo Plano. Devido às dificuldades financeiras da Câmara, sua construção não foi possível.

O ordenamento e controle por parte da Câmara não se fizeram presentes

apenas nas construções públicas. Com o Plano, procurou-se manter também um controle sobre a propriedade particular. Assim sendo, o Plano ressaltou que:

Sendo necessário preservar alguma regularidade no projeto e forma exterior das casas, para que uma liberdade absoluta de edificar não venha a produzir deformidades, e defeitos, notáveis, que convém prevenir e acautelar, a ninguém será permitido levantar casas novas, nem fazer consertos exteriores nas já existentes, sem licença da Câmara, que determinará o arruamento e o prospecto¹¹.

¹¹ ENRJSM, Cod. 14.4.13, *Leis e regulamentos*, Reg. 6.

As edificações particulares no espaço urbano, de modo geral, ficavam subordinadas a normas estabelecidas pelos poderes municipais. Estavam, principalmente, sob a tutela das Posturas. O mesmo não ocorre com as moradias rurais, demarcadamente sob a forma de grandes propriedades, tais como fazendas ou engenhos, as quais guiavam-se apenas pelo gosto e/ou necessidades de seus proprietários¹². No caso específico da Vila Real da Praia Grande, antes mesmo de ter um código de Posturas próprio, o Plano de Edificação já estabelecia a regularidade do projeto e forma exterior da casa, parâmetros que todos os habitantes da Vila deveriam adotar:

Nos cantos, e esquinas das quatro ruas, que dão ao Rossio, e nos dois cantos da Praça sobre o Mar a ninguém será permitido levantar senão casas de sobrado. No meio dos lados do Rossio, e em todas as outras ruas, será livre edificar casas de sobrado, ou térreas: sempre que aquelas tenham trinta e cinco palmos de altura, e estas dezessete, sendo de doze a altura das portadas. Ninguém poderá edificar fora do alinhamento das ruas: e por nenhum pretexto será livre a qualquer deixar nas mesmas ângulos entrantes, ou salientes, que dêem lugar a serem neles surpreendidos insidiosamente os que de noite passam pelas ditas ruas¹³.

¹² ENRJSM, Cod. 14.4.13, Regimento de apresentação que a Câmara da Vila dirige ao Poder municipal para a Vila. In: *Leis e regulamentos*, Reg. 6.

Na Vila Real da Praia Grande, a preocupação da Câmara com o controle sobre as construções, a fim de manter a regularidade e a beleza do plano, foi uma problemática latente que repercutiu sobre os códigos de Posturas elaborados especialmente para a região. No primeiro artigo do Código de 1830, reproduzido integralmente no de 1833, a Câmara estabeleceu que:

Nenhuma pessoa poderá edificar casas nesta vila, e nas povoações, e arraiais, abaixo designadas, sem que pelo fiscal do Distrito de um, com assistência de um arquiteto, nomeado pela Câmara, lhe sejam dados, a altura do prospecto, e o alinhamento, de que se levará pelo secretário um termo, que por todos assinado será entregue ao edificante.

Àqueles que não cumprissem tal regra cabia uma punição, que vinha na forma de uma multa de 20\$000 Réis, acompanhada pela obrigação, por parte do edificante, de sanar o erro²⁰.

A partir de então, a Câmara exerceu uma intensa fiscalização sobre as construções feitas e/ou reformadas no centro da Praia Grande. Por um lado, obrigando os seus proprietários a enquadrar tais obras às suas normas e, por outro, punindo através de multas e embargos, quando estas não respeitavam suas determinações. Esse controle pode ser observado a partir da análise das vistorias feitas no centro da Praia Grande, nas quais várias vezes a punição, além da multa, era a correção através de demolição da parte condenada pelas Posturas. Assim, partindo de tal Postura, o poder público controlava o bem privado dos indivíduos, ou seja, a sua casa. Aos proprietários, ficava apenas a liberdade de decisão plena sobre o seu interior e sobre os aspectos estéticos exteriores da construção, tais como o formato de portas e janelas, acabamento e cores.

O controle da propriedade privada pelo poder público, no Plano de Edificação, se expressa nos terrenos que até então não tinham sido construídos. Sobre essa situação a Câmara deliberou que:

Para evitar que no centro da vila se conserve terreno devoluto, e sem casas, com grave prejuízo da formosura e comodidade da mesma vila, todos os donos de terrenos deverão ser obrigados por termo assinado na Câmara, a edificar no termo de três anos: e não querendo, ou não podendo, serão constrangidos a vender os seus terrenos àquelas pessoas que se obrigarem a edificar no sobredito termo, pagando aos donos dos terrenos o justo valor deles, e dos materiais que neles se acharem, a aprazimento das partes, ou por meio de avaliação com assistência da Câmara²¹.

²¹ BNRE-SM. Cad. 14.4.1. Idem Reg. 6.

Desse modo a Câmara, ao elaborar regras para a construção da fisionomia do centro urbano que começava a se formar, deixava transparecer, por outro lado, o aspecto excludente inerente às reformas ou transformações dos espaços. Ao proibir a existência de terrenos sem construções no perímetro da área na qual se aplicaria o Plano de Edificação, eram excluídos daquele espaço os proprietários que, por algum motivo, principalmente de ordem financeira, não possuíam meios para atender a tais exigências. Concomitantemente, verificou-se a intervenção direta do poder público no direito da propriedade privada quando este interferia na substituição de proprietários, caso estes não pudessem atender às suas determinações. Por outro lado, no período entre a criação da Vila e a elaboração do primeiro Código de Posturas da Vila Real da Praia Grande, em 1825, a Câmara assegurou o seu controle postulando regras através de suas Atas.

Ainda em 1819, a Câmara mandou que fossem convocados todos os ho-

mens de lojas e tabernas do termo da Vila, para apresentarem suas respectivas licenças a fim de registrá-las e referendá-las²². E no início do ano seguinte, fixou um prazo para que todos os comerciantes ligados ao comércio de tabernas, quitandas, padarias e mascates tirassem obrigatoriamente suas licenças²³. Com as Posturas Policiais, a intervenção da Câmara sobre o funcionamento do comércio, controlando as suas respectivas licenças, tornou a aparecer. O artigo LIX estabeleceu que:

Ninguém poderá vender fazendas, nem miudezas pelas ruas, sem a competente licença desta Câmara: a contravenção será punida com a multa de 6\$000 Rs.

No caso das casas de negócios, o artigo LX esclarecia que

Ninguém poderá vender gênero algum de porta aberta, sem licença da Câmara [...]. O contraventor será punido com a multa de 6\$000 Rs., ou seis dias de prisão. A presente Postura é extensiva aos oficiais de ofício com loja aberta.

Soma-se a isso, a sua determinação para que o procurador da Câmara mandasse fazer os pesos e medidas necessários para a fiscalização dos particulares²⁴.

O controle da Câmara sobre o comércio da cidade, por outro lado, mostrou-se preocupado com a questão da higiene dos estabelecimentos especializados na venda de alimentos:

Toda a pessoa que tiver casas de negócio de secos, e molhados, é obrigada a ter todas as vasilhas do serviço das mesmas com todo o asseio, sendo-lhe absolutamente proibido o uso de vasilhas de barro vidrado para líquidos, por serem prejudiciais à saúde pública²⁵.

Nesse caso, o contraventor também seria punido com uma multa de 6\$000 Rs., ou seis dias de prisão.

Em 1820, a preocupação com os animais que vagavam pelo centro da nova Vila – e era problema comum das cidades –, mereceu a atenção da Câmara:

Nenhuma pessoa poderia ter nas estradas públicas cães daninhos [...] bem como [...] bestas, cabras, bois e outros animais soltos pelas ruas, estradas, caminhos, servidões e logradouros.

Neste caso, se houvesse descumprimento da deliberação por parte dos proprietários, determinou-se que estes deviam pagar todos os danos que o animal fizesse²⁶.

Por fim, nas Posturas Policiais 16 artigos delibaram sobre esse problema. O que pode indicar os graves incômodos causa-

²² ADACMN. 16/08/1819.

²³ *Idem*. 29/21/1822.

²⁴ ADACMN. 16/08/1819.

²⁵ *Posturas Policiais*. (1833), artigo LXII.

²⁶ ADACMN. 26/22/1822. Em 21/1821, foi ainda determinado sobre esse assunto que o alcade prenderia no corral o animal que, neste momento, anda e exorta, os animais que fossem encontrados vagando pelas ruas.

dos por esses animais”⁷.

Posturas Policiais (1833). Artigos: XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXVIII, XXX, XXXI, XXXII, LIII, LIV, LXXVII, LXXXVIII, LXXX, LXXXI

Disciplina e normatização da conduta social

Ao mesmo tempo em que a Câmara elaborou normas para ordenamento e controle do espaço urbano, deu início também a um processo paralelo de disciplina e controle dos habitantes da Praia Grande, bem como de todos os que por ela transitavam. Desde 1820, quando a Praia Grande ainda não possuía Posturas próprias – seguindo fundamentalmente as regras utilizadas pelo Rio de Janeiro –, a Câmara começou a deliberar normas de conduta sobre determinados aspectos que foram, posteriormente, incorporadas ao Código de Posturas. Um dos principais assuntos em pauta nessas deliberações foi a repressão à vadiagem. Em 1820, por exemplo, a Câmara determinou às autoridades competentes que pusessem em prática “as leis pátrias” sobre o assunto, “a fim de prover os graves males que à tranquilidade pública se originam de vagarem de noite pelas ruas homens ou escravos vadios”. Deste modo, o órgão solicitou que

prendam e façam prender todo o homem branco, preto, ou pardo, qualquer escravo que for encontrado nas ruas desta Vila sem lanterna, ou outro lume, depois das dez horas da noite, salvo se for homem branco, de qualidade distinta, notoriamente conhecido e acreditado, sendo escravo, [se] trouxerem escrito por seu senhor, por onde conste que vai empregado no seu serviço”⁸.

ADACMN 26/02/1822

Ao receber um edital do Intendente Geral de Polícia da Corte e da Província do Rio de Janeiro, no ano seguinte, ressaltando que ainda se achava em vigor a determinação de 7 de maio de 1808, que proibia as vendas, botequins e casas de jogos de funcionarem após às 22 horas, “pelo manifesto dano que causavam ao sossego público, não servindo dessa hora em diante senão para ajuntamento de vadios e ociosos”, a Câmara concluiu que a pena para esta infração – a cassação das licenças – não era proporcional. E que mesmo em horários não indicados pelo edital, tais estabelecimentos acomodavam muitos “vadios e escravos que desprezando mil trabalhos úteis e faltando ao serviço de seus senhores se corrompiam uns aos outros, e daí se originavam desordens e crimes”, determinando uma pena mais rígida. Dizia a Postura que

Toda a pessoa que depois das dez horas da noite for achada em venda, taberna, botequins e casa de jogo pagará da cadeia pela primeira vez 2\$400 rs., sendo livre; e pela segunda o duplo, e será pronunciado [sic] como vadio; se for escravo será conduzido ao Calabouço e sofrerá açoites aflictivos; e o dono ou caixeiro da casa em que for achado pagará pela primeira vez 4\$800 rs. e lhes será fechada a casa por 30 dias, e pela segunda vez pagará o duplo, e lhe será cassada a licença, e nunca mais lhes será permitido outra. [...] E com igual pena serão multados e punidos os vendeiros e

taberneiros em cujas casas se acharem de noite ou de dia, dentro a uma porta das suas vendas ou tabernas, pessoas paradas, principalmente escravos, depois de ouvidos²¹.

Idem. 22/12/1821.

Outras normas de convívio social foram impostas pelo Código. Uma delas diz respeito ao "silêncio e sossego público depois do correr do sino", multando com três dias de prisão quem os perturbasse²². O controle da palavra é ainda um outro exemplo da vigilância mantida pela Câmara sobre todos aqueles que estivessem sob sua jurisdição. Nesse caso, o poder público punia àqueles que, em público, proferissem "injúrias ou palavras obscenas e indecentes, quer vagamente, quer dirigidas a alguma pessoa"²³. Sobre o decoro em público, a Câmara delibe-

Código de Posturas. (1834). Postura n.º XXV.

Idem. Postura n.º XXVI.

Toda a pessoa que aparecer nua, quer em serviço nas praias, quer nas embarcações em viagem, com escândalo e ofensa da modéstia; ou tomar banhos de mar de dia defronte desta vila, ou de qualquer casa, sem roupas próprias, será multado em 30 mil réis. Se for insolúvel será condenado em quatro dias de prisão, e sendo escravo será multado em quatro dias de prisão, que podem ser remidos com 4 mil réis²⁴.

Idem. Postura n.º XXVII.

O controle dos moradores da Praia Grande, por outro lado, fica configurado através das disposições que regulavam a mobilidade de seus habitantes no que diz respeito à moradia. Nesse caso, a Câmara aprovou que

Nenhuma pessoa de um ou outro sexo, [...] poderá vir residir permanente ou temporariamente no termo desta vila sem previamente se apresentar ao juiz de paz respectivo, a quem instruirá da pessoa que é, cargo que ocupa, ou modo de vida que tem para sua subsistência, número de sua família (tendo-a), nome de cada um dos indivíduos dela, tanto livres como escravos e agregados de ambas as condições; bem como indicará o lugar de sua residência²⁵.

Idem. Postura n.º XCIX.

Todos os moradores deveriam seguir o mesmo procedimento caso desajassem trocar de casa ou de freguesia, bem como sair do termo da Vila. No caso de uma mudança sem aviso prévio às autoridades a multa era de 10\$000 rs., podendo ser agravada com prisão, caso a mudança fosse suspeita²⁶.

Idem. Postura n.º C.

A questão da salubridade das cidades, por outro lado, tornou-se diretamente responsável pela tentativa do poder público em coibir os abusos sofridos por tais espaços. O esforço foi envidado no sentido de controlar a relação que os habitantes possuíam com o espaço. O que Foucault denominou de *medo urbano*, portanto, passou a exercer forte influência na mudança de comportamento para com a cidade. Temor que foi, geralmente relacionado com a existência de epidemias; de infecções causadas pelos cemitérios locali-

zados no interior das cidades; de esgotos que corriam a céu aberto contaminando, principalmente, o ar; de matadouros; de águas, enfim, de toda aquela situação causada pela aglomeração de pessoas numa área restrita¹⁵. Havia, enfim, um temor geral de que a poluição do meio urbano desse vazão a uma série de doenças e epidemias.

O lançamento de líquidos e lixo em lugares inadequados, por exemplo, foi uma das grandes preocupações da Câmara. E dentre as deliberações referentes ao assunto, notam-se as precauções a serem tomadas face ao lançamento de dejetos das residências:

Todo e qualquer habitante desta vila e seu Termo é obrigado a mandar fazer diariamente o despejo (denominado - limpeza -) das imundícies e águas impuras dentro do mar, nos lugares próximos a ele e nos outros lugares ou valas que mais remotos estiverem da povoação, em cuja distância não incomode os moradores das respectivas povoações, às 11 horas nas noites de verão e às 10 nas de inverno. O criado ou escravo encarregado do referido despejo entrará pelo mar até lhe chegar a água aos joelhos, e então fará o despejo dentro d'água, e jamais sobre a areia, como abusivamente se costuma, com grande incomodidade pública. E o mesmo se deve entender a respeito do lixo, à exceção daquele que não sendo impuro se pode aplicar para entulhar as cavidades que houverem na praia, e o que pode servir de defesa aos terraços e cais construídos para defenderem as ruas e prédios da invasão do mar¹⁶.

Código de Posturas (1834), n.º LXXXIX

Dessa forma, é possível concluir que a elaboração de um plano urbanístico configura-se numa tarefa muito maior do que a mera transformação das características físicas do espaço. Ela é também, paralelamente, um instrumento de intervenção do poder público face ao novo tipo de ambiente projetado.

Na Praia Grande, a intervenção se deu por dois canais diferentes mas que, ao mesmo tempo, atuaram numa mesma direção. Primeiramente, o poder público ordenou e controlou o espaço urbano, público ou até mesmo privado, a partir do próprio Plano de Edificação. Num segundo momento, estendeu sua ação para a normatização e disciplinarização dos indivíduos pertencentes, de alguma maneira, ao espaço em questão. Isto se deu através de deliberações camarárias e das Posturas, tornando-se, assim, ambos movimentos paralelos e complementares.

Finalmente, através da análise de fontes como as Posturas Policiais e as Atas da Câmara de Niterói, notamos o quanto abrangente era esta interferência. De regras para a construção das residências até o vocabulário dos indivíduos e a circulação pelas ruas, tudo era vigiado pelo poder público. Assim, por detrás do ordenamento do espaço, jazia um outro processo: o de controlar e normatizar a vida em comum, tão importante quanto o primeiro..

CAMPOS DOS GOYTACAZES

A Reforma Urbana Saturnino de Brito X Poder Político (1890/1930)

Heloíza Manhães Alves
UFF

[...] façam de Campos a capital da província do Rio de Janeiro [...] a formosa neta dos indômitos goytacazes, a risonha sultana do Paraíba, desempenharia o poético nome, que lhe puseram os seus aborígenes, de Goitacamopi – Campos das delícias, – e nada teria que invejar às capitais das demais províncias do Brasil.

Teixeira de Mello

Debruçada sobre o rio Paraíba, Campos tem uma feição toda particular por ser importante pólo regional, devido ao seu progresso na agricultura, indústria e comércio. De fins do século XIX e primeira metade do XX ocupa uma posição singular no contexto do que hoje consideramos estado do Rio de Janeiro com participação ativa nos acontecimentos sociais e políticos do país e da região¹.

Esta singularidade espacial levou, no Império, à defesa de um projeto de autonomia dentro da região – em 1855 o Marquês do Paraná, presidente do Conselho de Ministros, levou ao conhecimento da Câmara dos Deputados que era de desejo dos campistas elevar a Comarca de Campos à categoria de província, anexando alguns municípios próximos da província de Minas Gerais ao de Itapemirim, na do Espírito Santo. A não concretização do projeto não invalidou as aspirações dos campistas, ao contrário, plasmou o desejo de uma atuação mais efetiva nas diretrizes políticas regionais e, quiçá, nacional.

Assim, a busca constante de um exercício de poder é expressa na fisionomia urbana. Dotar a cidade dos símbolos da modernidade, integrá-la no rol dos centros civilizados era a tônica dos discursos da elite². Discurso este que encontra expressão nos fins do século

¹ Haja vista a participação de Campos na campanha abolicionista e rebelião negra, no Império. Já na 1ª República, políticos campistas tiveram um papel atuante nas disputas dentro da oligarquia fluminense, buscando o exercício do poder em níveis estadual e nacional, como Francisco Portella e Nilo Peçanha. Cf. LAGE, Lana. *Rebelião negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro, Achamé, 1981; FERREIRA, Mariana Moraes. *A República na 160ª Província*. Rio de Janeiro, Ed. Rio Fundo, 1989.

² Considera-se elite o grupo social composto pelos homens de negócios, os empresários locais – comerciantes, fazendeiros, profissionais liberais envolvidos em empresas comerciais, de prestação de serviços, setor rentista – que, devido ao seu poder econômico e social, buscavam ocupar funções importantes na sociedade, como membros do Conselho Fiscal ou acionistas de cerca de 92% das empresas de Campos, presentes nas listas de vereadores, deputados provinciais e estaduais, chefes partidários. Cf. BURKE, Peter. *Visões e Atitudes: um estudo da elite no século XVII*. São Paulo, Brasiliense, 1991; FERREIRA, Mariana Moraes. *Em busca da lula do Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Niterói, 1992. Tese (Doutorado) – IUPERJ, Universidade Federal Fluminense.

XIX e primeira metade do XX, marcadamente quando da remodelação e embelezamento do Rio de Janeiro na administração Pereira Passos.

Este período é marcado pela assimilação dos símbolos da modernidade, do progresso. Ordem e higiene são elementos constitutivos do pensamento urbanístico-sanitarista da época. Transformar a cidade pestilenta, suja, antiestética, no modelo de metrópole civilizada, regenerada, representou, no plano ideológico, os interesses sociais, políticos e econômicos das elites no processo de renovação urbana.

De acordo com o processo de modernização em curso na sociedade brasileira, nos fins do séc. XIX e início de XX, a cidade de Campos, expressão simbólica da cidade moderna/civilizada, é concebida como um espaço de poder. Recortar a geografia urbana dentro dos símbolos do progresso significava um patamar para atingir as condições para sediar a capital do estado do Rio, discussão dominante nos primeiros anos da República e ainda recorrente no ideário da elite política campista.

O projeto de reforma urbana Saturnino de Brito, concebido pelo engenheiro sanitarista em 1902, veio representar o alicerce para galgar estes espaços de poder. A implementação de uma nova ordem urbana dentro de padrões europeus funcionaria como horizontes de modernidade e progresso. A intervenção na cidade responde à lógica da ordenação social do espaço dentro do saber sanitarista. Da desordem à ordem e ao bem estar higiênico-social.

O espaço urbano e a elite política

Campos, no início do século XIX, apresentava uma imagem urbana bastante incipiente, com dúzia e meia de ruazinhas estreitas e tortuosas, quase todas sem pavimentação, cheias de atoleiros e à mingua de iluminação pública. Nos fins do século, registra um progresso incomum numa cidade de interior. Circundada por inúmeras chácaras e canaviais, teve seu desenvolvimento articulado à lavoura da cana e à própria expansão do comércio.

As transformações no sistema produtivo açucareiro com a demolição dos velhos engenhos e engenhocas e a conseqüente instalação dos engenhos a vapor, substituídos nas duas últimas décadas do século XIX pelos engenhos centrais e usinas resultaram em mudanças na fisionomia urbana.

A população crescera. Em 1872 Campos contava com 88.825 habitantes e, destes, 19.520 se concentravam na zona urbana; em 1892, o total de habitantes era de 105.534, sendo que 26.951 eram representados pela população urbana, da qual 21.316 pessoas (21,15%) se ocupavam do comércio, das "indústrias" de vestuário, do couro, do mobiliário, das edificações e outros¹.

¹ Ver Censo do IBGE do ano de 1872/1875, FAPRI, *Seiçã de Campos: Tena e trabalho em Campos dos Goiaizes (1872/1922)* Niterói, 1986, p. 213-4. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense.

Paralelamente ao aumento populacional assistimos à fase de expansão do comércio e dos serviços públicos. Novas firmas comerciais se instalaram na cidade para atender à demanda do mercado, até porque a própria dinâmica da

produção açucareira impulsionava a mecanização e a entrada de novos capitais. É o caso do Henry Spittle, proprietário da "Casa Inglesa", sobradão na rua Direita no ramo de maquinismo; a Reid & Fernandes com fabricação de máquinas; a Terris e Findlay com negócios de máquinas e fundição e que participou na montagem, na sua fase inicial, da usina de Mineiros; a Thompson, Black & Cia., ingleses encarregados da modernização dos engenhos e instalação das usinas, como a de Santa Cruz, a de Santo Antônio, de Sapucaia e tantas outras.

Não foram somente os ingleses que estiveram presentes nos negócios de maquinário, também firmas francesas, como a Fives Lillie e Marriolle Frères, esta última responsável pela montagem da usina São José. Muitos outros franceses dedicaram-se ao comércio varejista de fazendas, armarinhos, chapéus etc.

A pujança econômica levava Campos a gozar de uma posição invejável como praça principal dos negócios da região Norte-Fluminense. Mantinha um dinâmico comércio de exportação e importação com as praças do sul de Minas, São Fidélis, Santa Maria Madalena e parte de Cantagalo e, notadamente com o Rio de Janeiro. Exportava principalmente produtos agrícolas. Em 1880 o montante das transações comerciais atingia 10 mil contos de réis, enquanto as importações atingiam entre 6 a 8 mil contos de réis. Importava fazendas de seda, veludo, linho, lã e algodão de fábricas francesas, inglesas e americanas. Estabelecimentos comerciais como os de Jean Vigné, Pierre Chatel, Ernesto Arthez são portadores das últimas novidades de Paris: louças finas, papéis pintados, livros e tantos outros objetos necessários ao bem-estar de uma população habituada não só ao conforto como ao luxo⁴.

Não fora somente o setor varejista que crescera, também o atacadista do comércio, até porque a própria estrutura produtiva açucareira vai selecionar aqueles que se identificariam com a grande produção. A demanda de grande capital na viabilização da modernização do setor produtivo abriu caminhos para o entrelaçamento do capital mercantil com o setor agrário. Comerciantes e refinadores se associaram aos produtores de açúcar. Surgiram muitas firmas comissárias com o objetivo de unir esforços no direcionamento de empreendimentos de maior envergadura: a modernização dos engenhos centrais, a montagem das usinas, a viabilização de transportes mais eficientes.

Enfim, os empreendimentos dos negociantes locais tinham íntima correlação com os interesses dos fazendeiros. Observamos que a maior parte dos créditos e fornecimento de empréstimos aos fazendeiros era proveniente dos negociantes. Muitas casas comissárias financiavam a safra, tendo sua acumulação de capital garantida previamente, como é o caso da Casa Comissária Artur Fernandes Dias; Ornellas, Coelho e Cia.; Vianna e Gonçalves, desde 1891.

Logo comerciantes e fazendeiros, empresários locais, constituíram-se na elite econômica e política campista. Presentes na Associação Comercial, acostumados ao confortável e elegante, defendiam na Câmara Municipal um novo cenário urbano,

⁴ Ver TEINHRA DE MELO, *Campos do Gostoso nos 1801*. Rio de Janeiro, Typ. Laranjeira, p. 146. S.O.U.ZA, Horacio. *Ciclo açúcar*. Rio de Janeiro, Dúmida, 2 ed. 1985, p. 115. *Anuário de 1885*.

novos figurinos, hábitos mais suntuosos condizentes com os novos tempos. A cidade feia, acanhada tinha os dias contados. Requeria reformas. O progresso materializa-se na forma simbólica de ruas pavimentadas, largas avenidas, iluminadas, bondes, lojas chiques, teatros. Cidade reconstruída, remodelada era condição indispensável para o exercício da dominação da política fluminense.

Garantir a imagem de uma cidade verdadeiramente moderna fazia parte de um projeto político das elites: o da construção das condições para que Campos sediasse a capital do Estado do Rio de Janeiro. Este desejo se expressou de forma inequívoca em 1890, momento em que tiveram início os debates sobre a mudança da capital, de Niterói para um outro município fluminense.

Assistiu-se, então, à demolição de velhos casarões que, segundo os discursos de época, tanto enfeavam o centro urbano e, conseqüentemente, construíram-se belos e suntuosos edifícios. Em 1890 a firma Antonio Santos Pereira e Cia. foi contratada para realizar o calçamento entre a Rua dos Andradas e a do Ouvidor.

Nesse mesmo ano foi apresentada ao intendente Arthur Rockert⁵ uma proposta de alargamento da Rua 7 de Setembro, desde a Praça das Verduras até a Rua do Ouvidor. Foi efetuada a abertura da Rua do Sacramento até o Passeio Municipal. Enfim, presenciou-se uma febre de demolições, dando lugar a ruas largas com nova pavimentação, principalmente a 13 de Maio, 7 de Setembro, do Rosário, Barão de Cotequipe, João Pessoa, por sua crescente prosperidade e importância comercial, constituindo-se no Boulevard do Comércio.

A 7 de Setembro era muito estreitinha, como a 21 de Abril, bordada de casinhas muito feias, nada mais era que um encarreirar de açougues, vendolas e quitandas, onde pontificava o magarefe "Pedro Cabaça", "o gordalhudo" Santafé[...] Hoje é uma das mais opulentas avenidas de Campos. Em seu seio ela afaga o comércio chique, as vivendas graciosas, os jardins mais floridos. Seu aspecto é bom, agrada à vista; sente-se perfeitamente, a suavidade do seu completo urbanismo".

⁵ SCF, Z.A. Fluminense, Op. cit., p. 389.

Assim que, em 1890, a cidade transvestida dos artefatos da modernidade é palco de intensa campanha para sediar a capital do estado. A Associação Comercial, entidade representativa da elite econômica, com o apoio dos principais jornais – *A República*, *A Gazeta do Povo* e o *Monitor Campista* – envia uma representação à Assembléia Legislativa (ALERJ) enumerando as vantagens da transferência da capital para Campos. A campanha toma contornos regionais. As lideranças políticas mais atuantes como o Barão de Miracema e Nilo Peçanha saem em defesa do projeto de elevar Campos à capital, além de buscarem o apoio das forças populares acabam por também envolver os municípios vizinhos como Macaé, Itaperuna, São João da Barra e São Fidélis.

⁶ Constituiu exemplo de comerciante atuante na vida política de Campos, participou da fundação da Associação Comercial, ocupou a Intendência em 1891 e chegou a exercer o mandato de vereador.

Os debates na imprensa são intensos por todo o ano de 1893. O jornal *A República*, de 15 de janeiro de 1893, assim notifica:

Campos – capital. Das cidades que disputam a primazia de ser a capital fluminense encontramos Teresópolis, Friburgo, Campos. As duas primeiras têm a seu favor o excelente clima, suas montanhas verdejantes, mas para elas sediar o governador acarretará grandes despesas, o que não acontecerá à florescente Campos, que é sem dúvida, o cérebro do Rio de Janeiro.

O movimento envolve toda a sociedade. Em março de 1893 é levada à cena pela Cia. Theatral de Campos a revista *Campos – capital*, no teatro São Salvador¹.

Ver jornal *A República*, de 21/23/1893. Cf. RANGEL, Vicente Martins. *Reconstrução e memória: o caso de Campos (1839-1965)*. Rio de Janeiro, Difel, 1992.

Cogitou-se, até, uma proposta autonomista: Campos, liderando os demais municípios do norte-fluminense, formaria uma nova unidade da Federação. Idéia recorrente, expressão do desejo a longo tempo acalentado pela elite campista: Campos capital do estado significava o exercício da hegemonia na política fluminense.

Destarte, as pretensões do município de se tornar capital não se concretizaram, pois em 1894, Petrópolis vai ser elevada à capital pelo então presidente do estado, Porciúncula, que tinha aí suas bases políticas.

Mas, se o desejo da elite campista de sediar a capital do estado, patamar para o domínio da política estadual, não foi vitorioso na década de 1890, tal projeto não se esgotou. É reapropriado dentro de novos matizes. Dotar a cidade de melhoramentos racionais e de uma nova orientação às obras públicas disciplinando as camadas populares dentro de normas e valores mais adequados aos interesses capitalistas conferia a Campos uma imagem de progresso, imagem perseguida como estratégia de projeção de poder político em nível regional, estadual e, quiçá, nacional.

É neste contexto que, em 1902, o então presidente da Câmara Municipal, Dr. Benedito Pereira Nunes, solicita ao engenheiro sanitário Francisco Saturnino de Brito, campista, cuja família tinha grande prestígio econômico e político na cidade, um plano de saneamento e remodelação do espaço urbano.

Saturnino de Brito e o pensamento urbanístico-sanitarista

Expoente do discurso competente da cientificidade positivista seus princípios do urbanismo expressavam a concepção de cidade discutida ao longo do séc. XIX e primeiras décadas do XX². Cidade produzida dentro de regras e princípios da ciência, sem que se abandonem as concepções estéticas. Sanear e embelezar dentro de um saber técnico-científico pautavam a ação dos higienistas e reformadores sociais, redefinindo o espaço urbano segundo os interesses do capital. Época em que as estruturas urbanas arcaicas

¹ Ver SCHORSKE, Carl E. *Viena fim de século*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 43-81. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha-se: a invenção da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1984, p. 144-45.

revelavam seus limites dentro das novas exigências econômicas e sociais: a implantação da ordem capitalista no Brasil com o fim da escravidão e o advento da República.

A cidade epidêmica comprometia o funcionamento da economia, restringia as relações com o estrangeiro. O desenvolvimento econômico articulava-se a um projeto urbano modernizador defendido pelas elites, que implicava numa tecnologia de saneamento implantada sob os auspícios do Estado.

Brito, oriundo da Escola Politécnica de engenharia marca este momento histórico do pensamento urbanístico no país. Afina-se com a escola francesa pela interlocução mantida com o engenheiro sanitarista Edouard Imbeaux, expoente da École Ponts et Chaussées, integrador da ciência sanitária ao modelo de cidade a ser construído. Criou uma verdadeira escola pela sua extraordinária atividade no período de 1893/1929⁹. Inúmeros projetos e pareceres urbanísticos seus foram tidos como modelo. Seus estudos sanitários marcaram o Brasil, no momento em que poucas cidades eram dotadas de serviços de abastecimento de água e rede de esgotos. Somente contavam com tais serviços Recife, Rio de Janeiro, Campos, São Paulo, sendo que Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Salvador apenas dispunham dos serviços de abastecimento de água. De 1890/1920 tal número se elevaria, sendo patente a influência do sanitarista-higienista.

Suas atividades resultaram no estabelecimento de princípios e normas, que se tornaram importantes nacionalmente. Articulando urbanismo com exigências higiênicas, da cidade-positiva, viu a necessidade da ação constante do poder público sobre o conjunto urbano. Brito partiu da idéia de cidade como organismo, a cidade de corpo são e belo, sujeita a intervenções permanentes, sistemática e global, a sua transformação como fator de progresso econômico e de uma nova ordem social.

Com base na aplicação, entre elas do abastecimento de água à população, construção de canais, largas avenidas, praças arborizadas, construções de habitações para os operários, enfim, a aplicação da técnica sanitária para a saúde e o bem públicos¹⁰.

⁹ Ver BRITO, Saturnino de. *Op. cit.* v. 6.

A reforma urbana em Campos: o plano Saturnino de Brito

Em 1902, o médico e higienista Benedito Pereira Nunes, presidente da Câmara Municipal no período de 1901/05, tecia algumas considerações ao Governo Estadual acerca da epidemia de peste bubônica, que alarmava constantemente a população, requerendo providências.

Realmente Campos, dotada pela natureza de condições topográficas excepcionais para ser em todos os sentidos a sultana do Paraíba, foi, pelos desvios da engenharia indígena e dos construtores coloniais, transformada em uma cidade de ruas tortuosas, becos e vielas sombrias

cheias de casebres escuros e insanáveis, criando assim um meio nosológico, de condições semelhantes a muitas cidades asiáticas, onde a peste é endêmica.

Os velhos pardieiros, que ainda hoje por aí se ostentam, fruindo pingues alugueis das classes operárias, são frizante atestado dessa alegação, flagrante vergonhoso da tolerância da higiene local, que sanciona criminosamente a legitimidade do direito dos proprietários, pouco escrupulosos, exploradores conscientes da indústria ilícita de alugar mansardas úmidas e inabitáveis, covis mortíferos pagos com o suor das próprias vítimas. Acreditamos que a organização de um serviço regular de higiene municipal, mantida a continuidade administrativa indispensável ao objetivo almejado, conseguirá muito no sentido do saneamento gradual dos domicílios, educando o povo para as necessidades e exigências da higiene na vida dos centros populosos¹¹.

¹¹ F. BRITO, Saturnino de. *Op. cit.* p. 79-82.
Apud Relatório de Pereira Nunes ao Governo Estadual

Imbuído do discurso da modernidade, imagem típica das representações ideológicas do início do século, o renomado médico travou uma luta entre dois campos; a cidade atrasada, suja e doente e a cidade civilizada, marcada pelos ícones do progresso -- a higiene e o sanitarismo. Buscava, assim, projetar o grande centro urbano que era Campos. No seu entender, a série de dias negros estava encerrada. Retomavam-se os caminhos do progresso e da modernização estética.

Atendendo a tais objetivos, Pereira Nunes convidou o engenheiro-sanitarista Saturnino de Brito a elaborar o plano de remodelação da cidade. Este projeto visava firmar as bases sanitárias das quais dependia a prosperidade do município.

Usando princípios modernos de urbanismo, Brito organiza a planta da cidade determinando os melhoramentos essenciais, em função da própria expansão da urbe. O perímetro urbano se estendia dos Hospitais de Isolamento ao Matadouro, compreendendo a faixa de subúrbio entre a estrada do Capão e a Av. Visconde do Rio Branco até as Comportas. Na margem esquerda do Paraíba, atingia Guarulhos, seguindo a estrada até confrontar com o Matadouro. Abarcava ainda a área compreendida pelo prolongamento da estrada do Beco até a fazenda do mesmo nome e as estradas que vão ter à Usina do Queimado. O núcleo urbano, limitado a uma faixa de 10.500 m, merecia maiores cuidados pela existência de muitos terrenos baldios¹².

¹² BRITO, Saturnino de. *Op. cit.* p. 33.

No seu entender, a sociedade campista, leia-se elite dominante, convencer-se, nesse momento, da necessidade de lançar os fundamentos propulsores do progresso. Até porque, o projeto de arruamento realizado em 1842 pelo engenheiro Pralon e as plantas parcelares que a Cia. Syndicate realizara já não atendiam ao desenvolvimento comercial-financeiro pelo qual passava a cidade. Além de tudo o Projeto Pralon, que havia criado praças, prolongamento de algumas ruas existentes e traçado novas, não apresentava um estudo topográfico

dos terrenos, sendo “mais geométrico do que topográfico, mais do desenhista do que do engenheiro”¹³.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 37.

Na apreciação do centro urbano denunciou a permanência da antiga e detestável construção colonial, dos miseráveis casebres e habitações comuns, a falta de estética dos próprios casarões com “pretensões a palacetes” obstaculizadores do progresso almejado. Fazia duras críticas à arquitetura dos edifícios públicos. Segundo ele, não apresentavam um cunho de bom gosto condizente com o progresso da cidade, nem com uma população que faz do conforto e luxo, critérios do gozo da tradição e da distinta hospitalidade; “[...] o asseio e a propriedade do hábito externo da cidade são tão necessários quanto o hábito de cada indivíduo no lar e na sociedade”¹⁴.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 77.

Caberia construções mais adequadas aos novos hábitos: a cidade limpa e sadia. Tais obras se inseriam nas novas regras e meios higienotécnicos. Portanto, a higiene familiar viria em primeiro plano, sendo garantidora da salubridade da cidade. Mas, para que ela se realizasse se fazia necessário o estabelecimento, pelo poder público, de certos serviços sanitários como, por exemplo, uma melhor distribuição de água potável, um sistema de esgotos e águas pluviais e uma eficiente remoção de lixo. Serviços que estavam a desejar. A Cia. Syndicate não atendia às exigências do momento.

Estabelecidos os serviços básicos de providência administrativa das coletividades, a ação individual, a única competente para conseguir o resultado mais eficaz de todas as intervenções saneadoras, a saber – a salubridade de cada domicílio conduzindo à da cidade¹⁵.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 116.

Na sua proposta, a obtenção de um bom resultado sanitário não se encontrava somente na iniciativa individual, mas também na eliminação de focos de depressão sanitária. Seu intuito não era simplesmente o arrasamento das casas antigas, em ruínas, substituindo-as por “Higieias”, porém uma intervenção sanitária, considerada como um dos meios mais eficazes à educação do capitalista edificador, do profissional executor e do inquilino, tendo em vista uma habitação salubre e asseada¹⁶.

¹⁶ Segundo Berto, a questão higiênica se colocava intimamente ligada a questão moral... a cidade sadia se articulava às condições higiênicas e sanitárias.

[...] As reformas sanitárias se vão aos poucos alcançando, impossível, destruir todos os tugúrios, os repugnantes casebres e todos os palacetes enganadores, uns e outros francos ou insidiosos focos de depressão sanitária. Atualmente se erguem novas construções, obedecendo às regras que aos poucos vão se firmando para oferecerem a cada exigência da vida social, a cada necessidade da vida familiar, todas as condições de conforto e as garantias de salubridade¹⁷.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 118.

Mereciam cuidado especial os arruamentos, os espaços livres, os jardins e parques, áreas habitadas e espaços ensolarados, a construção de largas avenidas, sob o duplo aspecto sanitário e estético. As avenidas que fossem sensatamente planejadas pois, no seu entender, tinham função de possibilitar a circulação e

ligação das vias expressas. Eram bastante necessárias ao progresso da cidade pelo papel exercido: o de levar às pequenas e compactas áreas populosas, tornadas insalubres, um movimento vivificador.

Na construção dos casarios devia ser observada a direção do vento nordeste, considerado benéfico pois, vindo do mar contribuiria para a circulação do ar, evitando a propulsão de miasmas; enquanto o vento sul, caminhando dos tabuleiros, passando por lagoas e terrenos alagadiços, trazia a umidade e com ela o ar maléfico, as doenças. Este pensamento ainda hoje norteia a vida do campista pois, para sua tradição cultural, Campos tem duas estações: o verão e o vento sul¹⁸.

Não era o bastante que as habitações fossem salubres, era preciso que delas se fizesse o lar doméstico. Cabia ao Estado uma inspeção rigorosa das plantas das casas novas, das construções em andamento e das casas vazias, desocupadas, objetivando, assim, eliminar os defeitos higiênicos e os perigos de tal moradia. Incluía, ainda, velar pela higiene coletiva, ocupando-se do asseio das ruas e vias públicas e da destruição de matérias fecais.

Não aceitava, porém, a inspeção das casas habitadas, que, considerava, devia ser facultativo, cabendo ao poder público prestar assistência gratuitamente para que as reformas higiênicas e desinfecções se procedessem¹⁹.

Constituiria obrigação da municipalidade o estabelecimento de vielas ou passagens sanitárias nos quarteirões, pois facilitariam os serviços domésticos, a remoção de lixo, a instalação de esgotos. Propunha que fosse estabelecida uma lei municipal proibindo a construção de casas muito concentradas, que não permitissem a circulação de ar e também que se limitasse a altura das habitações domiciliares construídas próximas ao alinhamento das vielas, para que não surgissem cortiços. Ficaria proibido aí o trânsito de veículos, salvo os de tração humana ou os destinados à limpeza dos quintais.

Estamos convencidos que a abertura de vielas sanitárias para o saneamento dos quarteirões tem valor prático-higiênico muito superior ao do alargamento sistemático das ruas e ao que se atribui às ousadas aberturas de grandes avenidas, com larguras exageradas, conforme os projetos de alguns higienistas mais idealistas do que práticos e de alguns capitalistas mais aventureiros do que financeiros²⁰.

Tudo leva a crer que essas críticas eram endereçadas a Pereira Passos, cujo plano para o Rio de Janeiro – 1902/1906 – se caracterizou, precisamente, pela abertura de largas avenidas. Enquanto Pereira Passos se inspirava na Escola de Haussman, parece que Saturnino de Brito se mantinha dentro das teorias de Imbeaux²¹.

¹⁸ Ver FERNHEIRA DE MELLO, *Op. cit.* p. 41.
¹⁹ MONTEIRO, Thales Martins. *Construção do palácio Rio de Janeiro, Liv. São José, vol. p. 69-71.*

²⁰ BRITO, Saturnino de. *Op. cit.* p. 124.

²¹ *Cf. idem, ibidem*, p. 132-2.

²² *Idem, ibidem*. Cf. MUMFORD, Lewis. *A cidade na História* – 1961, p. 23.

A velha estrutura urbana ia, portanto, desaparecendo e com ela os “mestres de obras”. A modernidade exigia o bom arquiteto, construtor da habitação correta e agradável, que, usando de proporções adequadas entre os elementos arquitetônicos, projetava a nova moradia com desejado conforto e segurança higiênica, tão ao gosto da elite dominante, que buscava usufruir da “última moda”.

É digno de nota que a Câmara Municipal continuava a manter engenheiros e arquitetos encarregados das obras oficiais, enquanto Saturnino fora convidado especificamente para implementar as reformas necessárias, dentro de um novo conceito urbanístico. Porém, para que os melhoramentos se efetivassem fazia-se necessária a revisão do Código de Posturas, garantidos dos planos municipais. Saturnino contesta a interferência da engenharia federal nos projetos de construção urbana de edifícios e alinhamento e nivelamento de ruas; segundo ele caberia ao poder municipal tal incumbência²².

CF. BRITO, Saturnino de. *Op. cit.* p. 132-3.

Ver SOUSA, Hosiório de. *Op. cit.* p. 125-42.

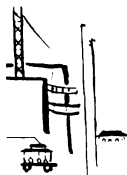
Também a educação era meio para atingir as reformas desejadas. Através de um programa eficaz de disciplinarização, garantia-se a efetivação das normas de higiene, visando especialmente à família proletária. Vale notar que Saturnino de Brito em sua obra – *O Saneamento de Campos* – utiliza-se constantemente da categoria *classe operária*, colocando-a como principal alvo de sua ação reformadora, identificando, assim, um certo grupo da população como responsável pelas desordens urbanas.

Derrubando ou reformando os casebres e impondo regras de convivência a seus habitantes, o poder público procurava sustentar a execução do plano urbanístico. A ação regeneradora estendia-se, ainda, aos mendigos e vagabundos, através da fundação de uma Liga Humanitária, sob a direção da iniciativa privada destinada a afastá-los das ruas, apelando para a caridade ou, no caso de resistência, para a violência policial.

O novo cenário, materializado pelos artefatos urbanos e disciplinarização da população pobre, daria aval às pretensões da elite dominante – Campos, capital do estado do Rio.

Pois bem, o plano Saturnino de Brito serviu de alicerce para que a Câmara efetivasse as melhorias urbanas, símbolo do progresso regional. Saneando a cidade, garantindo a ordem material, especialmente da família proletária, construindo lavanderias públicas, quiosques, reformando o mercado de peixes e alimentos, controlando as classes populares, o poder público garantia os interesses dos negociantes. A reforma urbana espelhava o sonho da “cidade moderna”, de incontestável importância cultural comercial e política e, portanto, possuidora de credenciais que a legitimavam como centro da política fluminense.

Destarte, o projeto de remodelação urbana revela o caráter simbólico que as reformas assumem. Destruir as marcas da cidade feia, suja, adequando-a aos novos padrões do progresso/civilização significava a permanência de uma sociedade em que os populares se mantinham excluídos.



SALVADOR

J. J. SEABRA E A REFORMA URBANA DE SALVADOR

Maria Helena Ochi Flexor
UFBA

A maior parte dos testemunhos, até os finais do século XIX, foi unânime em afirmar que a cidade de Salvador era suja. Além de suja, suas ruas eram mal calçadas e mal alinhadas. Os regulamentos da municipalidade, nesse campo, eram pouco respeitados. Em consequência dessa sujeira, a insalubridade passou a ser vista como uma das causas das pestes que atacavam ciclicamente a Bahia.

O imaginário popular, tradicional e excessivamente religioso, tomava a ocorrência de tantas doenças, especialmente as epidemias, como *castigo divino*, a exemplo da febre amarela do século passado, a qual dizia-se ter como "causa do pestilento mal os pecados dos moradores destas províncias (Pernambuco e Bahia) corruptos de vícios e penas graves, a que os provocava a liberdade e riqueza do Brasil [...]".

¹ PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1976, p. 196.

Para esse povo, segundo Afrânio Peixoto, só a varíola ou as bexigas eram vistas como pestes. Mas todas "são pestes – dizia ele – varíola, febre amarela, cólera, peste oriental. Foi a lepra, agora, se não tivéssemos tento, seria a malária. A bicha [...]", como esta era conhecida, desde muito cedo assombrou a cidade. Aquela, entretanto, de que mais memória teriam os baianos foi a dos meados do século passado. A cólera parece ter aparecido no arrabalde do Rio Vermelho, sendo a Bahia, depois do Pará, das primeiras vítimas. A partir de 1855 começaram a crescer os óbitos, recolhendo cadáveres para o cemitério uma fúnebre carruagem humoristicamente chamada *Patúsca*. O cemitério da Quinta dos Lázarus, até ali reservado aos leprosos, foi, então, aberto ao público, cessando o enterramento nas igrejas. Fizeram-se obras e cerca de trinta irmandades edificaram carneiros (columbarium) para irmãos² como uma das primeiras medidas de saneamento da cidade. Só esse século trouxe as inoculações que preveniriam as pestes.

² PEIXOTO, Afrânio. *Brasil em 1946*, 2. ed. Rio de Janeiro, Agir, 1946, p. 212-3.

No século XX, a Bahia é atingida pela peste propriamente dita, a *oriental*, "[...] Alarman-te, porém de relativa parcimônia, nas vítimas, graças à defesa sanitária", dizia Afrânio Peixoto³. E as outras foram sendo dominadas por ser a Bahia, desde 1866, um dos principais centros de medicina tropical. O sanitarismo veio preencher uma lacuna de séculos, desde que, até então, se achava que as moléstias se dariam pelo ar, pelos vapores.

³ *Ibidem*, *op. cit.*, p. 213.

Iniciado o século XX, Salvador ainda mantinha essas características e a estrutura urbana colonial, mostrando

as ruas estreitas, impedindo a livre circulação do ar e a penetração da luz, que contribuiriam para a disseminação dos miasmas (esses perigosos

agentes difusores das doenças, segundo alguns dos especialistas do período); a carência de moradias provocando a proliferação de cortiços e outros tipos de habitações populares insalubres; a inexistência de um serviço de abastecimento de água e captação de esgotos eficientes e extensivos a todo o perímetro urbano⁴.

Nesse período, as idéias haussmannianas e as de progresso – que tinham no catecismo positivista seu espelho – atingiram a Bahia e seu Governador J. J. Seabra, que alargou ruas e derrubou monumentos. Tentava o governante mudar a imagem da cidade. Todo o discurso era ideológico e visava, além de convencer a população sobre a necessidade de mudança de imagens reais, também transformar as imagens ficcionistas e científicas, principalmente aquelas que tinham como foco o higienismo. O higienismo dirigia sobretudo o pensamento da intelectualidade e estava ligado ao conceito de ordem, noções consubstanciadas naquela de civilidade⁵.

O discurso civilizatório oficial criou um novo vocabulário: modernização, higienismo, normatização, moralização de costumes, combatendo os péssimos hábitos da população aos quais se associavam as idéias de pobreza, insalubridade, promiscuidade, imoralidade, subversão. No sentido de moralizar a sociedade procurava-se, inclusive, coibir a mendicância, os cultos místicos (sincréticos) ou religiosos, que não fossem os católicos, e as festas populares⁶ e mesmo a presença de negros.

Desde o Império já se iniciariam as melhorias dos equipamentos urbanos, como os meios de transporte, construções de asilos de mendicância, psiquiátrico, casas correccionais, escolas profissionalizantes para a infância desvalida, instrução pública, cemitérios. Cuidava-se já de civilizar a Bahia o que permitiu o aparecimento de inúmeras associações culturais, abolicionistas e beneficentes que institucionalizavam a nova ideologia.

⁴ As ruas setecentistas eram estreitas e não tinham grande perspectiva, ao contrário, deslocavam o eixo ou a quebravam, evitando a perspectiva ao infinito. Basta verificar a distribuição das ruas perpendiculares ao Terreiro de Jesus que se percebe que são absolutamente assimétricas, perfeitamente adequadas ao imaginário barroco. As ruas acidentadas/descendentes, também, não eram retas, mas embelezavam ligeira curva, evitando-se o compromisso desmesurado e fatigante de grandes artérias, impedindo o vento de agitar o solo e levantar a poeira (MARTIN, Camille Ruan. In: SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Trad. Raulino Ferreira Henriques. São Paulo, Ática, 1992, p. 187). SITTE, Rinaldo Cesar Nascimento. *É a Bahia civilizada: ideias de civilização e cores de antiguidade em um contexto de modernização na Bahia, Salvador, 1912-1916*. Salvador, 1996, p. 10. Dissertação (Mestrado em História). VII FENAN, Luís dos Santos. *A Bahia do século XVIII*. Bahia, Itapó, 1969, v. 3, p. 154.

Em 1914 Seabra dava conta das “Novas construções – a Avenida Sete de Setembro, o Instituto de Higiene, a Imprensa Oficial, o primeiro quartel da Vila Policial do Estado, a parte central e segunda ala do palácio da residência do Governador da Bahia, a garagem do antigo Passeio Público, a entrada do departamento do quartel de Cavalaria, o Museu Escola, o Pavilhão de Ondina, o pavilhão Kerpelin, o pavilhão de Tuberculose, esteiras a casa de residência do diretor, no Hospício São João de Deus, as fachadas de Riosinho, da Capela e do Convento da Mercês, o palácio do Congresso, etc, ainda em alvenares. Adaptações – O palácio do Governo, a praça Rio Branco, os muros e instalação dos gradua da rua da Vitória, o novo Hospital de Monte Serrat, as quatro enfermarias no Asilo São João de Deus, o Parque e obras de saneamento do Hospício Reparções, na Penitenciária de Estado, no Quartel dos Afonso, na Diretoria das Rendas, no Instituto Nina Rodrigues e no Desinfectório Central, além de pequenos concertos” (SEABRA, J. J. *Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª sessão ordinária da 12ª Legislatura pelo Dr. J. J. Seabra Governador do Estado Bahia*. Recife do Brasil, 1914, p. 72).

⁵ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e política, 1870-1914*. São Paulo, Companhia da

De longa data a presença dos estrangeiros fertilizava as mentes para o discurso civilizatório e higienista. Não foram gratuitas as observações constantes nos escritos dos visitantes estrangeiros que muito insistiram na crítica à sujeira da Cidade Baixa, na situação da população, especialmente os negros, nas condições das casas etc.

A noção de civilização, que então se impunha, estava ligada ao modelo urbano das cidades européias, especialmente Paris, paradigma de urbanização moderna e bem sucedida. A moda de vestir e peças do mobiliário de higiene parisienses (*étager, bidet, toilet*), companhias teatrais francesas, festas de salões e saraus, cafés, confeitarias, hotéis, o aprendizado do idioma e consumo de produtos franceses invadiram a Bahia do período. Londres e Berlim eram outros modelos.

Certo é que J. J. Seabra, encarnando o poder como Governador, entre 1912 e 1916, incorporou, ele próprio, essa nova ideologia que o colocaria definitivamente na história da Bahia como modernizador da cidade.

José Joaquim Seabra fora partidário de Floriano Peixoto e, por isso, desterrado, com outros opositores, para Cucuí, no Alto Amazonas. Depois de anistiado, exilou-se na França, conhecendo a Paris do Barão de Haussmann. De retorno ao Brasil foi eleito deputado e escolhido líder da maioria do governo Campos Sales. Pouco depois foi Ministro da Justiça, no governo Rodrigues Alves, e Ministro da Viação, no governo de Irmes da Fonseca. Portanto, não apenas viveu a experiência parisiense, como também participou diretamente das reformas do Rio de Janeiro, promovida por Pereira Passos. Governou a Bahia uma segunda vez entre 1920-1924.

Aqui é necessário perguntar em que medida o governador e os profissionais urbanos – urbanistas, arquitetos, engenheiros, higienistas, sanitaristas, médicos –, encarnando os saberes modernos, e como seres sociais, influenciaram, com seus códigos, a nova imagem e o imaginário urbano. Esses profissionais foram elevados à condição de donos da civilização moderna e reformadores das cidades e, com eles, formava-se uma nova imagem urbana para o que foram decisivos a abertura de grandes vias, a criação de áreas verdes, novas construções, novos ocupantes, como dizem alguns, o emburguesamento da cidade que incluiu, necessariamente, a exclusão dos mais pobres³.

E pragmaticamente falando, seria a intervenção na paisagem física e estética da cidade (a remodelação urbana), a higienização dos espaços, a introdução de tecnologias modernas, a regulamentação e organização da vida urbana, a moralização dos costumes, a aquisição de hábitos cultos, a prestação de assistência pública⁴.

A modernização da cidade do Salvador, nos inícios do século XX, não era um fenômeno isolado. O novo regime republicano brasileiro permitiu

VAZ, Lilian Fecus. *Modernização, excludente e moralismo: Rio de Janeiro, 1900-1930*. In: HERNANDES, Ana; GOMES, Marco Antônio. *A Fênix: Cidade e finança: modernização e cidade no século XX*. Rio de Janeiro: Alameda, 1992. p. 198. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro (ANPUV, Seminário de História Urbana, 3).

LEITE, Raul de Jesus Nogueira. *Op. cit.*, p. 31.

que os governos regionais buscassem capitais e financiamento estrangeiros, possibilitando a transformação das principais cidades como Belém, Fortaleza, Porto Alegre, São Paulo, e nesta a cidade portuária de Santos, e Rio de Janeiro (1902-1906) que, como capital do Brasil, serviu de modelo às demais. Justamente o período dos fins do século XIX, e princípios do XX, foi o marco da intervenção massiva do Estado no espaço urbano. Isto significava a busca da ordem e do progresso, através do trabalho e harmonia estética, qualificativos de povo civilizado.

Nesse período acontecem a abolição da escravatura e a proclamação da República. A Abolição e a República vieram juntas, trazendo valores de viver mais sofisticados e cada vez mais mundanizados, mudando a feição das cidades. Mais urbanizadas e complexas, buscou-se, cada vez mais, resoluções técnicas para moldar-lhes a feição. Novas necessidades foram impostas por outra escala e tipo de vida urbana¹⁰.

MARX, Marlio. *Novas ideias, divergência 1979*. Japão, São Paulo, Edusp, 1979. p. 102.

Mas aqui pode-se questionar: qual a fisionomia que a cidade tomou com a libertação dos escravos? A noção de ordem se desenvolvia justamente quando os escravos foram libertos. Estes ligavam-se, ao contrário, ao conceito de desordem, pois foram largados ao seu próprio destino, a maioria sem moradia e sem ofício. Estavam ligados às ruas e fontes sujas, ao comércio ambulante, às habitações precárias. Terminado o escravismo, tirava-se parte das causas (ou aumentava-se), mas continuavam as questões de insalubridade, abrindo discussões sobre os hábitos da população, especialmente a negra.

Além do mais, Salvador e o Estado, como a República, preparavam-se para receber os contingentes novos de estrangeiros, não só aqueles que vinham individualmente, ligados sobretudo ao comércio ou à tecnologia dos novos equipamentos que se instalavam – bondes, eletricidade, melhorias do porto –, mas, previa-se, também, a imigração em massa¹¹ que na Bahia não teve êxito.

A tentativa de industrialização, através das fábricas de tecidos, não teve grande desenvolvimento e foi o cacau, a agro-indústria e o comércio que deram um certo equilíbrio econômico à Bahia e permitiram um contato mercantil maior com a Europa, desenvolvendo aspirações que teriam seus reflexos imediatos na sociedade, como se viu. Apesar disso, foi um período em que o número de habitantes decresceu sensivelmente. Desde há algum tempo, Salvador vinha perdendo o posto de segunda cidade brasileira para São Paulo e de terceira para Recife¹².

Na década que o governo de Joaquim Manoel Rodrigues Lima ordenou a construção do Arquivo Público, Francisco Vicente Vianna, elaborando o plano da década de 1892, uma Memória do Estado da Bahia, em princípios para entregar na Exposição de Chicago, Vianna descrevia as condições das vilas, salientando a situação, em não condições de receber imigrantes. VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o estado da Bahia*. Bahia, Tipografia da Bahia, 1893. p. 419-462.

SANTOS, Márcio. *O desenvolvimento de Salvador: uma análise geográfica*. São Paulo, UFMG, 1979. p. 123-9.

Com isso, as influências européias eram contínuas, em decorrência do que a cidade, e o próprio cidadão, tornaram-se, então, objeto de intervenção e

de criação de uma nova concepção de espaço público, de arquitetura, de hábitos e comportamentos. A regulamentação e a normatização passariam a reger todas as instâncias da vida cotidiana, que estariam na base da nova civilização que se queria criar¹².

Mas, a cada passo, a reação popular mostrava o pensamento da comunidade face às novas reformas urbanas. Nada ficava fora da crítica da população. E a crítica vinha de ambos os lados. A autoridade criticava a maneira tradicional e atrasada da cidade e a população criticava as novas iniciativas. Criticavam-se não só as obras, e suas contínuas interrupções, quanto as consequências daninhas do progresso e da nova civilização: velocidade dos automóveis, crimes, alcoolismo, jogo, bruxaria, charlatanismo, cafetanismo.

A obra de Seabra, que reparava "parte do mal feito com a Avenida 7 de Setembro", provocado pelo bombardeio de 1912¹³, aproveitava trechos arruados, ligados, consertados, reparos que fizeram o povo irreverente chamá-la *avenida meia-sola*¹⁴ e, a imprensa, *avenida do governo*¹⁵.

E as críticas dirigiam-se a tudo. As obras foram executadas por empresas particulares, como a Companhia de Melhoramentos da Bahia ou Companhia Empreiteira Lafayette e C., que, por falta de verbas ou materiais – visto que o período avizinhava-se da Primeira Guerra Mundial –, interrompiam frequentemente seus trabalhos, causando inclusive greves trabalhistas¹⁶. Sempre foram alvo de críticas. A presença do eterno canteiro de obras na cidade causava contínuo diz-que-diz-que. As obras da Avenida Sete de Setembro se prolongaram de 1912, quando foram abertos os créditos¹⁷, até 1915 quando foi inaugurada a 7 de setembro.

O jornal *A Tarde* comentava que

não há quem não se interesse pelas remodelações, não há quem não acompanhe estudando, criticando, 'dando uma nota', às obras que se vão fazendo pelas ruas e praças da capital. Comenta-se o estilo, censura-se o desperdício de material, fala-se da morosidade dos trabalhadores, diz-se que 'ficará bonito ou que será um aleijão' e, assim, acompanha-se, cada um com o seu modo de ver, as obras da Avenida da Barra, da Ladeira de S. Bento, do Palácio Rio Branco etc¹⁸.

Porém, o Governador e parcela da população apropriaram-se da ideologia

¹² PECHMAN, Robert Moses. Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A.F. (org.). *Op. cit.* p. 35.

¹³ Segundo Leite, uma razão prática para a remodelação de Salvador encontrava-se no bombardeio da cidade, ocorrido no dia 10 de janeiro de 1912, feito pelo Exército que abriu fogo contra o centro de Salvador, pontado nos torres de São Marcelo e Barbalho. O bombardeio foi motivado pelas disputas internas da polícia baiana, entre situacionistas e opositores, e flitas (subreptas) pelo controle dos governos municipais e estadual. LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *Op. cit.* p. 55.

¹⁴ PEIXOTO, Afrânio. *Op. cit.* p. 294.

¹⁵ *Diário de Notícias*, 13/09/1912 p. 1.

¹⁶ Por falta de pagamento visto que, não havendo "ativa de produções elementares", se buscava mão-de-obra em São Paulo, Rio de Janeiro e na Europa, especialmente Portugal. SEABRA, J. J. *Op. cit.* p. 45.

¹⁷ *Diário de Notícias*, 26/06/1912 p. 1.

¹⁸ *A Tarde*, 24/11/1915.

de progresso, tão cara aos ideais republicanos, como símbolo de reformas. O maior testemunho dessa vontade conjunta foi o longo processo que levou à patética derrubada da igreja da Sé primacial do Brasil (1912-1933), exatamente porque havia polêmicas em torno das demolições e das propostas ditas modernas.

Movidos pela ideologia do progresso e de civilização, visando abrir espaços para maior salubridade da cidade, buscavam substituir o velho — a Cidade Colonial — pelo novo — a Cidade Moderna. Criou-se, então, o discurso sobre a cidade em que surgiram as dicotomias: tradição versus progresso; feio, sujo, doença contra belo, limpo, saudável; morte versus vida, desordem versus ordem. O espaço público, especialmente a rua, devia ser, pois, a expressão dos padrões de beleza, limpeza e ordem. A rua precisava reunir os atributos e as condições indispensáveis à saúde, à moralidade do corpo físico e social da cidade¹⁹.

¹⁹ PECHMAN, Robert Moses. *Op. cit.* p. 34.

A população levaria muito tempo para absorver as novas imagens. A sua visualização não mudou rapidamente, apesar do discurso higienista que falava em aglomeração, insalubridade, saneamento, arejamento²⁰. Esboçava-se, no entanto, a custa de muito discurso, uma maneira diversa de visão da cidade e criou-se, muito lentamente, uma nova concepção de urbanidade. Qual o tempo entre o discurso e a criação da nova imagem? Já vimos o caso da demolição da Sé.

²⁰ *Idem, ibidem*.

A imprensa não dava chances à discussão do não programado, preferindo a cidade formal na retomada do confronto entre atraso e vanguarda. A percepção do atraso fez retomar, também, a antiga ansiedade por reformas aparentemente esquecidas ou abandonadas²¹.

SANTOS NETO, Isaias de Carvalho. *Centralidade urbana, espaço e lugar, uma questão na cidade do Salvador*. São Paulo, 1991. p. 77. Tese (Doutoramento). — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

O poder criava a nova imagem e a imprensa condicionava o imaginário como se fosse o imaginário do povo. Para culminar, a luta pelo poder entre as oligarquias baianas, chegou ao clímax, como se viu, com a ordem de bombardeio da cidade, em 1912, que danificou o centro da cidade, inclusive a igreja da Sé, os Palácio do Governo e da Intendência Municipal, Teatro São João, Biblioteca Pública (queimando obras preciosas) etc²². Planejava-se uma Bahia Nova sobre o velho lugar, num projeto de *urbanismo demolidor*.

²² Usou-se muito o recurso do incêndio espuriamente casual para justificar a demolição dos velhos edifícios, como foi o caso do Teatro São João, já um cinematógrafo, que ardeu na noite de 6 de junho de 1923, durante o segundo período de Governo de J. J. Seabra.

Nesse período continuava-se um processo de monumentalização de Salvador. Os projetos de remodelação estavam afeitos aos distritos da Sé, Conceição da Praia, Pilar, São Pedro e Vitória. Nestes dois últimos situava-se a Avenida Sete, que foi a principal obra de Seabra.

A opinião pública, segundo Fernando Peres²³, se não era favorável ao urbanismo demolidor, pelo menos estava, graças ao trabalho da imprensa, deslumbrada e anes-

²³ PERES, Fernando da Rocha. *Memórias da Sé*. Salvador, Macanaima, 1973. p. 35.

tesia em relação ao mesmo:

Que o alvião demolidor, desrespeitoso e ousado, impenitente, abra no seio da velha cidade a alegria nova de vias amplas, modernas, por onde possa circular livre e fecunda a vida feliz de um povo forte ou custe o que custar pela remodelação da cidade unamo-nos todos numa mesma aspiração, num esforço comum ou a Bahia material que guarda ainda todos os característicos de uma cidade colonial de três séculos atrás, vai desaparecer para ceder lugar a uma cidade moderna construída sob os preceitos rigorosos do progresso. Ou ainda: dentro em pouco as vielas serão avenidas, os velhos pardieiros se transformarão em prédios onde a arquitetura moderna deixará seus traços elegantes e a higiene com seus preceitos salutarres, assegurará a estabilidade de seu estado sanitário.²⁴

²⁴ *Gazeta do Povo*, 22 e 29/26/1912

Esse grande momento deu-se no primeiro Governo de Seabra em que trabalharam juntos o Governo Federal – nas obras do porto (1906), já iniciadas há alguns anos antes, e alargamento de ruas da Cidade Baixa e conquista de parte do mar (1910) –, Governo Estadual, depois de acordo com a Intendência Municipal²⁵ – abertura da Avenida Sete de Setembro como principal via da Cidade Alta, ligando a praça da Sé ao Farol da Barra e outras avenidas, alargamento de ruas, construção de novos edifícios públicos, reforma de outros, incentivos às construções particulares – e Governo Municipal – melhorias do distrito da Sé.

²⁵ *Através do Inveniente João Vitorino Brandão e a organização do Conselho Municipal de maio de 1912*

Essa mesma região da Sé, como se viu, foi alvo de grande campanha da imprensa que, formando a opinião pública, tentou criar a imagem da região das mentes baianas. Não só se criticou e mudou a Praça Municipal, ex-Praça de Palácio e seus edifícios, como se iniciou a campanha contra a freguesia da Sé, caracterizando-a como lugar de urinas ou pardieiros e as áreas contidas como ponto de encontro da vadiagem e desordem.

Falando em demolições, assim dizia o *Diário de Notícias* de 13 de junho de 1912:

A freguesia da Sé, que está bem no coração da cidade, deve ser o primeiro. De ruas estreitas sem alinhamentos de becos imundos, de sobrados escuros, datado dos tempos da colônia, a freguesia da Sé, como ali está, precisa desaparecer. Reação quase nenhuma da elite cultural, mesmo aquela do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.²⁶; PERES, Fernando da Rocha. *Op. Cit.*, p. 39.

A derrubada da Sé mostra que não havia qualquer preocupação com os monumentos tradicionais – como aliás o próprio Haussmann não a teve – e vários monumentos foram destruídos ou mutilados. Foram cortados os Conventos de São Bento²⁷ e o das Mercês, a igreja do Rosário de João Pereira e todo o lado de terra da atual avenida Sete de Setembro. E foram derrubadas, e muda-

²⁶ *Preocupação com a demolição do Convento de São Bento que não foi destruído devido a seu enorme valor de sua cidade. O Município de Cuzes, chegando-se a distribuir "volantes" pela cidade com a ajuda das senhoras católicas que tinham um livro com o nome "Cruzadas"*

das de lugar, a Igreja de São Pedro (velho), a da Ajuda, estação do Plano Inclinado, casas da rua Chile e da Misericórdia, edifícios da Praça Castro Alves, incluindo, posteriormente o Teatro São João²¹.

Os elementos que faziam da cidade um lugar atrasado, feio, sujo deviam desaparecer para dar lugar ao novo: avenidas e ruas largas, arejadas, calçadas, arborizadas... com habitantes brancos, vários parques e praças, espaços de passeio e lazer para os baianos. Tudo com base científica. E, para que isso tivesse lugar, o positivismo (e mesmo a maçonaria) levava ainda a solicitação da demolição de trinta igrejas. Ou de todas²².

E cantava o poeta Lulu Parola (Aloísio de Carvalho):

Si é preciso ao Progresso vá que seja!

Eu penso até que derrubar igreja,

Sendo p'ra embelezar – nunca faz mal²³.

²¹ Anúncio de patrimônio se viu, justamente, depois que esses monumentos tinham sido destruídos com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

²² “É conhecido em todo o Brasil o grande número de igrejas que tem a Bahia. Faz a tradição, e quando pelos camoneiros, de-pu-há uma igreja para cada dia do ano. Na realidade contam-se cerca de uma centena e meia em Salvador.

²³ *Journal de Notícias*, 19/04/1912.

A Igreja de São Pedro, por exemplo, daria lugar a um dos símbolos do progresso capitalista, o relógio inglês, que passou a ter a designação do Santo, e que marcaria a hora do trabalho, mas também do lazer, dos encontros partidários e dos estudantes de Direito e da Politécnica seus vizinhos.

A partir do início das obras, as duas décadas de discussões que se seguiram tiveram como consequência cristalizar posições extremadas a favor ou contra as reformas. Uma dessas consequências, como já se referiu, foi a derrubada da Sé. No dia 7 de agosto de 1933, laconicamente, o jornal *A Tarde* anunciava a derrubada da Igreja da Sé. Não se sabe se houve comoção popular com o fato, já que, durante esses vinte anos, a imprensa carregara a opinião pública para as idéias de progresso implícitas na visualização da instalação de novos meios de transporte e saneamento da cidade.

Segundo Fernando Peres, tal programa destruidor requeria o apoio dos políticos, de toda a imprensa baiana e dos intelectuais orgânicos de então, pois havia a premência de levantar recursos – empréstimos externos – e de elaborar uma campanha, através dos principais jornais da cidade, sem exceção, que justificasse, perante o público, a demolição de centenas de casas e de vários templos religiosos. “Nesse quadro, muita gente comprometeu-se com o ideário demolidor emprestando a sua caneta e a sua inteligência”²⁴.

²⁴ PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.* p. 435.

É interessante a enquete realizada pelo *Journal de Notícias*, entre 18 e 25 de junho de 1912, depois de intensa campanha. Perguntava-se: “De que é que mais precisa a cidade?”. As respostas deviam ser dadas através de cupom destacável. Estas mostram o quanto a imprensa tinha condicionado o pensamento popular cujos pareceres mais freqüentes já apoiavam a ideologia de progresso com base no urbanismo demolidor²⁵.

E a opinião pública trazia mais um sentimento, o de branqueamento da

sociedade, extremismo a que foi levado o conceito de moralização e civilização da sociedade³³.

Alguns apregoavam o melhoramento da raça brasileira pelo branqueamento progressivo, visto que a presença do negro e do índio tornava os brasileiros um povo de qualidade inferior, quando comparado aos europeus³⁴.

Essa consulta feita pela imprensa foi condicionada, diferente de uma consulta espontânea, visto que a ideologia do progresso buscou, invariavelmente, como principal alvo as camadas populares e seu modo de vida, considerado retrógrado, tradicional, atrasado e pouco civilizado. Porém, em qualquer nível, o discurso era o mesmo daquele do Rio de Janeiro: *era preciso reformar a cidade*³⁵.

Conhecer ou não urbanismo e compreender efetivamente o seu significado, talvez, não fosse o mais relevante, falando dos jornais e do pequeno número de pessoas da população que lia jornal. Interessava mais alimentar os debates em torno de palavras atraentes ao leitor: progresso, moderno, novo, velocidade, máquina, eficiência e outras desse gênero.

Até 1930 os jornais veicularam a opinião pública, permitindo cartas para debates. A partir daí a influencia acadêmica, reforçada pelo aparecimento da Faculdade de Filosofia, em substituição ao antigo foco intelectual baiano, de longa data dirigido pela Faculdade de Medicina e depois pela Politécnica, davam a nova direção a esses jornais.

Terminadas as reformas, as queixas não cessaram, pois não se cuidou dos serviços de infra-estrutura: saneamento básico, distribuição de água potável, iluminação, coleta de lixo. Embora, desde o primeiro governo de Seabra e mesmo anteriormente, através das teses da Faculdade de Medicina, se teorizasse acerca do saneamento da cidade, seguindo os processos ingleses e imitando o modelo carioca, ainda em 1923, a cidade do Salvador não conseguira ser saneada, segundo Teodoro Sampaio, creditando as tentativas frustradas à má orientação dos políticos responsáveis³⁶. O próprio Teodoro Sampaio apresentara projeto de saneamento que só foi realizado em parte.

Higiene nas ruas / Saneamento geral e estético / Avenidas / Civilização / Ruas bem calçadas / Ordem e Progresso / Aprezo o remodelamento completo de todo o distrito da Sé / Bom calçamento / Supressão das vielas / De um engenheiro Passos / Derrubar o imundo teatro S. João / Melhoramentos na freguesia da Sé, já prometidos, desaparecimento da igreja de S. Pedro e de todas as propriedades que ficam à retaguarda / De um Passos / Ruas largas e iluminadas / Ser bem calçada em suas principais ruas / demolição geral e imediata do teatro S. João / Correção das ruas e estradas / Demolição de todas as igrejas em benefício do abrençamento visto serem desnecessárias aos crentes cristianismo / Demolição do indigno Teatro S. João / Arquitetura, mas arquitetura de um novo estilo moderno / De tudo quanto precisa uma cidade moderna / Avenidas e ruas largas / De persistência nos melhoramentos atuais da capital / Ser uma cidade não uma ruína / Demolição de Igrejas / Uma avenida beiramar da praça Barão do Trunfo até a Barra / Fazer de cada batina uma tinda, de cada igreja uma escola / Avenidas, calçamentos, edifícios / Progresso / Fimera de pulito e independência na execução dos melhoramentos projetados / Fazer uma boa praça no largo do Teatro / Melhoramentos materiais / Demolição urgente do Teatro S. João e avião / Conquistar as cidades civilizadas / Derrubar a capela do Alto da Mesquita, no Trunfo / De transformar se de vasto cemitério em portal Cadale /

Emigração do elemento negro / Expulsão de todos os tontos / Expulsão dos negros / Une campagne pour l'exportation des negres de race / Deportação da raça negra / De emigrar metade dos negros. PERF., Fernando da Rocha. *Op. cit.* p. 43-5.

³³ LEELE, Rinaldo Cesar Nascimento. *Op. cit.* p. 12.

³⁴ PECHMAN, Robert Moses. *Op. cit.* p. 37.

Desde o início já cantava Lulu Parola:

Reforma de costumes... É, de certo,

Muito mais necessária que a das ruas...

Em avenidas, fica tudo aberto,

Quando, ó Progresso, em tudo o mais jejuas¹⁷

¹⁷ SAMPAIO, Theodoro. A engenharia e sua evolução no século da independência na Bahia. *Diário Oficial*, edição comemorativa, Salvador, 1923, p. 331

¹⁸ *Journal de Notícias*, 21/04/1912.

Foi no clima de discussões sobre a derrubada e, finalmente a demolição real, da Sé de Salvador, que se realizou, dois anos depois, em 1935, a Semana de Urbanismo, promovida pela Sociedade Amigos de Alberto Torres e da Comissão do Plano da Cidade do Salvador, visando *mostrar ao povo da Bahia o caminho a seguir, a fim de torná-la uma cidade modelo*. Os resultados não foram os esperados pela Comissão organizadora, porque, segundo o depoimento do Dr. Heitor Froes, um dos conferencistas, ao contrário da propaganda progressista, o evento passou ao largo do interesse e da curiosidade dos habitantes de Salvador.

O mesmo Dr. Froes lembrava-se que a Semana não aconteceu como resultado de pressões da imprensa, de associações de grupos ou instituições profissionais e sim como um fato isolado. A sua participação, inclusive, se deu por indicação do Rotary Club, sem que tivesse demonstrado interesse pessoal pelo evento.

Os intelectuais da época dividiam-se entre o grupo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do qual fazia parte o Dr. Gama e Abreu – também conferencista da Semana – que, como membro assíduo, forjou fama de extremado polêmico, e, contrapondo-se a este, a Ala das Letras e das Artes – ALA –, vista como o grupo de *artistas*, isto é, com o estigma que lhes reservava a Província na sociedade soteropolitana de então. A ALA foi fundada na Escola de Belas Artes da qual fazia parte o Curso de Arquitetura.

Pelo que consta, faltou unidade ao conjunto das conferências, o que faz supor que a escolha foi livre e os modelos não tinham vínculo entre si. Entretanto, houve, ainda, semelhança na ênfase do cientificismo, no combate sistemático à cidade existente, na crítica às condições de higiene e de transporte e na necessidade da ocupação de novas áreas.

Segundo Isaias de Carvalho Santos Neto, os tópicos mais interessantes das conferências retratavam, ainda, a ideologia seabrista:

– a presença de tom conservador nas comparações entre a cidade de ruas estreitas e a falta de cultura das pessoas, o tom autoritário, que classificou os planejadores como pessoas que sabem e que lidam com as pessoas que não sabem;

– a crítica veemente à herança cultural portuguesa em expressões como *casario desconcertante sem estilo*, ou ainda, *imprevidência dos nossos antepassados, e cidades tortas... sobre trilhas de cabelos*;

– os termos velho, tradicional e antigo foram tratados como sinônimo de relíquias ou de culto ao passado; de outro lado, os termos progresso, novo e moderno foram considerados sinônimos de eficiência, conforto, autoridade e lei;

– referências constantes ao poder do Estado, como nova forma de organização espacial que assegurasse a modernização da cidade; apelos constantes ao civismo e patriotismo, como meio de garantir o planejamento urbano atrelado ao processo educativo; a idéia de cidade moderna como reflexo de povo educado e posto em segurança, sob vigilante ordem, comandada por pessoas inteligentes¹⁸.

As únicas noções da Semana que destoavam do discurso seabrista eram civismo e patriotismo que vinham da reação nacionalista que iniciou seu processo com as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, de 1922, e que, na Bahia, resultaria numa devoção ao regionalismo que não tomava mais a Europa como exemplo a ser seguido, mas a América Latina¹⁹.

Apesar de todos os esforços do governo e da imprensa em modificar o espaço urbano como um todo, não só fisicamente, os resultados foram parciais e, na visão de muitos, sem grandes frutos. J. V., na nota inicial ao trabalho de Antônio Viana, dizia que com

as ruas estreitas, tortuosas e sujas, suas procissões quase semanais, suas festas populares entusiasticamente vividas, suas danças familiares, balões e fogos de São João, presépios de Natal, ternos de Reis, devoções, trezenas, arraiais, pinhões, namoros de janela e de gargarejo, e escândalos sociais por falta de sofisticação, era a Bahia dos primeiros vinte e cinco anos do século corrente uma cidade consideravelmente diversa da organização urbana e do povo de hoje (1950). Muito se sacrificou da alma genuína da terra, em troca de um progresso cujas virtudes, evidentes noutros lugares, ainda não atingiram, entre nós, aquele grau de perfeição que as torna desejáveis²⁰.

A autora agradece ao CNPq pelo apoio a esta pesquisa.

¹⁸ SANTOS NETO, Isaías de Carvalho. *Op. cit.*, p. 44-5.

¹⁹ Este processo já se iniciara na Argentina por 1910 e estava presente em vários outros países latino-americanos. Na Bahia Carlos Chiachichio, que fundara a ALA, criou a revista *Arco e Flecha*. No mandeúdo *Arco e Flecha* criticava as pesquisas influenciadas pelas inovações europeias e chamava a atenção para as características comuns com a América Latina. Opinião a sanga, o arco e a flecha à muscara, o florite e a lufa. ALVES, Arco & Flecha: contribuição para o estudo do Modernismo. Salvador, Fund. Cultural do Estado da Bahia, 1978, p. 24, 26. Ao contrário do discurso do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, os artistas, incluindo agora os arquitetos, buscavam as fontes populares como inspiração como motivo para renovação artística. O inimigo português se transformou no criador do passado erudito baiano e o estilo neocolonial começa a ser cultivado, enfatizado pela política de proteção ao patrimônio, desenvolvido pelo IPHAN, graças a ação de Capanema. Falava-se num culto da tradição, mas com caráter evolutivo, isto é, não estético, o que purifica, inclusive, a temática baiana desenvolvida pelos primeiros modernistas baianos. FLEIXOR, Maria Helena. *Ochi: A modernidade na Bahia*. Salvador, 1994, p. 46. Micrografia apresentada ao 1º Salão de Arte Moderna do MAMB.

²⁰ VIANA, Antônio. *Centenário da Bahia*. Bahia: Museu do Estado, 1952 (Publicação do Museu do Estado, 12).

Bibliografia complementar

- ALCOFORADO, Fernando. Vetores de expansão no século XX. *A Torre*, Salvador, 21/10/1992, p. 3.
ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Planejamento*

- Salvador, v. 5, n. 4, p. 29-54, out./dez. 1977.
- AMARAL, Braz do. *História da Bahia: do Império à República*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros. A limpeza pública em Salvador: um velho problema. *Universitas, Cultura*. Salvador, n. 33, p. 95-108, jul./set./1985.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- _____. Symbolique urbaine et mouvements sociaux. *Versus*. Milano, n. 3, p. 85, set./1972.
- COMO ERA A CIDADE DO SALVADOR. Salvador, *A Tarde*, 03/01/1984, cad. 2, p. 1.
- DESDE QUARENTA E TANTOS. Salvador, *A Tarde*, 03/01/1984, p. 1-2.
- DIRETORIA DO ARQUIVO. *Bahia de ontem e de hoje*. Salvador, Prefeitura de Salvador, 1953, s.n.p.
- FERNANDES, Ana (org.). *Anais da Semana de Urbanismo*, 3, Salvador, 5-6/12/1988; Salvador, 1990, 275p.
- FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920. In: GODOFREDO FILHO E REBOUÇAS, Diogenes. *Salvador da Bahia de todos os Santos no século XIX*. Salvador, Odebrecht, 1979.
- LIMA, José Francisco da Silva. A Bahia de há 66 anos. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Bahia, n. 34, p. 92-123, 1907.
- MARIANI, Clemente. Análise do problema econômico baiano. *Planejamento*, Salvador, v. 5, n. 4, p. 55-122, out./dez/1977.
- MATTOS, Cyro de. Rua Chile. *A Tarde Cultural*. Salvador, 14/11/1992, p. 10.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo, Hucitec/Salvador, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978. (Estudos Brasileiros, 12).
- PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a intervenção do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *Ofenômeno urbano*. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 129-95, set./1984, abr./1985.
- PERES, Fernando da Rocha. Modernismo, legado em dois percursos. São Paulo e Bahia. *A Tarde Cultural*. Salvador, 08/10/1992, p. 2.
- SANTOS, Manoel Mesquita dos. *A Si primacial do Brasil*. Bahia, Companhia Editora Gráfica da Bahia, 1933.
- SEABRA, J. J. *Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª sessão ordinária da 11ª Legislatura pelo Dr. J. J. Seabra Governador do Estado*. Bahia, Revista do Brasil, 1912.
- SILVA, Alberto. *A cidade do Salvador, aspectos seculares*. Salvador, Progresso, 1957. (Estudos Brasileiros, Série Marajóara, 17).
- SILVA, Otávio Torres da. *A cidade do Salvador perante a higiene*. Bahia, Moderna, 1908.
- UZEDA, Jorge Almeida. *A morte ligada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana, 1890-1930*. Salvador, 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia.
- VARELLA, João. *Da Bahia que eu vi: factos, cultos e tipos populares*. Bahia, O Povo, 1933.

Quanto à coordenação (Maria Helena Ochi Flexor), pretende continuar, ou melhor aprofundar a pesquisa dentro do período abordado na comunicação acima, visando, sempre, analisar a reforma J. J. Seabra sob a perspectiva dos homens, da sociedade, quer da elite, quer do povo e o pensamento e ideologia do governante. Através das críticas da imprensa, das crônicas, dos registros em geral buscar-se-á verificar o "sentir" da população em relação a ideologia do reformismo seabrista: "higienização", higienismo, modernização etc. e o papel dessa crítica no conjunto da reforma urbana.

COMUNICADOS DE PESQUISA

CONSTRUINDO UM ESPAÇO PÚBLICO EM SALVADOR:
PROPOSIÇÕES URBANÍSTICAS, FISCALIDADE E MODO DE VIDA
(1890-1950)Ana Fernandes
UFBA

O objetivo desta proposta é desenvolver, por um período de 12 meses, uma reflexão acerca da constituição de um espaço público em Salvador, entendido enquanto um dos processos centrais de sua transformação em cidade moderna. Interessa-nos particularmente desenvolver a questão de como o espraçamento de uma sociedade supostamente democrática e inclusiva¹, ao lado de uma secularização progressiva dos modos de vida², se explicita também num novo papel atribuído à cidade e ao seu espaço. O desenvolvimento de uma esfera pública e de um espaço público são, portanto, fundamentais.

Importa ressaltar que, do ponto de vista teórico, não se trata de abordar o conceito de público (refira-se ele seja à esfera, seja ao espaço) como o domínio do consensual, do unitário ou do totalizador, mas essencialmente enquanto domínio de disputas, de derapções e de desigualdades³. A instabilidade é portanto um componente tão fundamental desse conceito quanto a relativa estabilidade de que lhe é proporcionada pela afirmação progressiva das instituições.

Interessa-nos portanto trabalhar a tradução da esfera pública em espaço, particularmente em espaço construído ou projetado. Campo de múltiplas intervenções e realizações efetuadas, por diferentes agentes, limitar-nos-emos, para fins metodológicos, mas também em função de campo de interesse, a trabalhar os conceitos de espaço público subjacentes ou adjacentes às proposições urbanísticas que foram elaboradas para Salvador entre os anos de 1890 e 1950⁴. Essas propostas, elas mesmas eivadas de contradições e inconsistências, indicam, no entanto, os caminhos que estavam sendo perseguidos pelas agências públicas e, em alguns casos, por empresas privadas, com o fim de dotar a cidade com um espaço público em geral normatizado – exigência formulada no concerto internacional de nações e cidades civilizadas – assim como a tradução que a eles vinha sendo dada pelos urbanistas, profissão então em vias de constituição efetiva e a quem se outorgou um papel técnico (e muitas vezes político) importante na

¹ Nesse sentido, a abolição da escravidão em 1888 e a proclamação da República em 1889 concentraram as mudanças predominantes nesse campo.

² Onde a separação dos bens do Estado e da Igreja e o desenvolvimento progressivo de um sistema educacional laico e a cargo do Estado, ainda que limitadamente, têm papel importante nesse processo.

³ Ver DEUTSCH, Rosalyn. *Exclusion and social spatial politics*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1996.

⁴ Esses anos concentram, em termos distintos, os processos que conduzem Salvador de uma cidade colonial a uma grande cidade moderna progressiva, política, econômica, social e culturalmente, politicamente tentado de base, mantendo o vínculo com outras cidades vizinhas e de outras influências nível, processo que a cidade brasileira vivia submetido a partir dos anos 40.

definição dos rumos a serem tomados na construção de uma "nova" cidade.

O espaço construído ou idealizado, contudo, não é apenas normatização e regulamentação. Ele é também lugar do desvio à norma ou da contra-estratégia, seja ele permanência de uma situação anterior que se quer debelar, seja ele busca de regras alternativas para sua própria constituição. Nesse sentido, todo o espaço público que foge à regulamentação urbanística, que foge ao espaço do plano, concentrará também nosso interesse não enquanto matéria principal de análise, mas enquanto possibilidade de cotejamento com o espaço institucionalizado da produção ou concepção do espaço público via planos.

Planos a serem trabalhados:

- Reforma e Ampliação do Porto de Salvador (1891-1893, 1905-1907)
- Plano de Remodelação da Cidade Alta, Theodoro Sampaio (1905-1905)
- Plano de Abastecimento de Água, Theodoro Sampaio (1905-1909)
- Plano de Remodelação da Cidade Alta, Alencar Lima (1911)
- Plano de Remodelação da Cidade Alta, J.J. Seabra (1912-1916; 1920-1924)
- Cidade Luz, Theodoro Sampaio, 1919
- Plano de Abastecimento de Água e Esgotos, Lourenço Baeta Neves (1915)
- Plano de Abastecimento de Água, Saturnino de Brito (1928)
- Bairro das Nações, desconhecido (1928)
- Semana de Urbanismo, vários autores (1935)
- EPUCS, Mário Leal Ferreira (1942-1946)

HISTÓRIA E MEMÓRIA NO PENSAMENTO E NA PRÁTICA URBANÍSTICA EM SALVADOR (1905-1952)

Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes

UFBA

O pensamento e a prática do urbanismo, em boa parte do século XX, pautaram-se, dentre outras características, por uma relação complexa com o passado, quase sempre de negação sistemática das marcas que este deixou inscritas nas pedras da cidade e nas práticas de seus habitantes.

O objetivo da proposta de estudo que aqui se faz é discutir como a questão da história da cidade e da memória social comparece na reflexão sobre a cidade e nas propostas urbanísticas elaboradas para Salvador, de 1905 a 1952. Como a história desta cidade multicelular, dotada de excepcional acervo arquitetônico e urbanístico que um longo período de estagnação e desaceleração econômica preservou, será tratada nos diversos momentos em que se pensou os rumos urbanísticos da cidade?

Dentro desta perspectiva, serão examinados a proposta de Theodoro Sampaio

para a cidade (1905), os projetos de melhoramento do engenheiro J. T. de Alencar Lima e a reforma urbana promovida pelo Governador J. J. Seabra no início do século, a luta contra a demolição da Sé (anos 20/30), a Semana de Urbanismo (1935) e, finalmente, a experiência pioneira do EPUCS — Escritório de Planejamento Urbano da Cidade do Salvador, entre 1946 e 1952.

Buscar-se-á, nesse percurso, conhecer as representações da história e da memória social que informarão essas intervenções urbanísticas propostas ou realizadas para Salvador na primeira metade do século, discutindo-se os pontos de inflexão nas relações que a sociedade soteropolitana manteve com a questão das pré-existências e da densidade temporal da cidade e dos diversos grupos que a habitam.

AS INFLUÊNCIAS NA REFORMA URBANA DE SALVADOR A PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX

Eloisa Petti Pinheiro

UFBa

As cidades brasileiras, entre elas Salvador, passam por um processo de reforma urbana, em princípios do século XX, influenciadas por um urbanismo higienista de moda na Europa. Estas cidades, de traçado colonial, irregulares, sem alinhamento viário, com casas construídas lado a lado, estruturadas em função da mão-de-obra escrava, necessitam adaptar-se a uma nova realidade. As modernas teorias urbanas mudam a forma de estruturar, de pensar, de ver e de viver na cidade.

No Rio de Janeiro, então capital do país, este processo se leva a cabo entre os anos 1902-1906 quando assume a Prefeitura Pereira Passos que, junto com o governo federal, transforma a cidade em uma capital nova, limpa, higiênica, salubre, bonita, burguesa à imagem e semelhança de uma cidade européia, digna de ser a capital do país.

Salvador vem a realizar as intervenções urbanas mais significativas na década de 1910 sob o comando do então governador do estado J. J. Seabra. Ainda que este processo de modernização venha ocorrendo desde meados do século XIX, com mudanças na legislação e uma nova mentalidade dos seus governantes, será entre os anos de 1912-1916 que a reforma chega a seu clímax e transforma — ou tenta transformar — a imagem da cidade.

Salvador é uma típica cidade colonial brasileira estruturada em função da mão-de-obra escrava, seja para funções urbanas como para o trato doméstico. Seu núcleo central está dividido em duas partes: a "cidade alta", uma malha quadriculada no alto de uma escarpa a aproximadamente 60 m do nível do mar, e a "cidade baixa", uma estreita faixa de terra entre a escarpa e o mar que pouco a pouco ganha terrenos a este através de aterros. O crescimento da cidade ocorre sem planejamento, sempre tentando

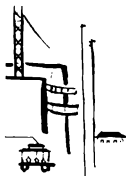
se adaptar a um relevo acidentado.

A população cresce, o centro se empobrece, mais e mais cortiços se instalam contribuindo para um ambiente insalubre e foco de epidemias. As ruelas estreitas são um empecilho para a circulação fácil de pessoas e mercadorias. A estética colonial já não satisfaz à nova burguesia que surge. Higiene, fluidez e estética são os argumentos que vão justificar uma intervenção na cidade do Salvador na década de 1910.

Para a realização dessa reforma busca-se na Europa o exemplo de civilização que se quer copiar. Ali, por todo o século XIX, as reformas urbanas tentam criar uma nova imagem de cidade com a abertura de largas avenidas, a criação de áreas verdes, novas construções, novos ocupantes, enfim, do emburguesamento do espaço central da cidade. A este processo se denomina “haussmannização”.

No Brasil de princípios do século as referências mais conhecidas nos falam de uma “haussmannização” das cidades, sendo o Rio um dos exemplos mais conhecidos e mais estudados, servindo inclusive de modelo para as demais cidades brasileiras. Mas podemos chamar de “haussmannização” a reforma urbana ocorrida em Salvador entre os anos 1912-1916?

Estudar o processo de modernização da capital da Bahia entre os anos 1900-1930, incluindo a conhecida reforma de Seabra, buscando identificar as influências das teorias europeias, principalmente francesas, e uma identificação com os trabalhos de Haussmann na Paris de meados do século XIX é o objetivo desta pesquisa que pretendemos desenvolver.



SÃO PAULO

CIDADE: EXPERIÊNCIAS URBANAS E A HISTORIOGRAFIA

Maria Izilda S. de Matos
PUC/SP

*A forma de uma cidade muda mais
depressa, ai de nós, que o coração
de um mortal*
Baudelaire

Introdução

O tempo da nossa história se acelera vertiginosamente, é um tempo marcado pelas mudanças, transformações e destruições, que contrasta com outros tempos, os tempos das permanências, da continuação e da memória.

As transformações da contemporaneidade, entre outras questões, têm levado os historiadores a se debruçarem sobre os estudos da memória que por sua vez vêm causando impactos na História, ampliando as inquietações sobre o cotidiano e favorecendo as pesquisas que contemplam a abordagem do urbano.

A esses impactos somam-se as recentes preocupações da historiografia com a descoberta de temas, agentes, experiências e temporalidades, anteriormente esquecidos, as quais favorecem também a focalização de outros espaços, contribuindo para redefinir e ampliar noções tradicionais do significado histórico, e diversificando as possibilidades de análise sobre a cidade e permitindo o questionamento das polarizações de categorias abstratas e universais (público-privado, urbano-rural, tempo-espaço). Permitindo também perceber que a cidade não é algo "congelado", bloqueado, tal como na imagem de uma carta cartográfica, mas sim um elemento constitutivo da trama histórica, de seus fluxos e de sua dinâmica em permanente ação, interação, transformação e reconstrução.

Estudos históricos sobre as cidades no Brasil: tendências e perspectivas

No Brasil, nos últimos 20 anos, os estudos sobre a cidade vêm passando por mudanças significativas. Pode-se dizer que anteriormente a cidade era um elemento de delimitação espacial do objeto de estudo do historiador, era como o "palco da história", não se constituía como objeto, questão e/ou problema.

As mudanças passaram a ocorrer a partir das próprias transformações urbanas, quando a cidade passou a se colocar como questão, assumida como um desafio a ser enfrentado pelo historiador.

Pode-se perceber nesse processo um conjunto de tendências:

Cidade e questão

Já desde os finais do século XIX e inícios dos XX, uma das primeiras vias a delinear a cidade, enquanto questão, foi a higiênico-sanitarista. O olhar médico

conjugado à ação/observação/transformação do engenheiro e a uma política de intervenção de um Estado planejador/reformador, pretendia de todas as formas neutralizar o espaço.

Procurava-se, assim, dar ao espaço uma qualidade universal e manipulável, através da "racionalidade e objetividade" da ciência, que passou a ter função-chave na sua luta contra o "arcaico pela ordem e progresso"; caminhando conjuntamente ao desejo já latente e generalizado de "ser moderno", em que a cidade aparecia como sinônimo de progresso em oposição ao campo¹.

MATOS, Maria Tilda S. de. *Tama e poder: um estudo sobre as indústrias de curativa para o café (1888-1934)*. 3. ed. Rio de Janeiro, Sete Letras, 1997.

Nesse processo, a problemática da cidade foi delineada enquanto questão – a chamada *questão urbana* – encontrando-se atravessada pelos pressupostos da disciplina e da cidadania, passando a ser reconhecida enquanto espaço de tensões. Construiu-se nesse mesmo processo a questão social como a identificação do outro – o pobre, o imigrante, a mulher, o negro.

A maior parte dos estudos que focalizam as transformações urbanas reproduz sem muita crítica o discurso característico dessas fontes oficiais – logo, públicas –, e mostra-se indicativa mais de um "dever ser" do que de "um ser", ao apresentar modelos e planos, procurando corrigir, extirpar, estigmatizar as experiências urbanas.

Dessa forma, na investigação histórica deve-se estar atento a esse processo de constituição da cidade-questão para uma análise que procure recuperar toda a historicidade desse processo e não reproduzir os discursos legitimadores dessas ações. Assim, pensar a noção de urbano e os adjetivos sobre a cidade como categorias instáveis permite recuperar essa historicidade da cidade tornando-a – questão-objeto de análise.

Cidade-memória(s)

Contemporaneamente, passamos a perceber na cidade as tensões urbanas que emergem vivenciadas de forma fragmentada e diversificada por seus habitantes, o que contrasta com as representações nos estudos acadêmicos, técnicos e nas fontes oficiais, onde a cidade apresenta-se como unidade, na realidade a cidade se mostra múltipla.

As tensões urbanas vão surgindo como representações do espaço – suporte de memórias diferentes, contrastadas, múltiplas, convergentes ou não, mas que delineiam cenários em constante movimento, onde esquecimentos e lacunas constroem redes simbólicas de formas diferenciadas, discursos diversos que fazem da cidade lugar para se viver, trabalhar, rezar, observar, divertir-se, misturando laços comunitários e étnicos, criando espaços de sociabilidade e reciprocidade, no trabalho e no lazer, em meio às tensões historicamente vivenciáveis².

Id. Id. *Edna: Memória e identidade em um município do interior*. São Paulo: F. A. Quaresma/Edusp, 1997.

Os estudos históricos também observam as cidades como territórios que condicionam múltiplas experiências pessoais e coletivas. Sob a cidade fisicamente tangível, descortinam-se cidades análogas invisíveis³, tecidos de

memórias do passado, de impressões recolhidas ao longo das experiências urbanas⁴. A história da cidade passou a ser vista também como a história da espacialização do tempo e das escolhas coletivas feitas ao longo do seu transcurso.

O espaço urbano, no seu processo de transformação, pode ser simultaneamente registro e agente histórico. Nesse sentido, deve-se destacar a noção de territorialidade, identificando o espaço enquanto experiência individual e coletiva, onde a rua, a praça, a praia, o bairro, os percursos estão plenos de lembranças, experiências e memórias. Espaços que, além de sua existência material, são também codificados num sistema de representação que deve ser focalizado pelo pesquisador, num trabalho de investigação sobre os múltiplos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização⁵.

Assim, a cidade passou a ser objeto de pesquisa e nesse processo aparece como construção problemática de algo a ser decifrado pelo historiador que se depara com a multiplicidade de histórias e memórias sobre a cidade. Questionando-se sobre qual cidade? A cidade dos antepassados, dos heróis e/ou dos vilões? Dos donos do poder, de ontem e de hoje? Ou dependendo da fonte de informação, a cidade dos eruditos e dos historiadores, dos urbanistas/planejadores/tecnocratas? Dos habitantes? Do homem da rua e daquele que com suas mãos a constrói?

Cidade-documento

A cidade vai se impondo como um documento a ser lido pelo historiador, onde a paisagem urbana é posta como um texto a ser decifrado, cabendo ao investigador entender o que significa esse emaranhado de tempos-espacos e memórias, recuperando as várias camadas e as relações entre elas decifrando seus ENIGMAS, como uma arqueologia social da cidade.

Nesse sentido, os estudos urbanos reconhecem a pesquisa empírica como elemento indispensável para detectar o movimento de constituição das cidades e de suas tensões, analisando as transformações por que passaram e como se construíram.

Novos corpos documentais vêm sendo valorizados nos estudos urbanos na procura de através dos olhos dos seus contemporâneos desvendar as cidades que não existem mais. Há uma diversidade de documentos, mosaicos de referências esparsas, que vão desde a legislação, projetos, fontes médicas-sanitaristas, provérbios, literatura, cronistas, memorialistas e folcloristas, sem esquecer as correspondências, memórias, manifestos, diários, materiais iconográficos. Os jornais, a documentação oficial, cartorial e censos não são descartados, bem

⁴ GALVÃO, Ítalo. *Cidade e memórias*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

⁵ RAMA, Angel. *Cidade e diáspora*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

⁶ ROINIK, Rapud. História urbana: história nacional. In: FERNANDES, Ana GOMES. Marco Aurélio. *Cidade e História: modernização da cidade brasileira nos séculos XIX e XX*. Salvador, Faculdade de Arquitetura, 1992.

⁷ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. O Museu na cidade: a cidade no museu. *Cultura & Cidade, Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 3, n. 8/9, p. 197-225, 1985.

como a história oral, que vem sendo utilizada intensamente e de maneira inovadora⁷.

Assim, a dificuldade do historiador está mais na fragmentação do que na ausência da documentação, o que requer uma paciente busca de indícios, sinais e sintomas, uma leitura detalhada para esmiuçar o implícito e o oculto, para descortinar o urbano.

O inventário da diferença Rio de Janeiro - São Paulo

Os estudos sobre a cidade se impõem como campo multidisciplinar e se abrem como possibilidade de estudo comparativo na historiografia, não só dentro da visão de tentar encontrar semelhanças, mas de aprofundar o "inventário das diferenças" que dá a historicidade à análise⁸.

Nesse sentido a imagem do Rio de Janeiro é exemplar. Sede do governo imperial e capital da República por tanto tempo, ponta estratégica do processo de modernização e centro incontestável da atividade política e cultural do país até recentemente, aparece descrita desde os primeiros cronistas como o padrão para o Brasil - a imagem mais acabada da civilização nacional.

As mudanças urbanas no Rio de Janeiro se intensificam em torno do final do século XIX, devido à ampliação da crise urbana. Crise que se manifesta no seu aspecto demográfico, onde o número e perfil da população foram alterados significativamente depois da abolição, com a existência de um desequilíbrio entre os sexos, desemprego, trabalho mal pago e sem ocupação fixa, criando uma população marginal que precisava ser ordenada.

Essas tensões somam-se ao desejo da *Belle Époque* de tornar o Rio de Janeiro um cartão postal do Brasil implementando uma política de embelezamento, modernização e saneamento planejados da cidade, procurando eficiência e rapidez. Tendo como modelo a Paris de Haussmann, o projeto do prefeito, engenheiro Pereira Passos, procurou diminuir a população marginal no Centro, dirigindo-a para os morros e subúrbios da cidade⁹.

Essa segmentação espacial não é totalmente implementada e continua a ser desejada em diferentes momentos por outros reformadores originando uma cidade com tensões urbanas permanentes, que vêm, de alguma forma marcando a produção historiográfica sobre o Rio de Janeiro e favorecendo os estudos sobre essas manifestações.

Já a expansão urbana de São Paulo esteve vinculada diretamente aos sucessos e/ou dificuldades da economia cafeeira. Além de determinar o ritmo de crescimento da cidade, o café também definia o ritmo de vida na cidade: as épocas do ano eram as da safra, da entressafra e da colheita; o comércio era movido pelo café e sofria as consequências de suas cotações; a cidade, as pessoas,

⁷ THOMPSON, P. *A voz do passado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. História oral: uma utopia? In: *Memória, História, Historiografia. Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH-Mano Zero, n. 25/26, v. 13, p. 7-15, 1995.

⁸ PECHMAN, Robert Moses (org.). *Olhar sobre a cidade*. Rio de Janeiro, UERJ, 1994.

⁹ NEVELL, Jethro. *D. Belle Époque paulista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

sua sobrevivência e até o seu temperamento e conduta dependiam drasticamente da sorte de um único produto – o “ouro verde”.

Dessa forma, em poucos anos a capital paulista consolidou-se como o grande centro capitalista, integrador regional, mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços, fatores nitidamente vinculados ao crescimento da produção cafeeira.

A política desencadeada pela cafeicultura paulista, estimulando e promovendo intensamente a imigração, em proporções bem superiores às possibilidades de emprego no campo, favoreceu muito o crescimento da população urbana. Assim, em momentos de queda do preço do café, geada ou pragas, a evasão dos colonos do campo era acentuada, provocando acúmulo de despossuídos na cidade, gerando um novo perfil populacional.

O antigo “burgo dos estudantes”, onde o ritmo de transformações era lento e o espaço quase estático, alterava-se rapidamente com a urbanização acelerada. Nesse processo de urbanização coexistiam permanências, demolições e construções, cresciam as obras públicas, espaços passavam a ser definidos como novas áreas comerciais e financeiras, além da zona do meretrício.

Conjuntamente com a intensificação industrial, quarteirões e bairros diferenciavam-se segundo a predominância das atividades ali estabelecidas; ruas, vilas e cortiços povoados sobretudo por operários, em sua maioria imigrantes, mostravam a latência de um espaço entre a casa e a rua onde ocorriam trocas permanentes, estabelecendo relações dinâmicas e criando laços de solidariedade e estratégias de sobrevivência.

Em torno desse processo em São Paulo construiu-se a imagem da modernização, da megalópoles, uma cidade em constante transformação. Seus habitantes e a historiografia parecem ter assumido o destino da cidade, seu emblema de modernidade¹⁰, a produção intelectual centrou-se na análise, no trabalho, na industrialização, no progresso e no desenvolvimento urbanos.

10. Nesse processo São Paulo detinha o referencial material e alterou seu plano físico brutalmente, definitivamente e desvalidamente, se quisermos em recuperar o texto anterior da cidade, nela se faz uma arqueologia urbana, impõe dificuldades. GILBERT, Fausto. *Visões de São Paulo: Imagem da cidade*. São Paulo: ANPUH/Mat., 2001, p. 163-75.

Dificuldades e perspectivas na historiografia contemporânea sobre a cidade

As transformações no espaço urbano vêm atraindo a atenção de vários historiadores, podendo-se dizer que hoje ela é numericamente significativa e traz contribuições destacadas na área, mas algumas questões ainda não têm merecido a devida atenção, entre elas duas cabem ser destacadas: o foco sobre o espaço privado e a cidade à noite.

A expansão urbana e capitalista dos finais do século XIX trouxe o aparecimento da noção de rentabilidade, eficácia do trabalho em todos os domínios, inclusive no espaço interior, destacando a importância da limpeza e da higiene para saúde e bem-estar da família¹¹. A implantação da ação reformadora num quadro de transformações urbanas mais amplas vai atribuindo novos signifi-

cados ao público e ao privado, que sofrem variações tanto no próprio espaço como no tempo, sendo difícil e problemático delinearlos em abstrato, sem relacioná-los ao objeto pesquisado.

O público, cada vez mais voraz, estende seus tentáculos no domínio das intimidades; o privado, posto na defensiva, fortifica laços particulares de convívio. Os espaços públicos começam a corresponder às conotações negativas de multidão, perigo, estranhamento, indiferença, circulação, enquanto o privado representa o refúgio seguro, o domínio da natureza¹².

Assim, cada sociedade recorta o espaço a seu tempo e a seu modo. A utilização da polaridade público/privado pode conduzir com frequência a ambigüidades ou a impasses que muitas investigações têm enfrentado. Nesse sentido, o investigador deve estar atento no seu contato com as fontes, a partir das quais as relações entre o privado e o público podem aclarar-se e apurar-se, permitindo novas descobertas e desvendamentos sobre domínios que se supõe conhecidos.

Outro aspecto pouco desenvolvido nos estudos históricos sobre o urbano é o foco privilegiado desses estudos serem as atividades diurnas, com abordagens que priorizam o mundo do trabalho, a cidade de dia. São poucas as pesquisas que focalizam a cidade à noite e acabam por interpretá-la como rejeição ao mundo do trabalho e à disciplina, como a desordem.

A cidade à noite deve ser focalizada de forma relacional, complementar e interdependente à vivência do dia e à do trabalho, e não em confronto a elas, procurando recobrar o cotidiano da cidade à noite, sua ambigüidade e a pluralidade de possíveis vivências e interpretações, desfiar a teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiência¹³.

Os estudos urbanos, porém, não representam opção para o pesquisador preocupado com um método que pressuponha equilíbrio, estabilidade e funcionalidade. Tal objeto-questão é extremamente abrangente e impõe dificuldades para definições precisas. São muitos os obstáculos para os pesquisadores que se atrevem a enveredar por esse campo minado de incertezas, repleto de controvérsias e de ambigüidades, mas muito frutífero enquanto possibilidades.

¹² MATOS, M. Izilda. Do público para o privado: redefinindo espaços. *Cadernos Page*, São Paulo, Unicamp, p. 95-115, 1995, *idem*. Na trama urbana: do público, do privado e do íntimo. *Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 13, p. 129-49, 1996.

¹³ SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

¹⁴ MATOS, Maria Izilda; FARIA, Fernando A. *Melodias cantadas em Copacabana/Rodrigues*. O *Arquiteto e o músico no século XIX*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996; MATOS, Maria Izilda. *Experiências boêmias em Copacabana*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

Bibliografia complementar

- ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, F. Getúlio Vargas-CPDOC, 1992.
- ALVIM, Zuleika M. F. *Brava gente: os italianos em São Paulo*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo, Forense/Edusp, 1981.
- BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo, Global, 1985.
- BURKE, Peter. (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, Edusp, 1992.
- CARELLI, Mario. *Cercamano e comendadores: italianos de São Paulo da realidade à ficção, 1919-1930*. São Paulo, Ática, 1985.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- DANON, Diana D.; ARROYO, Leonardo. *Memória e tempo das igrejas de São Paulo*. São Paulo, Ed. Nacional/Edusp, 1971.
- TOLEDO, Benedito L. de. *São Paulo: Belle Époque*. São Paulo, Ed. Nacional/Edusp, 1974.
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1985.
- ELAZAN, Judith M. *Lazer e vida urbana em São Paulo (1850-1910)*. São Paulo, 1979. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 3. ed. São Paulo, Difel, 1983.
- _____. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: crueldades e seus padrões no Rio de Janeiro 1860-1910*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo, Tempo Brasileiro, 1984.
- MORSE, Richard. M. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo, Difel, 1970.
- PINTO, Maria Inez M. B. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo, Edusp, 1995.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- VEYNNE, P. (org.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994. v. I.

A CIDADE DE SÃO PAULO

(séculos XIX/XX)

Lucy Maffei Hutter

IEB/USP

Nosso intuito, neste trabalho, foi analisar, na medida do possível, a cidade de São Paulo encontrada pelos imigrantes italianos que aqui chegaram no período de maior imigração, ou seja, das últimas décadas do século XIX até às primeiras do século XX.

A partir das décadas finais do século XIX e sobretudo na virada do século, vai-se observar o desenvolvimento da cidade de São Paulo. Foi ele decorrente de três fenômenos, entre outros, os quais não podem ser dissociados, visto estarem ligados entre si e terem concorrido simultaneamente para esse desenvolvimento: o café, a ferrovia e o imigrante. Tanto o escoamento do café, como a entrada da maioria dos imigrantes se deram através do porto de Santos, enquanto que a via de ligação lavoura de café/cidade de São Paulo/porto de Santos e vice-versa foi a ferrovia. Tanto esta como as casas exportadoras de café, além dos Bancos que foram sendo criados, se originaram, em grande parte, do capital estrangeiro, como é de conhecimento geral.

Em meados do século XIX, no entanto, São Paulo era, ainda, uma cidade acanhada, pouco populosa, quase desprovida de comércio e sem movimento. As ruas eram pouco frequentadas, com exceção dos dias de festa. O barulho de um veículo – havia apenas uns cinco, sendo um do bispo – despertava a curiosidade e as pessoas saíam à janela para ver quem passava. Como as librés dos cocheiros tinham ornamentos de cores vivas e distintas reconhecia-se, facilmente, quem era o proprietário.

Não havia ainda cafés na pequena cidade de São Paulo. Para uma boa conversa, quando se tratava de estudantes, o local de encontro era em alguma “república” de colegas ou em uma botica (como era chamada a farmácia) ponto de reunião quase obrigatório para os homens.

A noite, as ruas permaneciam quase sempre às escuras já que o número de lampiões era escasso, limitando-se ao centro da cidade. Nas noites de luar não se acendiam os lampiões mesmo que o mau tempo impedisse o aparecimento da lua¹.

JUNES. *Em São Paulo. Notas de viagem. São Paulo, Seckler, 1882*, p. 47, 111, 116.

Nos anos iniciais da década de 60 do século XIX, a pequena cidade de São Paulo não possuía mais do que 22.744 habitantes.

Era ela vista como uma cidade triste e monótona, e o que lhe dava vida eram os estudantes da então Academia de Direito; e, quando iam eles de férias, a cidade voltava à sua monotonia. Um contemporâneo aos fatos dizia: “a mocidade acadêmica imprime à povoação, durante a sua residência nela, uma espécie de vida fictícia que,

apenas interrompida, a faz recair [...] no seu estado de habitual sonolência." E, ainda: "tirem a Academia de São Paulo, e esse grande centro morrerá inanido. Sem lavoura e sem indústrias montadas em grande escala, a capital da província...deixará de existir"².

Com relação ao clima, o poeta Castro Alves, então estudante na referida Academia, escrevendo em 1868 a um amigo, dizia: "se leres poesias nebulosas, germânicas, tiritantes, acéfalas, anômalas [...] não critiques nunca, antes de ver se são de S. Paulo, e se forem [...] cala-te [...] S. Paulo não é o Brasil [...] é um trapo do pólo, pregado à goma arábica na fralda da América"³.

Três anos antes, começara a funcionar a ferrovia, na então Província de São Paulo. A São Paulo Railway inaugurou o primeiro trecho, Santos/São Paulo, em 1865.

Embora para muitos parecesse impossível a chegada da ferrovia a São Paulo, no dia 6 de setembro daquele ano inaugurava-se a Estação da Luz, a qual foi construída em terreno pertencente ao então Jardim Botânico, que mais tarde passou a ser o Jardim da Luz⁴.

A partir da década de 70 a cidade vai começar a ter um desenvolvimento, cada vez maior, em função da expansão da lavoura cafeeira na Província de São Paulo. Isto foi possível devido a vários fatores, entre eles: terra de boa qualidade e apropriada para o café; maior facilidade de transporte do produto, com a construção das ferrovias; e a possibilidade de continuação da produção de café em grande escala, com a vinda dos imigrantes nessa época em que já se previa o fim da escravidão.

Em 1874, embora a Academia de Direito ainda chamasse a atenção como ponto de destaque na cidade de São Paulo, esta agora era vista de outra forma por aqueles que a conheceram na época. O conde francês Charles D'Ursel assim a descreveu em 1874: "São Paulo é uma cidade cuja animação é proveniente de sua Escola de Direito e de seu grande comércio de café"⁵.

Vê-se, portanto, que com o café, no transcorrer da década de 70, São Paulo começou a se modificar quer sob o aspecto econômico, quer sob o demográfico, quer sob o urbanístico. Foi nessa década que João Teodoro Xavier, então Presidente da Província, cêtuou, entre os anos de 1872 e 1875, as primeiras transformações urbanas consideradas de relevo, como a abertura de novas ruas ligando bairros que começavam a se desenvolver⁶.

2 ZALUAR, Augusto Emílio. *Projeção pela Província de São Paulo 1865-1867*. Rio de Janeiro, Garnier, s.d., p.195, 196, 204; SILVA, Raul de Andrade Matos; NOGUEIRA, Odilon de; PETRONI, Pasquale. *A evolução urbana de São Paulo*. São Paulo, Depto. de Geografia-USP, 1955. p. 57, n.4 (Coleção da Revista de História).

3 VAMPIRE. *Sponser: Memórias para a História da Academia de São Paulo*. São Paulo, Saravá, 1924. p. 48-49.

4 MATTOON JR., R. *The Companhia Paulista de Estradas de Ferro*. Michigan, University Microfilms, 1975. p. 43; TORRES, Maria Celena T. Mendes. *Oficinas do Baixo São Paulo*. Prefeitura Municipal, (1989). p. 92.

5 D'URSEL, Charles. *Saint-Alexandre*. Paris, E. Plon et Cie., 1882. p. 27.

6 TOLEDO, Rosendo Lameira. *São Paulo três cidades em um século*. 2. ed. São Paulo, Duas Cidades, 1983. p. 72; SILVA, R. A.; MATOS, O. M.; PETRONI, P. Op. cit. p. 73. A atuação de João Teodoro Xavier, considerada um marco nas transformações urbanas de relevo, na cidade de São Paulo, se deu após as reformas ordenadas por Huijsmans em Paris.

Desde os inícios da década de 70, com o estabelecimento da empresa inglesa São Paulo Gás Co. Ltda., a cidade passou a ser iluminada à gás. A companhia se instalou no bairro do Brás, junto ao rio Tamanduateí, local que ficou conhecido como o Aterrado do Gasômetro e de onde veio o nome de Rua do Gasômetro.

A inauguração da iluminação a gás deu-se com festejos e muito interesse por parte da população. O *Diário de São Paulo* estampava, em 9 de janeiro de 1872, a seguinte notícia:

Gasômetro – Realizou-se esplendidamente a experiência da iluminação a gás neste estabelecimento... A luz, apesar de não ter ainda a perfeição desejada pelos empresários, é a melhor possível. Na frente do edifício estavam as armas imperiais, formadas de luzes de diversas cores, que ofereciam uma vista deslumbrante. A concorrência do povo, não obstante o mau tempo, foi imensa, e os empresários não se pouparam em dar explicações e mostrar tudo àqueles espectadores que desejavam ver tão importante estabelecimento, que podemos dizer, já é uma realidade em São Paulo⁷.

Quando do início da iluminação a gás, na década de 70, outras mudanças, aos poucos, estavam ocorrendo na cidade. Em 1873, por exemplo, foi construída no Brás uma ponte sobre o rio Tamanduateí, feita de tijolos, que, segundo relato da época, "com as grandes enchentes do mês de janeiro do ano próximo findo foi abatida e carregada pelas águas. Construiu-se outra no mesmo lugar, feita de ferro, pelo hábil profissional Manoel Ferreira Leal, com todas as condições de segurança"⁸.

A então freguesia do Brás, dentro do contexto da cidade era importante porque agora ser o centro de abastecimento do mercado miúdo e conservar ainda chácaras, com hortas e pomares, começava a assumir, embora de forma ainda incipiente, a posição de centro comercial e industrial no qual se tornaria nas décadas seguintes. Essa zona da cidade ia crescendo, requerendo a abertura de novas ruas. Assim, em 1876, para a abertura de uma rua, entre as ruas do Brás e do Gasômetro, foram considerados de utilidade pública terrenos pertencentes a Basílio de Aguiar e a Miguel Antunes. Este cedeu parte de sua chácara para o empreendimento, sem indenização mas, em contrapartida, solicitou à Câmara providências quanto aos porcos que, ainda em número elevado andavam soltos pelo bairro. A referida rua, porém, em março de 1880, ainda não estava concluída.

Até finais da década de 70, um dos problemas cruciais da cidade e que precisava ser resolvido era o abastecimento de água. Os chafarizes existentes eram poucos e, por vezes, alguns deles se encontravam secos. Em 1877 foi criada a Companhia Cantareira cujo intuito era abastecer São Paulo de água e dotar a cidade do serviço de esgotos. A companhia, pelo contrato, se obrigava, também, a instalar mais seis chafarizes nos locais onde seriam mais necessários: Luz, Carmo, Gasômetro⁹.

Nos inícios da década de 70, as ruas de São Paulo começaram a ser cortadas pelas linhas de bondes, então à tração animal. A lei provincial de 9 de março de 1871 concedeu ao engenheiro Nicolau Rodrigo de França Leite o estabelecimento de uma "linha de diligências por trilhos de ferro entre o largo do Carmo e a estação da Inglesa". Eram tais diligências puxadas por burros, como é de conhecimento geral. A concessão, no entanto, foi transferida logo depois à Companhia de Carris de Ferro de São Paulo, a qual, apesar do nome, foi organizada no Rio de Janeiro⁹.

⁹ BARRIOS FERREIRA, *Monografia de São Paulo*. São Paulo, Melhoramentos, 1954, p. 178.

Em 1872 começou a funcionar a primeira linha, já referida, ligando o centro da cidade (largo do Carmo) à estação ferroviária da São Paulo Railway Co., na Luz. Pouco a pouco foram sendo instaladas outras linhas¹⁰.

¹⁰ TORRES, Maria Celestina T. Mendes. *Op. cit.* p. 131.

Quase simultaneamente, a ferrovia e os trilhos dos bondes iam cortando a cidade e não só mudando a fisionomia da mesma como, também, o traçado urbano. Em 1880, já se pensava em estender os trilhos dos bondes por outras ruas, entre elas, pela Barão de Itapetininga.

Quando começou a década de 80, a cidade contava com ferrovias, bondes e a iluminação a gás ia se expandindo pela cidade, sendo que nos anos finais da década já funcionavam mais de mil lampiões nas ruas e cerca de 1430 construções podiam usufruir da luz a gás. Havia, porém, ruas com um bom número de habitantes e até com linha de bonde instalada que, no entanto, não dispunham da iluminação gás, como ocorria no bairro da Luz, na rua que ia até a Ponte Grande¹¹.

¹¹ *Aras da Cima da Cidade de S. Paulo*. v. 66, 1882. S. Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo, 1919, p. 32.

Por outro lado, em 1885, já constava pedido de concessão para a instalação de luz elétrica na cidade de São Paulo.

Uma outra questão que, com o desenvolvimento da cidade, tornou-se mais complexa era a do lixo. Em 1882 foi aberta concorrência para quem se empenhasse em cuidar dessa questão. A limpeza da cidade consistia na remoção do lixo, lama, vegetação, águas estagnadas e "matérias estranhas" nas ruas, pontes e praças públicas. Incluía, também, a conservação das ruas e praças, a saber, desobstrução das sarjetas, esgotos e bueiros; o assentamento das paredes das calçadas; o fechamento de erosões produzidas pelas chuvas; a capinação em locais cujos proprietários não estivessem obrigados a fazê-lo; e, ainda, a irrigação.

O lixo seria depositado em locais determinados pela municipalidade, isto porque, até então, era o mesmo depositado na várzea do Carmo, nas proximidades do rio Tamanduaté, o que foi reconhecido, na ocasião, como prejudicial à saúde pública.

Para que a limpeza fosse realizada, a cidade de São Paulo foi dividida em cinco áreas. Nas três primeiras o serviço seria efetuado diariamente enquanto

que nas duas últimas seria semanal.

A quarta área era constituída só pela rua da Consolação e a quinta pelas ruas do Brás e do Gasômetro.

O que se verifica, por essa divisão, é que as ruas do Brás e do Gasômetro que, para a época, apresentavam trânsito e número de habitantes já razoável, contariam com o serviço de limpeza somente uma vez por semana.

A cidade crescia e os negócios se desenvolviam mas, havia ainda o trabalho escravo.

A aparência de São Paulo, não obstante, estava mudando. Devido aos negócios com o café, vários fazendeiros começaram a construir casas para moradia, na capital. E, também em função do café, com a eminência da abolição da escravidão e, em 1888, a ocorrência da mesma, foram chegando, agora em maior escala, os imigrantes, sobretudo italianos, angariados grande parte para a lavoura cafeeira. Embora a maioria deles para lá tenha seguido, diversos se estabeleceram na cidade de São Paulo ou, da lavoura, vieram posteriormente para a cidade, aumentando o número da população.

Esses imigrantes, como também ocorreu em Buenos Aires, trabalharam em todos os tipos de atividades urbanas como, por exemplo: na construção de linhas de bondes; nas ferrovias; como carroceiros, marceneiros, pintores e pedreiros; nas oficinas e fábricas; no comércio; em obras como calçamento de ruas e sarjetas, sendo que, por vezes, os empreiteiros dessas obras também eram italianos; em escavação e transporte de terra; como engraxates, vendedores de peixe ou outros produtos; com empapelamento de paredes; como donos de açougue, de quiosque, de armazém ou de alguma pequena fábrica; como sapateiros que em suas lojas faziam os calçados, os vendiam e os consertavam. Havia, também, entre os italianos aqueles que atuavam como atravessadores de gêneros, atingindo os negócios da praça do Mercado; entre as mulheres, algumas tinham oficina de costura, enquanto que os homens eram alfaiates; eram os italianos, por vezes, donos de hotel ou de restaurante. Por outro lado, na cidade de São Paulo, em meio aos italianos, encontravam-se profissionais liberais, entre eles: médicos, engenheiros, jornalistas, professores etc.

Na década de 80, já havia em São Paulo um comércio razoável: lojas de tecidos, de ferragens, de armarinhos, de instrumentos musicais, de roupas, de móveis, marcenarias, chapelarias, joalherias, alfaiatarias, sapatarias, armazéns "de secos e molhados", entre outras, afora hotéis, entre eles os *allogios* (pequenos hotéis cujos donos eram italianos), restaurantes, confeitarias e cafés.

Quanto aos cafés, o primeiro que apareceu em São Paulo foi em 1860. Tratava-se de um local onde, além do café, podia-se tomar licor, cerveja e comprar charutos. Nos anos 80 do século XIX, já existiam diversos cafés na cidade e, também, charutarias.

A Capital, no entanto, era ainda uma cidade pequena e pouco significativa do ponto de vista econômico. Em 1882, a população era de apenas 35.000 indivíduos, aproximadamente, enquanto que em 1886, residiam aí cerca de

47.697 pessoas. As cidades do interior, por sua vez, não passavam de acanhados núcleos de povoamento, quase desprovidos de comércio.

Por outro lado, se na década de 60 a cidade era considerada monótona, na década de 80 já era vista, pelos contemporâneos, como muito movimentada.

As mulheres já saíam sozinhas para fazer compras e ir às confeitarias.

Além dos carros particulares, de praça e dos bondes, as ruas eram percorridas por grandes carroças transportando mercadorias diversas para as estações ferroviárias ou, ainda, trazendo-as de lá para o centro da cidade. Com relação a esse movimento, um contemporâneo, em 1882, comentou:

"Durante certas horas do dia já o incessante rodar de carros e carroças torna-se incômodo a quem não está habituado; ao antigo silêncio sucedeu esse concerto, pouco agradável, de sons produzidos pelo atrito nas calçadas de tantos veículos de diversas espécies. Realmente, eu não esperava encontrar a Capital como está: é uma cidade alegre, buliçosa, inquieta, de visível animação; não é mais a silenciosa S. Paulo. A população parece-me tem-se aumentado em muito mais da metade; os arrabaldes estão florescentes; os costumes são outros; enfim ela apresenta o aspecto de uma cidade civilizada, de movimento comercial importante"¹².

12 CARVALHO, Afonso José de. *São Paulo antigo*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1944. p. 48. BARRROS, Gilberto Leon de. *Acidêntoplasia, premência, dominância e talde de São Paulo*. São Paulo, Marrons, s/d. t. 2, p. 421, 573. HUTTIER, Lucie Mallet. *Imigração italiana em São Paulo (1882-1889)*. Os primeiros cartões do imigrante com o Brasil. São Paulo, IEB/USP, 1972. p. 77. Atas da Câmara Municipal, v. 68, 1882, p. 99, 121; v. 69, 1882, p. 48, 118, 119, 121, v. 67, 1881, p. 88, 61, 78, 115; v. 68, 1882, p. 151, v. 69, 1883, p. 29, 88, 142, 157, 228, 244, v. 72, 1886, p. 19, 35, 36, 62, 63, 72, 78, 82, 85, 127, 132, 133, 142, 143, 168, 178, 192, 211, 226, 244. v. 74, 1888, p. 41, 122, v. 75, 1889, p. 13, 139, 244, 322, 345, 346.

La a cidade, também, se expandindo em outras direções, como Santa Cecília e o beco do Pacaembu onde já constavam terrenos pertencentes a particulares.

No centro da cidade, o número de edifícios estava aumentando. Como exemplo, o da Tesouraria da Fazenda, que teve o seu início em 1881. De outra parte, São Paulo, em 1883, podia contar com alguns telefones.

A cidade se desenvolvia mas, no município continuava, também, a atividade agrícola, tanto é que o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, requeria informações sobre a agricultura no município de São Paulo.

O principal centro de comércio dos produtos agrícolas, como de outros produtos, na cidade de São Paulo, era a Praça do Mercado.

Por outro lado, no ano de 1883, negociantes estabelecidos na cidade com lojas de "secos e molhados" reclamavam das pessoas que com suas pequenas carroças vendiam nas ruas gêneros diversos, entre eles os alimentícios. Os negociantes pediam providências, alegando que eles pagavam impostos para manterem uma "casa de negócio" e queriam o seu direito, de maneira a compensar o pagamento dos mesmos. Às vezes, porém, eram os próprios negociantes donos das lojas

que mandavam outras pessoas vender gêneros comprados na Praça do Mercado. Diante da reclamação, a Câmara de Vereadores determinou que não fosse permitida a venda nas ruas, por quem não tivesse pago o imposto de carroça ou de "carrinho de quitanda" ou de carrinho de mão.

Nos anos finais da década de 80, aumentaram as reclamações dos habitantes de São Paulo com relação às contas de consumo de água apresentadas pela Companhia Cantareira. O mínimo que se pagava era de três mil réis, quantia esta muito elevada para aqueles menos favorecidos economicamente. Não obstante, tratava-se de um elemento de primeira necessidade, do qual a população não podia prescindir.

Havia, no entanto, zonas já com um razoável número de habitantes e que ainda não contavam com os serviços de água e esgoto, como era o caso da então freguesia do Brás, onde moravam diversos imigrantes. Os que ali residiam reclamaram dessa situação, pedindo a extensão daqueles serviços até o Brás, pela Companhia Cantareira.

No Brás estava, também, situada a Hospedaria de Imigrantes, construída em 1886, a qual começou a receber imigrantes – a maioria então italianos – em 1887, embora o edifício ainda não estivesse de todo concluído. Isto se deu em decorrência das epidemias de varíola e crupe que atingiram o velho alojamento do Bom Retiro¹³.

13 HUTTER, Lucy Mello. *Op. cit.* p. 82. *Atas da Câmara...*, t. 67, 1881, p. 98, 187, v. 69, 1883, p. 33, 132, 140, 170, v. 75, 1889, p. 10, 232, 313.

Dois anos depois, isto é, em janeiro de 1889, foi sugerida a montagem, no Brás, de um hospital provisório para variolosos, tendo em vista evitar que pessoas afetadas pela doença, estando na Hospedaria de Imigrantes, passassem por várias ruas da cidade, para chegar a um hospital, correndo o risco de contaminar outras pessoas.

Apesar das doenças e epidemias que ocorriam, de quando em quando, na virada da década de 80 para a de 90, do século XIX, a cidade continuava seu ritmo de crescimento. A praça do Mercado já contava até com telefone mas, paralelamente, ainda se mantinham, no município de São Paulo, as áreas agrícolas, tanto assim que foram requeridas sementes de trigo, cevada, centeio, lúpulo e alfafa da Hungria, além de bacelos de uvas norte-americanas, para serem distribuídas aos agricultores ali estabelecidos.

Já com relação às construções na cidade, medidas de segurança vinham sendo cobradas das autoridades, pela comunidade, como aquelas para garantia tanto da vida dos operários quanto dos inquilinos, visto os não raros desabamentos de prédios que ocorriam na cidade de São Paulo. Alguns acreditavam, na época, que tais desabamentos eram decorrentes da imperícia dos mestres construtores.¹⁴

14 *Atas da Câmara...*, t. 75, 1890, p. 349.

Convém lembrar que tanto entre os operários, como entre os mestres construtores havia imigrantes e, entre os inquilinos – dependendo do local –, também lá estavam aqueles de origem estrangeira.

Quanto às ruas, tendo em vista o aumento da população e o movimento de carroças de transporte, de carros de praça, de bondes, a atenção voltou-se para a questão do calçamento. Isto porque, não raro, a Câmara de Vereadores se via pressionada pelos próprios moradores. O calçamento das ruas, na época, era feito com paralelepípedos.

No início da década de 80, São Paulo tomava conhecimento do sistema de calçamento adotado nas grandes capitais da Europa, considerado, então, como excelente – o macadame.

Havia ruas, como a do Brás, nas quais foram imprescindíveis os consertos por se tratar de vias de vital importância para o transporte de mercadorias chegadas na estação da Estrada de Ferro do Norte, e que tinham de ser reembarcadas nos trens da Estrada de Ferro Sorocabana ou da São Paulo Railway. Além disso, nessas imediações o trânsito era considerado intenso, dada a grande movimentação de veículos e de pessoas entre o bairro do Brás e o da Luz, afora o de passageiros nas três estações.

Por vezes, ruas já calçadas ficavam com o calçamento destruído, ou bastante estragado, devido às obras realizadas quer pela Companhia de Bondes quando do assentamento dos trilhos, quer pela Companhia Cantareira de Águas e Esgotos e/ou pela Companhia de Gás, quando do trabalho de escavação para o encanamento. Esta depositava, nos cofres da Câmara Municipal, a quantia necessária para as despesas com os consertos dos lugares escavados mas, de outro lado, os moradores da Rua do Gasômetro reclamavam contra essa Companhia, por ela depositar piche e outras matérias em uma vala em terreno próximo à Companhia. Além disso, o alcatrão e outros resíduos gerados pela empresa eram lançados no rio Tamanduateí, o que ocasionava a morte dos peixes. Tendo a municipalidade chamado a atenção da Companhia, os encarregados da mesma, em 1883, ofereceram tanto o alcatrão como outros resíduos para que fossem aproveitados como desinfetante o qual, segundo eles, poderia ser utilizado com bons resultados.

Com o crescimento da cidade, houve a necessidade de abertura de novas ruas. Estas, por vezes, esbarravam na ferrovia e, para terem continuidade, tinham de atravessá-la. Uma outra questão, que não raro se punha, era a de passagem de nível ou das porteiras quando estas se faziam necessárias nos cruzamentos das ruas com as linhas férreas como a porteira entre as ruas do Brás e da Moóca. Tais questões, para serem resolvidas, requeriam acordo entre as partes interessadas, a saber: governo e os encarregados da ferrovia.

Uma outra questão com relação às ruas, era a de acumulação de água quando das fortes chuvas. Por vezes, isso acontecia devido a obras realizadas pelos construtores das ferrovias. Na rua do Brás, por exemplo, a enxurrada se dava em decorrência do escoamento das águas vindas de valas que foram abertas margeando as linhas férreas tanto

15. *Idem*, v. 60, 1882, p. 46, 75, 99, 111, 114, v. 67, 1883, p. 61, 71, 126, 224, 238, v. 69, 1883, p. 27, 133, v. 72, 1884, 85, 92-93, 182, 182, v. 72, 1886, p. 106.

da estrada de ferro do Norte como da estrada inglesa¹⁵.

Em 1886, Jules Martin, concessionário do viaduto do Chá, requeria à Câmara Municipal a aprovação do orçamento para a construção dessa obra. Esse viaduto foi considerado uma obra de utilidade pública, uma vez que facilitaria a comunicação entre os bairros do Chá, Santa Efigênia e Consolação. O projeto continha, porém, um senão: pretendia o concessionário, quando a obra estivesse pronta, cobrar pedágio para juros e amortização do capital empregado. Parte dos vereadores não aprovou considerando que, dessa forma, só a classe privilegiada poderia usufruir dessa passagem. Os que se posicionaram contra alegaram que todas as vias de comunicação deveriam ser feitas pelo governo provincial ou pela municipalidade e, portanto, com trânsito gratuito para, diziam eles, "que se não possa dizer que até para se ser pobre precisa-se ter dinheiro"!

Naquele mesmo ano de 1886, recrudescceu a discussão sobre a questão da higiene pública na cidade de São Paulo, devido ao alastramento de doenças, naquele momento, em Campinas e em Santos, com diversas vítimas.

A preocupação com a saúde e a higiene, na década de 80, era decorrente da percepção que já se tinha de que a doença, muitas vezes, se desenvolvia devido à falta de higiene como, aliás, nos dias de hoje ainda ocorre em algumas zonas. Havia, então, receio não só frente à possibilidade da ocorrência de epidemias como, também, do alastramento das mesmas.

Afora epidemias e doenças diversas, era comum o surgimento de vários tipos de febre entre a população como, por exemplo, se deu em 1884, quando foram detectadas febres perniciosas, afora casos de tifo, na rua do Trem e adjacências. Optou-se, na ocasião, pela formação de uma comissão que examinaria as Cavalariças dos Corpos de Linha, existentes no local, já que se julgava estar ali a origem de tais febres.

Consideradas, também, como focos de doenças eram as águas estagnadas para as quais constantemente se chamava a atenção, como sendo um problema que requeria medida urgente.

Em 1889, foi solicitada verba para a obra de cobertura de um trecho do córrego Anhangabaú, isto é, aquele que atravessava o centro da cidade. Temia-se que o córrego se tornasse um perigoso foco de infecção devido aos despejos, de todo o tipo, ali feitos.

Nos finais da década de 80, surgiram projetos tendo em vista o saneamento e embelezamento da Várzea do Carmo, considerada então a área compreendida entre a rua 25 de Março e o bairro do Brás. Já há algum tempo essa obra se fazia necessária visto estar aquela área, até então, completamente abandonada e, ainda, sujeita às enchentes dos rios Tamanduateí e Tietê. Além disso, nessa zona, era freqüente a ocorrência de febres palustres graves que, não raro, faziam vítimas. Julgava-se, na ocasião, que tais febres surgiam em decorrência da formação de pântanos na várzea, sobretudo no verão, quando com as fortes chuvas transbordavam os rios Tamanduateí e Tietê. Um dos projetos, apresentado em junho de 1889, era

assinado por A. C. de Miranda Azevedo (Dr.) e pelo engenheiro italiano Samuel Malfatti, pai da pintora brasileira Anita Malfatti.

Uma das objeções ao saneamento da Várzea era que ali inúmeras lavadeiras se utilizavam do local para lavar roupas e ficariam sem poder exercer seu ofício. Os autores do projeto levaram em conta essa questão e no conjunto das obras constava, no desenho, quatro lavanderias públicas, em edificações, que permitiriam às pessoas lavarem as roupas em qualquer época fosse ela de enchentes ou de seca.

Do projeto constavam ainda: drenagem e construção de canal que teria 335 metros de comprimento, com aterros na lateral; abertura de vias públicas arborizadas e com a garantia de conservação por dois anos; construção de um edifício aonde funcionariam os tribunais jurídicos e as sessões da Câmara (de vereadores); um outro edifício para instalação de escolas públicas para ambos os sexos; quatro pontes de ferro para passagem de veículos; e mais um dique e uma estrada de rodagem ligando o local conhecido como Ponte Grande ao bairro do Pari.

Além disso, haveria um jardim público o qual poderia ser utilizado como parque ou jardim zoológico. Seria feito, nesse jardim, um mapa do Brasil, em alto relevo, onde constariam os rios, montanhas e todos os detalhes topográficos "conforme as idéias modernas de pedagogia" segundo expunham os autores do projeto. O jardim disporia de 40.000 metros quadrados, e o local seria determinado quando da realização do contrato.

Foi, também, apresentada uma outra proposta, por Victor Nothmann & Comp., visando o melhoramento da Várzea. Esta com itens semelhantes aos do projeto acima referido, mas, diferindo em alguns pontos como, por exemplo, a construção de uma doca para a lavagem de carruagens e cavalos. Quanto ao jardim, ocuparia ele uma área de 53.350 metros quadrados, ou seja, 13.350 a mais.

Ambos os projetos foram baseados em estudos feitos anteriormente pelo engenheiro Révy mas, a proposta de Azevedo e Malfatti foi considerada, na época, a melhor.

A obra, embora vista como imprescindível, ainda não tinha sido realizada, segundo se alegava, por falta de verba da municipalidade. E por se tratar de uma obra de grandes proporções dependia, para a sua execução, de avultado capital.

Uma outra obra considerada necessária, na virada da década, era a construção de uma ponte, nas proximidades do Hipódromo, sendo o tijolo o material previsto.¹⁹

A urbanização da cidade de São Paulo, nessa década, se deu, em boa parte, por determinações de sua Câmara, ouvido o engenheiro de obras da mesma; mas, muitas vezes, alguns traçados de ruas se deram em razão de pedidos de proprietários de chácaras em locais que vieram a se constituir em bairros. Por vezes os donos dessas chácaras abriam ruas por conta própria. Tais bairros, com o passar dos anos, cresceram e se tornaram zonas movimentadas. Em certos casos, a execução

19. *Idem*, v. 72, 1884, p. 89; v. 72, 1886, p. 194, 211, 212, v. 75, 1889, p. 59-61, 159, 363-369, 374-375.

das obras ficava na dependência da liberação da verba, por parte do governo provincial, dado o montante elevado necessário para tal fim.

Na década de 80, os cortiços já coexistiam, em São Paulo, com outros tipos de moradia. Em 1881, foi baixada uma Postura que não proibia, mas, tão somente regulamentava a construção dos cortiços. Ficou proibida a construção de cortiços nos quintais das casas, cuja largura fosse menos de quinze metros. Ao proprietário do terreno não era permitido construí-los com menos de cinco metros de espaço entre cada linha do cortiço. Este, sendo um único bloco de habitação, não poderia ter menos de vinte e cinco metros quadrados. Os cortiços edificados deveriam ter porta e janela, além de boa ventilação. Quando a construção se desse em terreno alagadiço cabia ao proprietário fazer o aterro não só na área a ser construída como, também, em seis metros de cada lado do edifício. Os infratores pagariam multa e seriam obrigados a demolir a construção.¹⁷

17 *Ibidem*, v. 67, 1881, p. 77.

Em caso de foco de alguma doença como varíola ou outra qualquer com possibilidade de surto epidêmico, a recomendação era de que fosse, com urgência, feita uma vistoria nos cortiços existentes na cidade. Isto porque eram eles tidos como locais de focos de infecção devido, provavelmente, à falta de higiene e ao aglomerado de pessoas coabitando em um espaço exíguo.

Nesses cortiços moravam, entre muitos, trabalhadores — dentre eles imigrantes —, predominando artesãos empregados em fábricas; nas mais diversas oficinas; em construções de edifícios, de ferrovias ou trabalhando nestas; nas linhas de bonde, ou em inúmeros outros serviços.

Em 1886, para evitar a disseminação dos cortiços na cidade de São Paulo, a municipalidade encarregou o engenheiro da Câmara de apresentar um projeto de casas, para trabalhadores, similares àquelas existentes no Rio de Janeiro, conhecidas como Vila, as quais também mantinham uma entrada para um pátio comum mas “em melhores proporções que as dos atuais cortiços”.

Este tipo de habitação, porém, continuava. Ainda em 1889, havia proprietários de vários cortiços, na cidade de São Paulo. Tanto assim que, naquele ano, foi dado prazo de sessenta dias para dois proprietários de cortiços demolirem os mesmos e construir em outros dentro do padrão e das condições higiênicas determinadas pelas posturas. Diversos desses donos de cortiços eram, também, de origem estrangeira¹⁸. E, sobretudo a partir da década de 80, foram muitos os trabalhadores estrangeiros, entre eles os italianos, que moraram, como foi dito, nesse tipo de habitação. Diversos deles, com trabalho árduo e um duro regime de economia conseguiram, depois de muitos anos, comprar um terreno e construir uma pequena casa ou mudar para um local melhor.¹⁹

18 *Ibidem*, v. 72, 1886, p. 69, 169, v. 75, 1889, p. 78, 266.

19 GRUNSPUN, Haim. *O botequim da imigração italiana*. São Paulo: Cultura, 1979, p. 123.

Na virada da década de 80 para a de 90, o bairro o Pari já estava se desenvolvendo, principalmente, devido à instalação de fábricas. Os muitos indivíduos que nelas trabalhavam — sendo boa parte imigrantes — passaram a

habitar nas imediações.

Nessa ocasião, o número de imigrantes, sobretudo italianos, vinha aumentando na cidade de São Paulo. Eram eles recém-chegados ou provenientes do interior, onde já tinham permanecido algum tempo.

Já a mendicância era vista como uma questão inoportuna. Naquele mesmo ano em que se passava do Império para a República, a Câmara Municipal alegando que São Paulo possuía um asilo para mendigos, fazia ver ao chefe de polícia a inconveniência de andarem os mendigos e as crianças pelas ruas da cidade “pedindo esmolas e incomodando os transeuntes”.

Um fator que incomodava os moradores da cidade, em geral, era o barulho. Os residentes na rua do Gasômetro reclamavam do barulho dos jumentos. Diziam eles que se tratava de um animal que causava dano à saúde, além de ser impróprio para se ter em quintais “no centro de uma capital civilizada, por causa do alarido ocasionado pelo zurrar constante, que durante a noite perturbava o sono e o repouso”²⁰.

20 Atas da Câmara Municipal, v. 75, 1889, p. 49, 117, 118, 275.

Uma outra questão que, por vezes, vinha à tona era a dos quiosques os quais, dispostos em alguns locais da cidade, nem sempre eram bem aceitos. Em 1883, por exemplo, o Cabido da Sé Catedral – como era esta então conhecida –, solicitou que não só se mandasse remover, das proximidades da Sé, o quiosque que há pouco tempo fora ali montado mas, também, fosse impedida a construção de um outro projetado para ficar próximo à Câmara Eclesiástica.

No mesmo ano foi proposta a retirada dos quiosques existentes no Largo do Rosário, no largo da rua Direita, no fim da rua do Ouvidor, visto estarem atrapalhando o trânsito naquela zona.

Prejudicial ao trânsito era, também, uma das alegações dos comerciantes estabelecidos no largo do Tesouro, quanto a um quiosque ali existente, para pedirem que o mesmo fosse tirado dali. Alegavam, ainda – e este fator nos parece ser o que mais os incomodava –, que o quiosque tirava a vista dos seus estabelecimentos comerciais.

Foi, nessa década de 80, como se sabe, que os italianos foram chegando em maior escala e foi com esta cidade de São Paulo, acima descrita, que tiveram os primeiros contatos, tendo muitos deles aí se estabelecido.

Em princípios da década de 80, a presença de italianos em São Paulo já era notória. Um contemporâneo assim se expressava: “Não há dúvida que as colônias estrangeiras tem tomado notável incremento: antigamente, [...] era a portuguesa a mais numerosa. Havia poucos franceses, poucos alemães e poucos ingleses; quanto a italianos não me recordo de ter conhecido algum”. Calculava em quarenta mil o número de pessoas na cidade e acrescentava: “sobretudo me parece que o elemento estrangeiro entra em grande parte nesse cálculo”²¹.

21 *Idem*, v. 59, 1883, p. 184, 252, 294, v. 75, 1889, p. 163 JUNIUS, *Op. cit.* p. 53.

Os italianos foram, pouco a pouco, se ambientando na Capital. Em 1883, a Associação Italiana, já se empenhava na realização da Exposição Agrária/Artística/Industrial que deveria ocorrer na cidade de São Paulo e onde estariam expostos produtos nacionais e estrangeiros. A Associação Italiana enfatizava a importância dessa exposição que condizia tanto com os interesses da então Província de São Paulo, como com os do município da Capital.

Um dos fatores indicativos do crescimento da cidade de São Paulo, na virada da década de 80 para a de 90, era o interesse não só dos italianos como, também, de outros estrangeiros, por terrenos situados no município de São Paulo. Os italianos, naquele momento, se interessavam mais pelos localizados no Brás, em Santana, entre outros.

Os italianos estabelecidos no município da Capital, por vezes, quando se viam prejudicados, reclamavam diretamente à Legação do seu país. Um deles, apenas exemplificando, recorreu à Legação não por questão de terreno, mas, devido a danos em um moinho de sua propriedade.

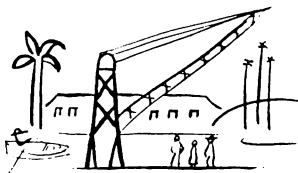
Por outro lado, a Câmara Municipal era, constantemente, pressionada pelos moradores da cidade que, através de abaixo-assinados, exigiam ou abertura de ruas, ou calçamento, ou iluminação das mesmas ou, ainda, alguma outra melhoria na zona.

Entre esses pedidos, já vamos encontrar a manifestação da "colônia" italiana requerendo consertos nas ruas como, por exemplo, na da Beneficência Italiana²².

²² *Atas da Câmara Municipal*, v. 69, 1883, p. 225, 259; v. 74, 1888, p. 236.

Ao despontar o século XX, os dialetos italianos eram ouvidos por toda a parte. Novos costumes foram sendo introduzidos não só pelos italianos mas, também, por aqueles de outras etnias que, embora em menor número, deram a sua contribuição. Mudava a fisionomia da população. Mudava a fisionomia da cidade de São Paulo.





NOTICIÁRIO

NOTICIÁRIO

1995/1997:

Balço da primeira fase
do projeto de cooperação CAPES/COFECUB
História comparada das sociedades urbanas:
políticas urbanas e dimensão cultural
das cidades brasileiras e francesas (1840-1945).

Na primeira fase de funcionamento do Projeto, foi atingido o objetivo primordial desse Programa de Cooperação: o de ativar o intercâmbio entre pesquisadores brasileiros e franceses para, numa realização conjunta, desenvolver pesquisas relativas à história comparada das sociedades urbanas.

Missões de Trabalho

Cumprindo a programação para 1995, primeiro ano de desenvolvimento do Projeto, foram realizadas a Missão de Identificação e a Primeira Missão de Trabalho, sob a responsabilidade da Prof.^a Dr.^a Márcia Elisa de Campos Graf, da Universidade Federal do Paraná, em sua permanência na França, no período de 26 de março a 23 de abril, onde participou de Reuniões de Trabalho com os componentes da equipe francesa do Projeto e de Seminários a nível de pós-graduação, no Instituto de Altos Estudos da América Latina, da Universidade da Sorbonne Nova, Paris III; no Centro Pierre Léon de História Econômica e Social da Universidade Lumière, Lyon II; e no Centro de Pesquisas Históricas sobre a Cidade, da Universidade de Ciências Humanas de Strasbourg, 26 mar.-23 abr./1995.

A Missão de Identificação e a Primeira Missão de Trabalho proposta no sentido França-Brasil, foi cumprida pelo Prof. Dr. Jean Pierre Blay, pesquisador associado do

Instituto de Altos Estudos da América Latina, nos meses de julho e agosto, com a realização de Reuniões de Trabalho com a equipe brasileira e Seminários na Escola de Comunicação e Artes, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP), instituição responsável pelo desenvolvimento deste Projeto de Cooperação CAPES/COFECUB no Brasil, e também junto ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A programação para a Missão de Trabalho do Prof. Jean Pierre Blay incluiu ainda pesquisas na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, além da participação, como conferencista, na XV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), realizada no Rio de Janeiro, 25-28 de jul/1995.

A Missão de Trabalho prevista para 1996 na França, foi cumprida pela Prof.^a Dr.^a Maria Helena Ochi Flexor, da Universidade Federal da Bahia, em sua estada na França de 6 de maio a 5 de junho. Segundo o que estava previsto no seu Plano de Trabalho, a referida professora participou de Reuniões de Trabalho e de Seminários, concernentes ao Projeto em curso, no Instituto de Altos Estudos da América Latina, da Universidade da Sorbonne Nova, Paris III; além de Reuniões de Trabalho com os grupos do Centro Pierre Léon, Casa Rhône-Alpes das

Ciências do Homem, da Universidade Lumière, Lyon II; e do Centro de Pesquisas Históricas da Cidade, da Universidade de Strasbourg II.

A Segunda Missão de Trabalho no Brasil foi cumprida pelo Prof. Dr. Yves Lequin, diretor da Casa Rhône-Alpes das Ciências do Homem, da Universidade Lumière, Lyon II, 30 de set. - 18 de out/1996.

Cumprindo a programação de atividades previstas para essa Missão, o Prof. Lequin participou de Reuniões de Trabalho com as equipes regionais integrantes deste Projeto, proferiu conferências, e, sobretudo, prestou uma contribuição inestimável aos cursos de pós-graduação com a realização de palestras, workshops e seminários: em São Paulo, junto à Universidade de São Paulo (USP), no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e no Museu Paulista, e junto à Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), no Programa de Estudos Pós-Graduados em História, a nível de mestrado e doutorado, na área de concentração em Cultura e Cidade; em Curitiba, na Universidade Livre do Meio Ambiente e na Universidade Federal do Paraná, no Programa de Pós-Graduação em História, a nível de mestrado e doutorado, junto às linhas de pesquisa em História Urbana e História das Populações; em Porto Alegre-São Leopoldo, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, no Centro de Ciências Humanas e no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cidade, a nível de especialização; além de conferência aberta à comunidade proferida no Espaço Cultural do Gasômetro, em Porto Alegre.

A Terceira Missão de Trabalho no sentido Brasil-França foi cumprida pela Prof.^a Dr.^a Maria Izilda Santos de Matos, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Seguindo a programação pré-estabelecida,

a referida Professora proferiu palestras e conferências, participou de colóquio, seminários e grupos de trabalho, além de realizar pesquisas, no Instituto de Altos Estudos da América Latina, da Universidade da Sorbonne Nova, Paris III, no Centro Pierre Léon de História Econômica e Social, da Casa Rhône-Alpes das Ciências do Homem da Universidade Lumière, Lyon II, no Centro Cultural de Chantilly, na Biblioteca Nacional da França, no Centro de Pesquisas Roland Mousnier, na Biblioteca Marguerite Duran e no Museu D'Orsay, 11 fev. - 6 mar./1997.

Publicações de participantes deste Projeto, relacionadas à temática geral

BATISTA, Marta Rossetti. *Anita Malfatti e seu tempo*. Rio de Janeiro, Centro Cultural Banco do Brasil, mar./1996. Catálogo da Exposição.

BATISTA, Marta Rossetti. *Centenários Modernistas. O jovem Di 1917-1935*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1997. Catálogo da Exposição.

BATISTA, Marta Rossetti. Mano de Andrade: Crônicas "De São Paulo" (1920/21) *Anais do V Congresso Brasileiro de História da Arte*. São Paulo, CIBIA/FAPESPE/ECA-USP, 1995, p. 193-8.

BLAY, Jean-Pierre. O urbanismo de prestígio na cidade do Rio de Janeiro dos anos 20. *Anais da XIV Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, SBPH, 1995, p.201-4. (O Prof. Dr. Jean-Pierre Blay, integrante do grupo francês deste Projeto, é sócio da SBPH e realiza também pesquisas sobre cidades brasileiras, o que possibilita a comparação com cidades francesas e vem de encontro aos propósitos desse acordo de cooperação).

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. A praieira e a nacionalização do comércio a retalho. *Anais da XV Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, SBPH, p.163-6, 1996.

- CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Os índios de Pernambuco no ciclo das insurreições liberais, 1817/1848: ideologias e resistências. *Revista da SBPH*. Curitiba, SBPH, p. 51-69, 1996.
- CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. O Recife, seus rios e seus escravos. *Anais da XVI Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, SBPH, 1997. p. 199-203.
- FAVARO, Cleci Eulália. Construir cidades: a utopia dos imigrantes italianos. *Anais da XV Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, SBPH, 1996. p. 219-23.
- FAVARO, Cleci Eulália. Explorando documentos: uma experiência de trabalho com fontes primárias do acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. *Anais da XVI Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, SBPH, 1997. p. 71-5.
- FAVARO, Cleci Eulália. Resenha: MONTEIRO, Charles. Porto Alegre: urbanização e modernidade. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1995. 153 p. (História, 4). *Revista da SBPH*. Curitiba, SBPH, n.11. p.129-31, 1996.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. A rua e a praça no imaginário baiano. *Anais da XIV Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, SBPH, 1995. p. 217-22.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Fim de século: a dicionarização da História. Exemplos da Bahia e de Salvador. *Anais da XVI Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, SBPH, 1997. p. 29.
- GRAF, Márcia Elisa de Campos. História comparada das sociedades urbanas: política urbana e dimensão cultural das cidades brasileiras e francesas, 1840-1945. *Revista da SBPH*. Curitiba, SBPH, n.11, p. 119-22, 1996.
- GRAF, Márcia Elisa de Campos. O mecanismo das relações entre as senhoras e suas escravas no Brasil do século XIX. *Anais da XVI Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, SBPH, 1997. p. 205-09.
- HUTTER, Lucy Maffei. O imigrante e a questão da saúde. In: DE BONI, Luis A. (org.). *A presença italiana no Brasil*, v. 3. Porto Alegre./Torino, Ed. EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. p. 336-79. v. 3.
- HUTTER, Lucy Maffei. Brasil e Argentina: publicações dirigidas a imigrantes europeus na virada do século. *Anais da XVI Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, SBPH, 1997. p. 221-6.
- HUTTER, Lucy Maffei. A imigração no contexto da História do Brasil. *Ibero-Americana Pragensia*. Praga, ano 27, p. 129-35, 1995.
- HUTTER, Lucy Maffei. Immigranti italiani nello stato di São Paulo all'inizio del XX secolo: analisi delle fonti di ingresso e di uscita. In: *La presenza italiana nella storia e nella cultura del Brasile*. Torino, Fondazione Giovanni Agnelli, 1991. P. 27-55.
- HUTTER, Lucy Maffei. L'immigrazione italiana in Brasile nell'Ottocento e nel Novecento: dati esplicativi del fenomeno. In: *Euroamericani*, v. 3. *La popolazione di origine italiana in Brasile*. Torino, Fondazione Giovanni Agnelli (1987). P. 179-202.
- MACHADO, Humberto Fernandes. Ordem, progresso e civilização na imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. *Anais da XIV Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, 1995. p. 175-9.
- MACHADO, Humberto Fernandes. Mesa Redonda sobre "A História Nova do Rio de Janeiro". *Gazetas e notícias no Rio de Janeiro: a imprensa abolicionista. Anais da XV Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, 1996. p. 21-4.
- MACHADO, Humberto Fernandes. Entre a Monarquia e a República - a trajetória de um abolicionista do Rio de Janeiro. In: MONTEIRO, John; BLAJ, Ilana.(org.). *História e Utopias*. São Paulo, ANPUH, 1996. p. 346-54.
- MACHADO, Humberto Fernandes. José do Patrocínio e a campanha abolicionista: uma visão paternalista. *Anais da XVI Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, SBPH, 1997. p. 211-4.
- MACHADO, Humberto Fernandes. Reflexões

- sobre as idéias dos cafeeicultores escravistas fluminenses. *Anais do II Congresso Brasileiro de História Econômica/3º Congresso Internacional de História de Empresas*. Niterói, UFF, 1997. v. 3, p. 220-6.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. História, memória e cotidiano: o feminino e o masculino no Porto do Café. *Santos-Café & História*. Santos/SP, Ed. Leopoldianum, 1995. p. 67-89.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Do público para o privado: redefinindo espaços. *Cadernos de Pagu*. Campinas/SP, Unicamp, p. 97-117, 1995.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Construindo o futuro da nação. As representações da família e da mulher no discurso médico - São Paulo: 1890-1930. *Revista da SBPH*. Curitiba, n.11. p.77-90, 1996.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Discutindo o cotidiano: trajetórias e perspectivas. *Arrabaldes*. Cidade, Memória e Poder. Niterói, UFF/CNPq. p. 36-45, 1996.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e trabalho: mulheres imigrantes portuguesas. São Paulo: 1890-1930. *O rosto feminino da expansão portuguesa*. Lisboa, CIDM, 1996. p. 141-55.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Na trama urbana: do público, do privado e do íntimo. *Cultura e Cidade - Projeto História*. São Paulo, EDUC, p. 129-50, 1996.
- MONTEIRO, Charles. A inscrição da modernidade no espaço urbano de Porto Alegre. *Anais da XV Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, 1996. p. 203-05.
- MONTEIRO, Charles. O imaginário urbano e a poética do espaço. *Anais da XVI Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, SBPH, 1997. p. 265-8.
- RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Memória (re)construída: A História da Sociedade Orpheu - 1858/1995. *Anais da XIV Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, 1995. p. 229-32.
- RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. GESANGVEREINE, uma marca da identidade étnica teuto-brasileira. *Anais da XVI Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, SBPH, 1997. p. 237-40.
- WESTPHALEN, Cecília Maria e BALHANA, Altiya Pilatti. Positivismo, República e Revolução Federalista. *Anais da XIV Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, 1995. p. 187-90.
- WESTPHALEN, Cecília Maria e BALHANA, Altiya Pilatti. O censo dos alemães do Paraná em 1917: novas achegas. *Anais da XVI Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, SBPH, 1997. p. 227-45.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. Fim de século: "A dicionarização da História. Exemplos do Paraná e de Curitiba". *Anais da XVI Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, SBPH, 1997. p. 27.
- Comunicações apresentadas em Congressos, Reuniões, Seminários, etc.
- CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. "Rebeldia de escravos em Recife". Workshop do UCP-Laboratório Cidade e Poder. Programa de Pós-Graduação do Departamento de História, da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 02/12/96.
- FAVARO, Cleci Eulália. "A memória doente: os Prontuários Médicos do Hospital Psiquiátrico "São Pedro", de Porto Alegre, enquanto fonte de pesquisas para a história do Rio Grande do Sul". Seminário Cultura e Cidades. Rio Grande, RS, 21-25/10/96.
- FAVARO, Cleci Eulália, RAMOS, Eloisa H. C. e MONTEIRO, Charles. "Cultura e cidades no Rio Grande do Sul". 49º Congresso Internacional de Americanistas. Quito, Equador. 07-11/07/97.
- FAVARO, Cleci Eulália. "(Re)conformando o feminino: uma aproximação ao estudo da saúde mental entre mulheres de origem italiana". XVII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica/SBPH. São Paulo. 22-25/07/97.

- FLEXOR, Maria Helena Ochi. "A rua e a praça no imaginário baiano". Seminário: História do Brasil e das Relações Internacionais da América Latina. Coordenado pelo Prof. Dr. Guy Martinière (Coordenador Geral do Projeto 172/95-CAPE/COFECUB, na França). Instituto de Altos Estudos da América Latina, Universidade de Paris III, Sorbonne Nova. Paris, 28/05/96. Como parte da programação da 2ª Missão de Trabalho na França.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. "Metodologia utilizada no trabalho: Mobiliário baiano dos séculos XVIII e XIX". Palestra no Museu do Palácio das Carrancas, Porto, Portugal, 07/06/96.
- GRAF, Márcia Elisa de Campos. Apresentação do projeto geral e dos projetos regionais para o desenvolvimento, no Brasil, da temática "História comparada das sociedades urbanas: política urbana e dimensão cultural das cidades brasileiras e francesas (1840-1945)". Acordo de Cooperação CAPE/COFECUB - Projeto 172/95. Seminário: História do Brasil e das Relações Internacionais da América Latina, coordenado pelo Prof. Dr. Guy Martinière. Instituto de Altos Estudos da América Latina, Universidade de Paris III, Sorbonne Nova. Como parte da programação da primeira Missão de Trabalho na França. Paris, 04/04/95.
- GRAF, Márcia Elisa de Campos. "A cidade como objeto da pesquisa histórica: o exemplo da cidade de Curitiba". Workshop do LCP-Laboratório Cidade e Poder, do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 02/12/96.
- GRAF, Márcia Elisa de Campos. "Mudança das estruturas demográficas e urbanas em Curitiba (Paraná-Brasil) no final do século XIX e início do século XX". Trabalho em conjunto com Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen. 49º Congresso Internacional de Americanistas. PUCE, Quito, Equador, 07-11/07/97.
- GRAF, Márcia Elisa de Campos. "Nos bastidores da escravidão: convivência e conflito no Paraná do século XIX. O exemplo de dois processos-crime envolvendo escravos em Curitiba". XVII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica/SBPH. São Paulo, 22-25/07/97.
- HUTTER, Lucy Maffei. "A cidade de São Paulo (séculos XIX/XX)". 49º Congresso Internacional de Americanistas. PUCE, Quito, Equador, 07-11/07/97.
- MACHADO, Humberto Fernandes. "A imprensa do Rio de Janeiro na crise do escravismo". A imprensa e a Questão Nacional. Colóquio História e Imprensa. Rio de Janeiro, UERJ, jun./1997.
- MACHADO, Humberto Fernandes. "Elites intelectuais oitocentistas: representações de cidadanias". XIX Simpósio Nacional de História, ANPUH, Belo Horizonte, UFMG, jul./1997.
- MACHADO, Humberto Fernandes. "Progresso, civilização e ordenamento do espaço urbano". XIX Simpósio Nacional de História, ANPUH, Belo Horizonte, UFMG, jul./1997.
- MACHADO, Humberto Fernandes. "Ordem e exclusão no discurso abolicionista". XVII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica/SBPH. São Paulo, 22-25/07/97.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. "Perfis femininos e cotidiano: São Paulo, 1870 a 1950". XVIII Simpósio Nacional de História, ANPUH, Recife, PE, 23-28/07/95.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. "Delineando corpos: As representações do masculino e do feminino no discurso médico eugênico-São Paulo, 1890-1920". XVIII Simpósio Nacional de História, ANPUH, Recife, PE, 23-28/07/96.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. "Delineando corpos: As representações do masculino e do feminino no discurso médico paulista". XIX Congresso Internacional da LASA. Washington/DC/USA, 28/09/95.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. "Cidades e culturas: trajetórias da historiografia brasileira contemporânea". Conferência proletrada no Instituto de Altos Estudos da América Latina, Universidade da Sorbonne Nova, Paris III, a 04/03/97. Por ocasião da terceira Missão de Trabalho deste Acordo de Cooperação CAPE/COFECUB.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. "A cidade

- iluminada: um olhar sobre a cidade à noite destacando o universo da boemia". 49º Congresso Internacional de Americanistas. PUCE, Quito, Equador 07-11/07/97.
- MENEZES, Lená Medeiros de. "Em busca do progresso: o Código de Posturas Municipais da cidade do Rio de Janeiro (1904-1906)". 49º Congresso Internacional de Americanistas. PUCE, Quito, Equador, 07-11/07/97.
- MONTEIRO, Charles. "A modernidade chega à cidade". No Ciclo de Palestras, de 03/08-26/10/95, no Projeto Noites no Museu Joaquim José Felizardo, organizada pela Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre. Porto Alegre, RS.
- MONTEIRO, Charles. "Imagens e transformações modernas do espaço urbano". Seminário: A cidade plural - Cultura e política no espaço urbano. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 30/08/95.
- MONTEIRO, Charles. "Notas sobre o trajeto histórico do Legislativo Municipal de Porto Alegre". Comemorações dos 222 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, RS, 06/09/95.
- MONTEIRO, Charles. "A gênese do imaginário moderno de cidade. A Porto Alegre dos anos 20". V Reunião de Antropologia. (Merco)Sul, Tramandai, RS, 13/09/95.
- MONTEIRO, Charles. "Modernidade urbana e persistências nas formas de sociabilidade em Porto Alegre durante a República Velha". Ciclo de Conferências: Outros olhares sobre a História do Rio Grande do Sul. Associação dos Amigos do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 22/09/95.
- MONTEIRO, Charles. "Porto Alegre dos anos 30 e 40". VII Seminário Nacional de Literatura e História. Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Porto Alegre, 26/09/95.
- MONTEIRO, Charles. "Parque Farroupilha: Um espaço da memória coletiva e da identidade urbana". Curso de Extensão: Parque Farroupilha 60 anos-Ontem e Hoje. Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre. Porto Alegre, 07/10/95.
- MONTEIRO, Charles. "O imaginário urbano e a poética do espaço urbano". XVI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica/SBPH. Curitiba, 23-26/07/96.
- MONTEIRO, Charles. "Pensando os saberes sobre a cidade". XVII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica/SBPH. São Paulo, 22-25/07/97.
- RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. "São Leopoldo, 1858/1909: a cidade como espaço social". XVII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica/SBPH. São Paulo, 22-25/07/97.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. "Recriando o além-mar: o papel feminino na manutenção das tradições étnicas". 49º Congresso Internacional de Americanistas. PUCE, Quito, Equador, 07-11/07/97.
- WESTPHALEN, Cecília Maria e BALHANA, Aliva Pilatti. "O censo dos alemães do Paraná: novas achegas". XVI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica/SBPH. Curitiba, 23-26/07/96.
- WESTPHALEN, Cecília Maria e BALHANA, Aliva Pilatti. "A sociedades dos mortos curitibanos, segunda metade do século XIX". XVII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica/SBPH. São Paulo, 22-25/07/97.

Livros e capítulos de livros

- BATISTA, Marta Rossetti (org.). *ABC do IEB: Guia Geral do Acervo*. São Paulo, EDUSP/IEB, 1997. 192p.
- HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração italiana em São Paulo (1880-1889)*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.
- HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração italiana em São Paulo - 1902-1914: o processo migratório*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1986.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama e poder: trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934)*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1996. 217 p.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do*

espaço urbano. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1995. 153 p. (História, 4).

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes e Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba, Fundação Cultural, 1996. 344 p.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro & MARTINS, Ana Paula Vosne (org.). *Mulheres na História: Paraná - séculos 19 e 20*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, Cursos de Pós-Graduação, 1997. 206 p.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *Origens e fundação de Curitiba. Curitiba: origens, fundação, nome*. BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, v. 21, n. 105, p.55-221. 1995. 280 p.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas*. Curitiba, Centro Design, 1995. 100p.

Cursos, Reuniões, Seminários, Congressos

A Profª Maria Izilda Matos – PUC de São Paulo – ministrou os cursos “A Cidade em Questão”, para o Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, de 23-26 out./1995; “Cultura e Sociedade”, na Linha de Pesquisa: História, Cultura e Cidade, dos Cursos de Pós-Graduação em História da PUC de São Paulo, no primeiro semestre de 1995 e 1996.

O Prof. Charles Monteiro foi o responsável pela disciplina “Industrialização e Urbanização no Rio Grande do Sul” no Curso de Especialização em História do Rio Grande do Sul na FAP, Porto Alegre, RS, 11 out. - 13 dez. /1995.

A Profª Maria Rossetti Batista ministrou o curso de graduação “A arte brasileira no entre-guerras”, no Instituto de Estudos Brasileiros/USP, primeiro semestre de 1996.

A Profª Cleci Favaro organizou, juntamente com sua equipe, e coordenou o Seminário sobre “Leituras da Cidade”, na Unisinos (São Leopoldo-RS), 26-29 de mar./1996.

Organizado e coordenado pela Profª Cleci Favaro, foi instalado a 12 de abril de 1996, na Unisinos, o Curso de Pós-Graduação em História Social da Cidade, em nível de Especialização, no qual a mesma Professora ministrou o curso “Teoria da História e Cidade”, no primeiro semestre de 1996.

Organizado e coordenado também pela Profª Cleci Favaro, o curso de História Social da Cidade, Segunda Edição, em nível de especialização e/ou extensão, teve início em abril de 1997, estendendo-se até o mês de novembro, sendo ministrado no Centro de Ciências Humanas da Unisinos (São Leopoldo-RS).

O Prof. Humberto Fernandes Machado, da UFF, ministrou curso sobre “Exclusão e cidadania no espaço urbano: o Rio de Janeiro”, no Curso de Pós-Graduação em História daquela Universidade, no primeiro semestre de 1996. Também coordenou o Workshop “A cidade como objeto da Pesquisa Histórica”, do LCP-Laboratório Cidade e Poder, do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, com a participação dos Profs. Márcia Elisa de Campos Grazi, da Universidade Federal do Paraná, e Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, da Universidade Federal de Pernambuco, realizado em Niterói - 2 dez./1996.

A Profª Gizlene Neder, coordenou o Workshop “Cidade, Poder e Exclusão So-

cial", do LCP-Laboratório Cidade e Poder, do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, com a participação dos Profs. José Newton Garcia de Araújo, da Universidade Federal de Minas Gerais, e Teresa Cristina Carreiro, da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, 29 nov./1996.

Promovido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado da Cultura, Museu Antropológico do Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, com a colaboração do Núcleo de Antropologia, realizou-se no auditório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Seminário A Cidade Plural: cultura e política no espaço urbano. Da programação constaram quatro painéis - Políticas habitacionais: relatos e experiências; Programas de habitação social: tensões e fronteiras culturais; Imagens e transformações modernas do espaço urbano; Cidades, bairros e territórios: os enraizamentos da memória, 28-31 ago./1995

Simpósio URB.03: HISTÓRIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS. Inscrito pelo Acordo de Cooperação CAPES/COFECUB Projeto: "Histórias comparadas das sociedades urbanas: políticas urbanas e dimensão cultural das cidades brasileiras e francesas (1840-1945)", no 49º Congresso Internacional de Americanistas, realizado na PUCE de Quito, Equador, coordenado pela Professora Maria Izilda Santos de Matos, reunindo os componentes das equipes

regionais do Projeto, além de pesquisadores convidados, 7-11 jul./1997.

O Laboratório de História Oral do Núcleo de Pesquisa em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, promoveu, no Atelier Livre da Prefeitura de Porto Alegre, o Workshop Caminhos da Lembrança II, cuja programação desenvolveu-se em torno de quatro temas: Narrativa e História Oral; Memória e História Oral; Cidade e História Oral; Interdisciplinaridade e História Oral, 26 - 29 ago./1997.

Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Porto Alegre realizou-se, aos sábados, o Seminário Romanceiro da Cidade: a representação da cidade na literatura, 6 set.- 22 nov./1997

Os Professores Humberto Fernandes Machado e Gizlene Neder coordenaram o Curso de Extensão Universitária Poder, disciplina e sociabilidade urbana, desenvolvido no Laboratório da CIDADE E PODER-LCP, do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, a partir dos seguintes temas: Poder e instituições de controle social no Brasil; As cidades e as exclusões nos séculos XIX e XX; Poder e Estado no Brasil no século XIX; Gênero controle social e cidadania; Sociabilidade urbana e exclusão social no Rio de Janeiro no final do século XIX, 6 -10 out./1997



PARTICIPANTES DO PROJETO DE COOPERAÇÃO NO BRASIL

Coordenadora Geral

Marta Rossetti Batista
Diretoria do Instituto de Estudos Brasileiros-IEB
Universidade de São Paulo-USP
Cidade Universitária "Armando de Salles
Oliveira"
Av. Prof. Mello Moraes, Trav. 8, n. 140
05508-900 São Paulo - SP

Coordenadora Executiva

Márcia Elisa de Campos Graif
Universidade Federal do Paraná-UFPr.
Rua Angelo Sampaio, 860
80250-120 Curitiba - PR.

Coordenadores Regionais

Porto Alegre
Cleci Eulália Favaro
Universidade do Vale do Rio dos Sinos-
Unisinos
Rua Lusitana, 219 - apto 201
90520-080 Porto Alegre - RS

Curitiba

Cecília Maria Westphalen
Universidade Federal do Paraná-UFPr.
Rua Padre Anchieta, 1025 - apto 61
80430-060 Curitiba - PR.

São Paulo

Marta Rossetti Batista

Rio de Janeiro

Humberto Fernandes Machado
Universidade Federal Fluminense-UFF
Rua José Bonifácio, 45 - apto 903 São
Domingos
24210-130 Niterói - RJ

Salvador

Maria Helena Ochi Flexor
Universidade Federal da Bahia-UFBA
Rua Belo Horizonte, 31 - apto 101
40140-540 Salvador - BA

Recife

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho
Universidade Federal de Pernambuco-UFPE
Rua Pacifico dos Santos, 63 - apto 101
52010-030 Recife - PE

Outros participantes

Alivia Pilatti Balhana
Universidade Federal do Paraná-UFPr.
Rua Padre Anchieta, 1025 - apto 112
80430-060 Curitiba - PR.

Ana Fernandes

Universidade Federal da Bahia-UFBA
Faculdade de Arquitetura
Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
Rua Caetano Moura, 121
40210-350 Salvador - BA

Cassiana Lacerda Carollo

Universidade Federal do Paraná-UFPr.
Rua Padre Anchieta, 1251 - apto 2002
80730-000 Curitiba - PR.

Charles Monteiro

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul-PUC/RS
Rua Amélia Telles, 205
90460-070 Porto Alegre - RS

Clarissa Nunes Maia

Universidade Federal de Pernambuco-
UFPE
Cursos de Pós-Graduação em História
CSCII - 10º andar
Cidade Universitária
50670-901 Recife - PE

Eloisa Helena C. L. Ramos

Universidade do Vale do Rio dos Sinos-
Unisinos
Rua Antônio Alvarez Pereira Coruja, 170 -
Jardim Sabará
91215-020 Porto Alegre - RS

Eloisa Petti Pinheiro

Universidade Federal da Bahia-UFBA
Faculdade de Arquitetura
Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
Rua Caetano Moura, 121
40210-350 Salvador - BA

Etelvina Maria de Castro Trindade

Universidade Federal do Paraná-UFPr.
Rua Angelo Sampaio, 2124 - apto 01

307.30-460 Curitiba - PR.

Gizlane Nêder
Universidade Federal Fluminense-UFF
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de História
Campus do Gragoatá
Bloco "O" - 5º andar
24210-250 Niterói - RJ

Jose Sebastião Witter
Diretoria do Museu Paulista da USP
Parque da Independência s/n. - Ipiranga
Caixa Postal 42503
04299-970 São Paulo - SP

Lucy Mafiei Hutter
Universidade de São Paulo-USP
Instituto de Estudos Brasileiros-IEB
Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira"
Av. Prof. Mello Moraes, Trav.B, n. 140.
05508-900 São Paulo - SP

Marc Hoffnagel
Universidade Federal de Pernambuco-
UFPE
Cursos de Pós-Graduação em História
CSCII - 10º andar
Cidade Universitária
50670-901 Recife - PE

Marco Aurélio A de Figueira Gomes
Universidade Federal da Bahia-UFBA
Faculdade de Arquitetura
Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
Rua Caetano Moura, 121
40210-350 Salvador - BA

Maria Angelica Soler
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo-PUC/SP
Departamento de História
Rua Monte Alegre, 984 - Perdizes
050014-901 São Paulo - SP

Maria Izilda Santos de Matos
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo-PUC/SP
Departamento de História
Rua Monte Alegre, 984 - Perdizes
050014-901 São Paulo - SP

Ramundo Arrais
Universidade Federal de Pernambuco
UFPE
Cursos de Pós-Graduação em História
CSCII - 10º andar
Cidade Universitária
50670-901 Recife - PE

Roberto Marchon Lemos de Moura
Universidade Federal Fluminense-UFF
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de História
Campus do Gragoatá
Bloco "O" - 5º andar
24210-250 Niterói - RJ

Zaldo Rocha Filho
Universidade Federal de Pernambuco
UFPE
Cursos de Pós-Graduação em História
CSCII - 10º andar
Cidade Universitária
50670-901 Recife - PE

esta obra foi composta em Garamond e
Optima, com fotolitos da Paper Express e
laserfilmes do IEB; impressa pela
Centergraph em fevereiro de 1998.
tiragem 500 exemplares
projeto gráfico e edição eletrônica: Roberto Yokota